Almir (1938-1973): seu futebol e sua morte

Jlifas andreato

O beco sem saída do sistema educacional

"Jamais será pedido ao aluno que exponha sua opinião sobre um determinado assunto ou que demonstre todos os seus conhecimentos."

Tornou-se quase um lugar-comum afirmar que a posição do homem no mundo, visto que não está apenas nele, mas com ele, não se esgota em mera passividade. O homem, pelo seu poder criador, é eminentemente interferidor (. . .).

E o nosso sistema educacional – enquanto visa classificações e vestibulares – se encaminha para um beco sem saída, onde o aluno, sem ser criador nem interferidor, prepara-se muito menos para pesquisar, criar, e muito mais para enfrentar um frio computador diante do qual a ciência já está pronta e as respostas já estratificadas (. . .).

Foi por isso, sem dúvida, que Paulo Freire * escreveu: "Uma das grandes, senão a maior tragédia do homem moderno está em que é hoje dominado pe'a força dos mitos e comandado pela publicidade organizada, ideológica ou não, e por isso vem renunciando cada vez, sem o saber, à sua capacidade de decidir. Vem sendo expulso da órbita das decisões". Mitos da máquina, da lei do mínimo esforço, da sorte e da chance e, assim, as tarefas do seu tempo, da sua educação e da sua história não são captadas pelo homem simples ou desavisado, mas a ele apresentadas por uma "elite" que as interpreta e lhas entrega em forma de receita, de prescrição a ser seguida (. . .)."

Talvez seja exagero de nossa parte. É o que está acontecendo em grandes áreas do nosso ensino, cujos grandes sintomas, entre outros, são os vestibulares, onde o método da múltipla escolha nada tem de escolha, senão muito de receita pronta, de indecisões, de falta de criatividade e de objetivação do saber. Daí o motivo de aplaudirmos efusivamente as declarações do professor Lauro de Oliveira Lima (*O Estado de São Paulo*, 11/1/73), que procuraremos repetir nesta reflexão.

É certo que o mundo de hoje, econômica, política, social e culturalmente não é um mundo de liberdades. Mas isso não impede que se lute por elas; pelo contrário, é preciso que nos coloquemos na luta para conquistá-las. Gostaríamos, repito, de estar fazendo eco aos brados do eminente professor que considera "a seleção de candidatos para as faculdades, não a escolha dos que podem desenvolver livremente sua capacidade de raciocínio, mas daqueles que colocam em jogo a utilização apenas da memória". E se não fosse isso somente, os que elaboram os testes, querendo ou não, culminam em confundir o aluno com semelhanças de nomes, números e títulos, quando não atentam "para os pequenos detalhes de pé-de-página, para as referências tangenciais, para as pequenas relações". O aluno sabe que se defrontará com alternativas nem sempre nítidas, já que o examinador precisa, por força do método, desdobrar o assunto em centenas de questões. Jamais será pedido do aluno que exponha a sua opinião sobre um determinado assunto ou que demonstre todos os seus conhecimentos concernentes a uma questão ou a um problema; ficará sempre presente a múltipla escolha, onde nada se pode escolher porque já foi anteriormente escolhido e definido.

O resultado disso é a "gagueira intelectual, feita de pequenos jatos, com alunos incapazes de sustentar uma discussão ou de manter um ponto de vista". Conseqüência desastrosa para o ensino: a continuar tal sistema de vestibulares, "montado com testes de múltipla escolha, todo sistema escolar será corrompido. Desde o ensino médio os professores, por exigência dos alunos (sic!), começam a prepará-los para o vestibular, terminando os livros didáticos por adotar os testes como processo escolar. O resultado é um estudo atomizado que só capacita o aluno – continua o professor – a participar de programa tipo *O Céu É o Limite*. O estudante não procurará – nem será levado – a entender conjuntos, relações e estruturas, quando a psicologia mostra que uma aprendizagem só é verdadeira e *permanente* se se constituir em estruturas mentais". E para quem está metido no magistério superior, isso não passa de uma triste realidade. Uma sinistra realidade: alunos sem estrutura mental. Piaget** nos ensinaria: "não existem estruturas inatas: toda estrutura mental supõe construção". E como construir sem alicerces? Disso tudo resulta a falta de reflexão, a imaturidade mental, a dependência total de um sistema, onde a liberdade não conta, onde a pessoa humana vale menos que os métodos, onde, maquiavelicamente, os fins justificam os meios. O fim é selecionar, é aprovar ou reprovar e tudo o mais – pessoa humana, liberdade, criatividade, cultura, etc. – perde o seu valor, já que a ciência está feita e as opiniões préfabricadas. A verdade é uma das escolhas múltiplas. Não há como sair do "enquadramento armado pelo processo."

Nesse esquema, "qualquer veleidade de 'bolar' uma solução nova é taxativamente proibida. Imagine-se então – continua o professor – toda uma juventude que estudou sabendo que a ciência já está pronta e não há margem para divergir das opiniões . . . " a não ser sobre aquilo que nunca estudou ou que julga não ser ciência.

Para selecionar assim, toda uma vida escolar de lutas, de esforços, derrotas e vitórias, não tem valor (. . .). Vencem os gabaritos . . . tão estáticos quanto a mente e a coragem de pesquisa daqueles que os inventaram.

E a viver e vencer a preguiça mental, garantida pelos computadores, estaremos cavando sempre mais funda a fossa cultural de um povo cujas "grandezas" são tão decantadas.

João Biagioni
Uberlândia, MG

(*) Paulo Freire: educador brasileiro, autor de um moderno método de alfabetização de adultos e atualmente pesquisador no Conselho Mundial das Igrejas em Genebra, Suíça.
(**) Jean Piaget: importante educador suíço.

Mais opiniões de leitores na página 23

Uma mistura de meias-verdades

O propósito desta é fazer reparos ao artigo do sr. Francisco Werfort, publicado no n.º 12 de OPINIÃO, intitulado *Os Trabalhadores Calados*.

No referido artigo, o sr. Werfort formulou considerações muito interessantes e corretas sobre a política econômico-financeira de Roberto Campos e Delfim Netto, pondo a nu aspectos que esclarecem os trabalhadores brasileiros. Entretanto, ao término da leitura do artigo em causa, qualquer trabalhador fica desorientado e confuso a respeito de como deve proceder, na presente situação brasileira.

Nessa matéria do sr. Werfort se lê: "Depois de 1964, contudo, este estado de coisas parece ter mudado radicalmente: as duas únicas greves industriais importantes havidas desde então parecem evidenciar que a estrutura sindical oficial já se encontra inteiramente falida. Talvez seja possível encontrar um ou outro sindicato relativamente representativo, mas as eventuais exceções significam nenhuma garantia para o funcionamento da estrutura sindical do país, nem mesmo no nível precário em que sempre funcionou no passado."

Este trecho do artigo, que se nos afigura bem indicativo do pensamento do autor, é uma mistura de meias-verdades e de conclusões arbitrárias, que determinam postulações falsas sobre as formas de atuação que os trabalhadores devem adotar no momento.

Nossa crítica apóia-se no seguinte:

1) É muita leviandade dizer que "as duas greves industriais importantes havidas desde então (refere-se o sr. Werfort aos últimos nove anos) parecem evidenciar que a estrutura sindical oficial já se encontra inteiramente falida". Julgamos que tal assertiva é leviana, desde que conclusões desse tipo não podem partir de dados isolados, mas de todo um conjunto de fatos da luta dos trabalhadores, nestes últimos nove anos.

"Só resta concluir que o articulista está inteiramente 'por fora' da situação real do movimento operário e de como os trabalhadores estão agindo"

2) Onde quer chegar o sr. Werfort com a afirmação de que a "estrutura sindical oficial já se encontra falida"? Tudo faz crer que o articulista tenta sugerir que os trabalhadores nada mais podem esperar da estrutura sindical que existe, e que, por isso, devem partir para a organização de outro tipo de sindicatos. Se é correta nossa hipótese (a respeito do que pensa o sr. Werfort), só resta concluir que o articulista encontra-se inteiramente "por fora" da situação real do movimento operário e de como os trabalhadores estão pensando e agindo. Tentar criar organizações sindicais fora da atual estrutura sindical é absolutamente impraticável, *nas condições vigentes*, grifamos. Além disso, dentro dessa mesma estrutura sindical é possível se fazer algo de útil e concreto para os trabalhadores, inclusive criar condições para, no futuro, alterá-la radicalmente. Confirma amplamente nosso ponto de vista o artigo sobre a situação do movimento sindical, publicado por OPINIÃO no início de janeiro.

Assim, os trabalhadores, em defesa de seus direitos e interesses, devem é ir para os sindicatos, atuar dentro deles, contribuir para a sindicalização em base, criar vínculos estreitos entre o sindicato e a massa das empresas, participar nos congressos e encontros sindicais, etc.

É certo que não é fácil atuar nos sindicatos em função dos interesses da classe operária, e muitos trabalhadores abandonam esse caminho em virtude de existirem vários fatores negativos. Mas a atuação nos sindicatos existentes é uma das poucas e mais válidas formas de ação num regime como o nosso.

3) O erro do sr. Werfort (se é que interpretamos bem o seu modo de pensar, repetimos) consiste em apresentar para os trabalhadores uma perspectiva de ação irrealizável. Em conseqüência, o sr. Werfort, com essa tese, estimula as atitudes de . . . cruzar os braços, de nada se fazer para uma mudança radical no quadro brasileiro. Portanto, o sr. Werfort está em oposição direta ao que diz o sr. Fernando Henrique Cardoso, em excelente artigo, também publicado em janeiro por OPINIÃO n.º 9 (. . .).

Antonio Camargo Sampaio
Santo André, SP

O trem da alegria

A opinião pública pernambucana sentiu um verdadeiro desafogo com aquela reportagem sobre os incontestáveis fatos existentes no governo de Pernambuco, ora sob a égide dos Gueiros. Não há uma só linha que não seja verdadeira (embora tenha havido algumas omissões de Gueiros na relação de nomes do ilustre clã do ex-ministro do Supremo e ex-promotor público de Canhotinho).

(. . .)Desejo levar ao seu conhecimento uma recente imoralidade levada a efeito pela Assembléia Legislativa de Pernambuco. (. . .)A Assembléia Legislativa de Pernambuco promoveu, na semana passada, um "primeirinho" *trem da alegria*, com a criação de novos cargos e nomeação imediata de pessoas amigas dos deputados, com salário regular e como "coação silenciosa" inclui alguns jornalistas, um membro da Academia Pernambucana de Letras (dr. Danilo Fragoso, escritor, poeta e historiador) e um publicitário (dr. Clóvis Menezes). O silêncio, de fato, recaiu sobre essa iniciativa da "Casa de Joaquim Nabuco", não passando os comentários dos corredores e de reclamações cautelosas dos funcionários cujos interesses – em face do "trem" – estão sacrificados ou relegados a segundo plano.

Crê-se que esse "trem" é prenúncio de outro de vagões mais carregados. Gritemos pois contra esse avanço dos democratas nos dinheiros públicos.

Francisco de Assis Lima
Recife, PE

Aguardando a morte

. (. . .)Passou desapercebido do grande público a vinda ao Brasil da missão da Cruz Vermelha Internacional, que aqui esteve para uma viagem de inspeção ao tão falado problema do genocídio, que poderia estar ocorrendo entre os nossos índios. Depois pouco falou-se a respeito da viagem e de seus resultados. Acompanhou a missão, nomeado oficialmente pelo nosso governo, o padre José Vicente Cézar, antropólogo, estudioso do problema e pesquisador conhecido internacionalmente.

Tive a oportunidade de manter um contato com o referido padre que gentilmente colocou à minha disposição o seu relatório de viagem, seus artigos de incansável homem voltado ao índio brasileiro (. . .) e mais de 600 *slides*, documentário da viagem. Qual não foi meu espanto quando deparei com o quadro dantesco em que vive a tribo dos Nhambiquaras.(. . .) Largados como animais, sem condições mínimas de higiene, aguardam passivamente a morte.

A conclusão a que se chega é que, segundo o antropólogo, trata-se de etnocídio, não de genocídio, isto é, o índio desaparece graças à nossa criminosa omissão. Se ainda restam 50 mil índios no Brasil é porque existe um trabalho incansável de missionários que não medem sacrifícios para que este não desapareça.

Quando me despedi do padre Vicente Cézar, ele estava acompanhado por um índio recuperado de uma tuberculose e alfabetizado. É o exemplo que vale mais que mil palavras.

Reynaldo Laforgia
São Paulo, SP

De bandido a patriota

O motivo desta é comentar a matéria publicada no número 12 de OPINIÃO, sob o título *Mortes no Rio*. Segundo a dita matéria, os "órgãos de segurança" informaram a morte, no Rio, de seis terroristas, mortes estas que se somam a outras nove, divulgadas pela mesma fonte desde os primeiros dias de janeiro. (. . .) Também causa estranheza a simplicidade com que as notícias são divulgadas. (. . .)

As referidas notas dos "órgãos de segurança" também foram divulgadas por outros jornais, alguns dos quais com um sensacionalismo invulgar. Falam de "bando de terroristas", "bandidos", etc. (. . .) Não posso falar por todos, mas pelo menos no que se refere a um deles estes adjetivos não são apropriados. Refiro-me a Lincoln Cordeiro Oest. Conheci-o pessoalmente.

Em 1946, quando o sol voltou a brilhar sobre nossa pátria após a noite negra do Estado Novo, realizaram-se eleições para a Constituinte. Entre outros candidatos, encontrava-se um antigo oficial da Aeronáutica, lutador de primeira hora contra o anterior perigo nazista. Lincoln Cordeiro Oest foi eleito deputado federal pelo então Distrito Federal, com expressiva votação, inclusive com o meu voto, pois aí residi nessa ocasião. Posteriormente Oest foi serventuário da Justiça, como oficial de um cartório aí na Guanabara. Não se trata pois de um bandido, ou terrorista. Tinha suas idéias, é bem verdade, mas sempre foi um patriota e democrata convicto. (. . .)

Joaquim Ribeiro de Souza
Santo André, SP

opinião

Uma publicação da Editora Inúbia Ltda.

DIRETOR
Fernando Gasparian

REDAÇÃO

EDITOR
Raimundo Rodrigues Pereira

SECRETÁRIO DE REDAÇÃO
Antonio Carlos Ferreira

EDITORES-ASSISTENTES
Arlindo Manigoti, Abel Silva, Carlos Castilho, Juracy Andrade, Marcos Gomes.

REDATORES
Ana Maria Brisola, Antonio José Mendes, Eva Salm, Flavio Lara, Heloisa Dadario, Jô Amado, João Lizardo, Marta Villela, Nádia Raid Moreno, Regina Lemos, Ronaldo Brito

CORRESPONDENTES
Alberto Carbone (América Latina), Bernardo Kucinski (Londres), José Bessa (Paris), Júlio César Montenegro (Brasília), Paulo Francis (Nova York), Vanna Brocca (Milão), Hamilton Almeida (Salvador), Ivan Maurício (Recife), Teodomiro Braga (Belo Horizonte)

EDITORES-CONTRIBUINTES
Aguinaldo Silva, Aloysio Biondi, Gerson Toller Gomes, Jean-Claude Bernardet, Sérgio Augusto

ARTE
Valdir de Oliveira, Cássio Loredano (Ilustrações), Dieter Stein (assistente)

ADMINISTRAÇÃO

GERENTE ADMINISTRATIVO
Raimundo Andrade

Assinatura para o Brasil, Cr$ 120,00 a anual e Cr$ 65,00 a semestral; para o exterior, US$ 30 a anual e US$ 15 a semestral. Envio por via aérea ou pelos serviços postais de entrega rápida. Redação: Rua Abade Ramos, 78, Jardim Botânico, Rio de Janeiro, telefones: 246-7466 e 226-1764. Administração, telefone: 246-5326. Distribuição: Abril S.A. Cultural e Industrial, Rua Emílio Goeldi, 575, Lapa, São Paulo; Composição: Jet Press – Rua Aires Saldanha, 98-A – Rio de Janeiro. Impressão: Editora Mory, Rua do Resende, 86, Rio de Janeiro.

ALÉM DA EDIÇÃO BRASILEIRA DO LE MONDE OPINIÃO PUBLICA AINDA UMA SELEÇÃO DE ARTIGOS DOS SEGUINTES JORNAIS E REVISTAS

The Washington Post
THE GUARDIAN
The New York Review of Books
NEW STATESMAN

Silêncio e prudência

Depois de um período agitado, a CNBB procura definir em Assembléia outros rumos para a Igreja.

om uma resolução aprovada para que nenhum bispo, isoladamente, conceda entrevistas à imprensa, a XIII Assembléia-Geral da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, reunida em São Paulo, está se cercando de cuidados que os jornalistas consideram exagerados. Tudo parece indicar que a CNBB considera ser este um momento de fortalecimento político em que o silêncio e a prudência serão os grandes trunfos. A prudência aliás foi solicitada pelo próprio papa Paulo VI em carta dirigida quarta-feira última ao presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider.

Enquanto ouvem longas explanações sobre aspectos eminentemente teológicos, os jornalistas ficam sem respostas para questões relacionadas a temas como *Direitos do Homem* ou *Visão Panorâmica dos Códigos Civil e Penal*. Talvez o que esteja acontecendo é que a Igreja queira controlar as posições de alguns representantes menos dóceis para que não interfiram no seu relacionamento com o Estado.

Nascida há 20 anos, da necessidade de coordenar os esforços do episcopado nacional para uma maior eficiência de ordem pastoral, a CNBB tornou-se nos últimos anos uma caixa de ressonância dos acontecimentos mais em evidência no âmbito nacional e também, por vezes, em áreas mais restritas, como o movimento em favor dos índios, os problemas sócio-econômicos da Amazônia e da reforma agrária, e o problema dos presos políticos. Essa ação de nível temporal, particularizada por alguns setores do episcopado, foi assim responsável por atritos que a Igreja aprendera a evitar. O problema chegou ao auge, no ano passado, com o conflito havido entre posseiros, defendidos por um missionário estrangeiro apoiado por seu bispo, dom Pedro Casaldáliga (OPINIÃO n.º 14), e uma companhia agroindustrial em Mato Grosso. O episódio motivara sucessivas e sigilosas reuniões de dom Ivo Lorscheiter, secretário-geral da CNBB, com o ministro da Justiça, Alfredo Buzaid.

Nessa época foi pedida uma "trégua de silêncio", que após reações da cúpula da CNBB, foi adotada por ela própria. Agora, a pauta dos trabalhos da Assembléia indica que, ao contrário do que ocorria há algum tempo, os problemas do relacionamento com o governo já não ocupam o plano principal das preocupações. Nesse sentido foi a resposta do arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, a OPINIÃO, ao ser indagado como deveriam ser as relações entre Igreja e Estado no Brasil, hoje: "Há campos bem distintos para o Estado e a Igreja mas há, igualmente, um grande ponto de encontro que é o Homem. Se, por um lado, o Estado e a Igreja assumem compromisso de realizar a missão específica, um no campo temporal, outra no campo espiritual, por outro, terão que estar inteiramente a serviço da dignidade e da promoção do Homem. Não é possível separar o campo material, cultural, social e espiritual, porque o Homem se realiza, a um tempo, em todas estas esferas. A consciência clara da missão específica, como igualmente a disposição de solucionar os problemas humanos, ditariam as normas para as relações justas e fecundas."

Mas isto, segundo observadores, não implica em abandono das questões sociais. É possível, inclusive, que já estejam surgindo polêmicas sobre esses assuntos, embora dificilmente cheguem à sala de imprensa. Dom Lucas Moreira Neves, bispo-auxiliar de São Paulo e responsável pela Linha de Comunicação Social da CNBB, desfazendo qualquer expectativa nesse sentido, informou que não há qualquer idéia de se fazer um documento sobre a Assembléia: "Essa Assembléia não é decisória e por isso não tomará posição sobre ponto nenhum". Entretanto, na entrevista que concedeu no dia 2 último, no Rio, o presidente da CNBB, dom Aloísio Lorscheider, definia de outra maneira o que se pretendia: "Pode-se dar o caso de certas deliberações da Assembléia-Geral dependerem de confirmação pela Santa Sé. Nesse caso, essas deliberações só serão definitivas e tornadas públicas, cumpridas esta condição. Nos demais casos, em virtude do bem comum e da comunhão hierárquica, os bispos procurarão executar o que tiver sido deliberado na Assembléia-Geral, abstendo-se, muito particularmente, de pronunciamentos públicos contra o que se tiver estabelecido." (Genilson Cezar)

TORTURAS

"Nunca houve, não há e nem vai haver."

Uma sucinta nota distribuída aos jornais brasileiros, quarta-feira última, definia o encontro mantido pelo secretário de Segurança da Guanabara, general Antonio Faustino da Costa, com 29 correspondentes estrangeiros no Brasil: "foi a primeira vez que autoridade brasileira de Segurança concedeu entrevista à imprensa estrangeira, abordando sem quaisquer restrições todos os temas ligados à Segurança Nacional: o terrorismo e a filosofia da repressão, a luta da polícia contra a Máfia e o tráfico de drogas; assaltos contra bancos e casas comerciais; e a delinqüência juvenil."

Nesse clima de ampla liberdade, o secretário de Segurança respondia às dúvidas dos jornalistas: "No Brasil não há presos políticos, nem torturas. O que há são criminosos, com fachada de subversivos ou não, que assassinaram, assaltaram propriedades, famílias e organizações. Cometeram crimes comuns e são julgados pela Justiça". Segundo o militar, na Guanabara "entre 60 a 90 indivíduos condenados por subversão se encontram detidos nos nove presídios do Estado."

Atribuindo as informações sobre torturas no Brasil ao resultado de uma campanha de antibrasileiros, o general Faustino comparou o problema ao caso do Esquadrão da Morte: "Não existe nenhuma organização chamada Esquadrão da Morte. Nem com o apoio nem com o conhecimento da Secretaria de Segurança. Há casos de alguns policiais que na oportunidade fizeram justiça com as próprias mãos, porém seus autores foram imediatamente submetidos à ação da Justiça". Para o general Faustino "as torturas são mais um caso de necessidade dos órgãos de imprensa de terem assuntos destacados, muitas vezes com finalidades comerciais." Ante a insistência de um repórter que ensaiava uma pergunta, o diretor do DOPS, coronel Gastão Fernandez, respondeu bruscamente: "No Brasil nunca houve torturas, não há e nem vai haver."

ELEIÇÃO

Perguntas e dúvidas sobre o colégio eleitoral

A ARENA formou um grupo de trabalho, sob a presidência do senador Gustavo Capanema, encarregado de rever a legislação político-eleitoral. Na semana passada um dos componentes desse grupo, o senador Clodomir Millet (ARENA-Maranhão) deu declarações à imprensa em que, se não definiu novos rumos para nossas eleições, pelo menos apresentou muitas perguntas e dúvidas sobre o funcionamento do colégio eleitoral que elegerá o novo presidente da República no dia 15 de janeiro do próximo ano.

Pela Constituição de 1969, o presidente pode ser escolhido "entre os brasileiros maiores de 35 anos e no exercício dos direitos políticos, pelo sufrágio de um colégio eleitoral, em sessão pública e mediante votação nominal". O Congresso e mais os representantes indicados pelas Assembléias Estaduais formam, segundo a Constituição, o colégio eleitoral. Acontece que a Constituição não especifica a composição e o funcionamento do colégio, tarefa que está dependendo de uma lei complementar.

É essa lei que o senador Millet gostaria de ver votada até maio pelo Congresso. Mas ele modestamente prefere que o Executivo tome a iniciativa de apresentar também o projeto dessa lei. Disse o senador: "Partindo do Executivo, seria resguardado o caráter impessoal e não estaria a acobertar interesses dessa ou daquela corrente". Outra vantagem que ele apontou é que desse modo o projeto andaria mais rápido nos escaninhos parlamentares.

Estas são aliás algumas das poucas certezas das declarações do senador, onde as perguntas predominam: Quem deverá presidir o colégio eleitoral? Já que em janeiro o Congresso está em recesso, quem irá convocá-lo? Quando e como deverão agir as Assembléias Estaduais para escolher seus delegados? A Mesa para presidir os trabalhos da eleição será a mesma do Congresso? Onde e quando deverá ser feito o registro das candidaturas do presidente e vice-presidente da República? Quais os documentos que terão de ser apresentados?

Embora sem questionar a visão técnica do senador Millet, dirigentes arenistas duvidam de seu saber político quando pergunta quem vai presidir o colégio eleitoral. Para esses dirigentes a resposta só pode ser uma: Filinto Strumbling Muller. Principalmente, dizem, "quando se sabe que uma das razões de sua escolha para a presidência do Senado foi justamente a missão que deverá desempenhar a 15 de janeiro do ano que vem."

GRIPE

As dúvidas da fog e as esperanças da vacina eficiente

Embora já tendo sido batizada no Brasil, ainda não se sabe se a gripe inglesa *fog* desembarcou aqui ou ainda está em viagem. O ministro da Saúde, sr. Mario Machado de Lemos, confirma casos isolados da gripe no Rio mas nega que haja um surto. Os 4 mil casos de pessoas que procuraram os hospitais e ambulatórios da Guanabara na semana passada seriam estados gripais comuns em doentes alarmados pelo noticiário da imprensa.

Em Belo Horizonte, as autoridades sanitárias declaram estar mais preocupadas com o lançamento em Minas Gerais da Campanha Nacional contra a poliomielite, doença que continua fazendo vítimas no Estado, enquanto a *fog* não se manifesta.

Na Europa, enquanto a Organização Mundial da Saúde declara que "a gripe é a última das grandes pestes que no passado dizimavam periodicamente a espécie humana; ela continua uma das mais importantes doenças infecciosas e diante dela nos encontramos ainda completamente desarmados", em Paris se anuncia a descoberta de uma vacina contra todos os tipos de vírus de gripe existentes. A descoberta do Instituto Pasteur está sendo encarada como uma realização revolucionária, apesar dos problemas que poderão surgir, dada a grande capacidade de adaptação e mutação do vírus da gripe. Isto poderia fazer com que houvesse um fortalecimento do vírus existente que se tornaria imune à vacina. Os cientistas do Instituto, no entanto, garantem a validade da vacina até 1978. Resta esperar que ela, pelo menos, seja suficientemente testada antes de poder ser distribuída comercialmente.

LIGHT

As enchentes de São Paulo e as águas da Light

A chuva forte começou às 10 horas da noite de sábado, dia 22 de janeiro de 1972, e prosseguiu até quase a manhã do dia seguinte. Mas foi apenas por volta das 12 horas do domingo, dia 23, que o pessoal da Solorrico (Fábrica de Adubos de São Paulo) conseguiu livrar-se das águas do Rio Pinheiro, que invadira as suas instalações provocando prejuízos avaliados em cerca de um milhão de cruzeiros. Na semana passada, o perito José Carlos Pellegrino, indicado pela Solorrico, apresentou o seu laudo apontando a Light – Serviço de Eletricidade S.A. – como culpada dessa enchente "não só pela falha operacional das comportas da barragem de Edgard de Souza, mas, sobretudo, pelo fato de seus operadores não terem observado as normas no que tange ao bombeamento da estação de Traição". Aguarda-se para dentro de dois meses a decisão da ação preparatória que a Solorrico está movendo na Terceira Vara da Fazenda Municipal, e tudo indica que o laudo do perito indicado pela prefeitura de São Paulo vai reafirmar as conclusões de Pellegrino, restanto à Light defender-se através do seu perito de mais esta acusação sobre a sua responsabilidade nas enchentes da capital paulista.

NOTAS NACIONAIS

A CIA e os Voluntários

Sem que ninguém houvesse declarado o contrário, o diretor do Corpo de Voluntários da Paz no Brasil declarou semana passada que aquele órgão não estava envolvido em atividade da CIA (Agência Central de Inteligência). Era uma resposta indireta à declaração do presidente Nixon numa conferência de imprensa, em que falara em "cargos privilegiados nos Corpos da Paz ou algo semelhante". Sobre o relacionamento entre CIA e Corpos da Paz, Ana Gabriela, correspondente de OPINIÃO em Washington, ouviu Tom Ross, co-autor do livro *O Governo Invisível*.

Alto, elegante, cuidadoso nas afirmações, o atual chefe da sucursal de Washington do *Chicago Sun Times* diz que, em virtude dos numerosos malogros e críticas durante os últimos anos, a CIA passou a planejar suas operações com mais cuidado.

Os Voluntários da Paz levam uma mensagem humanitária, mas o fato da CIA ter tentado usá-los no passado diminui a eficácia da mensagem, que é importante para a imagem externa dos Estados Unidos.

A maior parte dos Voluntários são jovens idealistas liberais de esquerda, dispostos a dedicar seu tempo à transformação da vida das populações com que trabalham. Por isso, um dos grandes problemas dos diretores regionais do Corpo da Paz é evitar que os Voluntários se aliem aos esquerdistas. Durante os últimos anos, houve modificações na seleção de Voluntários, no sentido de buscar profissionais em vez de jovens entusiasmados. As possíveis modificações não param por aí. Ross não tem informação concreta de que os Voluntários da Paz estejam atualmente sendo usados pela CIA. Em termos de operações secretas, a experiência ensina que, quando a máscara cai, deve-se substituir o agente ou a organização. Por isso, é mais eficiente usar o adido militar, um assessor técnico norte-americano, ou mesmo brasileiro, para fazer o trabalho de coleta de informações e "influenciamento", do que um jovem voluntário.

De qualquer maneira, os Voluntários da Paz são apenas uma parte do aparato da política externa norte-americana, e se não são eles que estão fazendo o "sujo trabalho", outros estão.

Dom Paulo Evaristo Arns diz que, mesmo cardeal, nada vai mudar em sua vida: "Nasci de família humilde e agora sou chamado a participar das preocupações do mundo." Sua nomeação foi em geral bem recebida. Porém, ao lado das comemorações, surgiram interpretações de "lutas de classe no seio da Igreja Católica."

OS CARDEAIS

D. Paulo, D. Avelar, D. Helder

Quando dom Paulo Evaristo Arns e dom Avelar Brandão Vilela, arcebispos de São Paulo e Salvador, respectivamente, foram elevados ao cardinalato, há duas semanas, o Brasil tornou-se um dos cinco países de maior representação no Sacro Colégio, uma espécie de Senado da Igreja, cuja maior atribuição é eleger o papa. O gesto de Paulo VI foi, de um modo geral recebido, não só como prova de apreço pessoal aos novos cardeais, mas como inequívoca manifestação de benevolência para com o Brasil. Houve exceções: para *O Estado de São Paulo*, para quem o papa tinha escolhido "homens que se distinguiram mais por atitudes de politização e de horizontalização da Igreja ... que por uma posição de intrépida defesa da integridade da fé em tempos de confusão". O jornal afirmava ainda que a cidade de São Paulo desmerecia tal honra. Segundo o Centro de Informações Ecclesia, da Arquidiocese paulista, o *Estado* interpretava o gesto de Paulo VI de uma perspectiva marxista, como se houvesse luta de classes no seio da Igreja Católica.

A nomeação dos 30 novos cardeais foi vista ainda sob outro aspecto pela revista americana *Time*. A revista estranhou a falta de um nome entre os latino-americanos que terão o chapéu púrpura: "o conhecido bispo dos pobres do Brasil, dom Helder Pessoa Câmara, arcebispo de Olinda e Recife". Mas dom Helder, segundo o *Time*, não ficou sem compensação. No mesmo dia em que a lista papal se tornou pública, ele foi escolhido para uma honraria de tipo diferente. "Por seu trabalho em favor da justiça social e de mudança pacífica no Brasil, nove membros do Parlamento sueco nomearam dom Helder para o Prêmio Nobel da Paz."

* O Brasil passa a ter seis cardeais: dom Carmelo de Vasconcelos Motta, arcebispo de Aparecida; dom Agnelo Rossi, prefeito da Sagrada Congregação para a Evangelização dos Povos, em Roma; dom Vicente Scherer, arcebispo de Porto Alegre; dom Eugenio Salles, arcebispo do Rio de Janeiro; dom Avelar Brandão Vilela, arcebispo de Salvador; dom Paulo Evaristo Arns, arcebispo de São Paulo.

Por fora do terceiro mundo

A viagem de Mário Gibson Barbosa. Por Newton Carlos.

Depois de chamar, em discurso no Quênia, de "mito da sub-história" e "concepção ilusória" a idéia de um *terceiro mundo* como força política na cena internacional, o ministro Gibson Barbosa foi a Israel e voltou ao Brasil convencido da possibilidade de negociações entre árabes e judeus.

Não há nenhum dado visível capaz de justificar o otimismo do ministro do Exterior brasileiro. Ao mesmo tempo a pretendida eqüidistância do Brasil na crise do Oriente Médio é tumultuada por contradições evidentes. O Brasil confia na eficiência da Resolução 242 da ONU como proposição de paz. Ela é aceita pelos árabes, que antes de tudo querem ver os israelenses fora de seus territórios. Mas Israel reiterou para Gibson Barbosa a disposição de manter alguns territórios ocupados, no mínimo as colinas de Golan, a parte velha de Jerusalém e a faixa de Gaza, o que significou resposta indireta ao apoio do Brasil à Resolução 242. O governo israelense mostrou-se "profundamente cético" quanto à possibilidade de a ONU atuar eficazmente na crise, e a posição brasileira é de confiança nos mecanismos internacionais de paz.

O interesse despertado pela atuação diplomática do Brasil no Oriente Médio impediu que um discurso no Quênia fosse devidamente anotado. Ele representou, no entanto, o gesto de Gibson Barbosa destinado a ter repercussões mais concretas e de maior importância. Pela primeira vez uma autoridade brasileira negou publicamente validade ao conceito de *terceiro mundo*. Disse Gibson Barbosa: – "Os ativistas do *terceiro mundo* tentam perpetuar uma divisão estranha e inaceitável entre os povos que fazem a história e aqueles que a sofrem. O Brasil não pertence a esse grupo e nem acredita na existência de um *terceiro mundo*. Para nós existe a indivisível responsabilidade conjunta das nações ricas e pobres na erradicação do subdesenvolvimento."

De quem é a culpa

A existência pelo menos de subdesenvolvimento é aceita. "Admiro o pudor desse neologismo, subdesenvolvimento, que anda de boca em boca como se ninguém tivesse culpa, pelo que ele significa", escreveu Sartre. "Será do clima? Ou dos recursos do solo? Talvez da indolência dos subdesenvolvidos. A culpa é certamente da natureza, madrasta e ávara para alguns e demasiadamente pródiga para outros. Por que buscar responsáveis entre os homens"? Antes de chamar o *terceiro mundo* de "mito da sub-história", "concepção ilusória" ou "imobilismo fatalista", Gibson Barbosa deveria considerar as raízes de um fenômeno que não é abstração ou produto da natureza. Deveria, acima de tudo, considerar os fatos antes de apontar com tanto empenho o rumo de uma estratégia de "indivisível responsabilidade conjunta" de ricos e pobres na luta contra o subdesenvolvimento, cujos fatores básicos são de contradições e não convergência.

Em 1955, nações jovens, algumas ainda a caminho da independência política, reuniram-se em Bandung, Indonésia. A marca de Bandung foi o descompromisso com velhos esquemas que haviam levado a duas guerras mundiais. A decisão de representar algo novo, como peças de um mundo emergente, abria teoricamente uma terceira opção na polarização entre ocidente e comunismo. Na Conferência de Belgrado, em 1961, quando a descolonização era acelerada, a Índia insistiu e obteve prioridade para um esforço de mediação entre os Estados Unidos e União Soviética, na época em ativo belicismo. "Nenhum de nossos problemas terá qualquer importância desde que a crise de Berlim resulte em guerra", disse Nehru. A essência anticolonialista de Bandung assumia a forma de um neutralismo antiguerra, mas Berlim já não é problema, o presidente norte-americano esteve na China e União Soviética e a polarização ideológica cedeu lugar a um entendimento de potências.

Solidariedade de pobres

A decomposição do colonialismo depois da guerra fria estimulou as nações pobres, com a solidariedade de Bandung e Belgrado ampliada, e alcançando decisivamente a América Latina, a examinarem melhor suas opções e problemas reais. Nas Nações Unidas diplomatas brasileiros intervieram com destaque em negociações partidas de um diagnóstico estatisticamente claro: a América Latina, Ásia e África recebiam em ajuda econômica soma de dólares menor do que as perdas com o aviltamento de suas matérias-primas. A luta pela amenização de estruturas internacionais de espoliação resultou afinal nas conferências de comércio e desenvolvimento, a primeira realizada em 1964, em Genebra. Nela 77 países subdesenvolvidos com interesses próprios, independentes dos das potências capitalistas e do fechado bloco comunista, subjugado à hegemonia soviética, assinaram um documento de causa comum. Nasceu assim o "grupo dos 77", dando forma mais definida a uma espécie de *terceiro mundo*.

Chamar esse fenômeno de imobilista é negar a realidade. Os sindicatos de países produtores de matérias-primas, como petróleo e cobre, resultam de uma dinâmica *terceiromundista*. Eles mostram que só posições de força, sob o o impulso de solidariedade incorruptível, conseguirão alterar estruturas internacionais de espoliação.

"Cooperação interamericana"

Esvaziando ainda mais a proposição de Gibson Barbosa, de "indivisível responsabilidade conjunta" de países pobres e ricos na luta contra o subdesenvolvimento, há a tragédia da "cooperação interamericana". Acaba de ser revelado em Washington o deficit comercial da América Latina com os Estados Unidos em 1972: 699 milhões de dólares que iriam a mais de um bilhão não fosse o petróleo da Venezuela. A isto junte-se quase dois bilhões de dólares de pagamentos de serviços, *royalties*, juros de empréstimos e outras cargas intermináveis. "Não pode haver tratado igual entre desiguais" é o princípio que determinou a ruptura pela Venezuela de um acordo de reciprocidade comercial com os Estados Unidos vigente desde 1939. As opções e problemas reais de um *terceiro mundo* incidem cada vez mais no comportamento da América Latina, hoje integrada com a decisão nessa frente de luta. Na entrega a Nixon de um documento aprovado unanimemente pelos países latino-americanos em Viña del Mar, disse Gabriel Valdez, ex-ministro do Exterior do Chile: "Os atuais interesses do desenvolvimento da América Latina não são iguais aos dos Estados Unidos. Tendem inclusive a ser contraditórios em muitos aspectos."

O 3.° mundo e o "milagre"

Mas tem um sentido o discurso de Gibson Barbosa no Quênia. Desde a terceira conferência de comércio e desenvolvimento, em 1972, no Chile, é visível a decisão do Brasil de distanciar-se de um *terceiro mundo* no qual talvez não se encaixe o "milagre brasileiro". Gibson Barbosa cansou-se de fazer discursos enquanto as decisões políticas saíam do Ministério da Fazenda. Na reunião do "grupo dos 77", em fins de 1971, em Lima, qualquer atitude do Brasil era examinada previamente por telefone com Delfim Netto, que só aceitou a criação de um comitê monetário dos subdesenvolvidos (oito latino-americanos, oito asiáticos e oito africanos) por vê-lo como ponte para o Brasil chegar ao reduzido grupo de países encarregado de examinar a crise monetária internacional. Gibson Barbosa enquadrou-se, afinal, mas o distanciamento do Brasil não significa que o *terceiro mundo* vá deixar de existir.

KREEN-AKARORES

Exatamente agora regressava do interior de nossos sertões, onde, com meu irmão Claudio, estou empenhado na consumação de mais um crime contra o nosso índio. Crime que cometemos em nome da nossa civilização. Ao cometê-lo, porém, nos consola saber – e aí concentramos todos os nossos esforços – que desventura maior eles (os Kreen-Akarores) teriam se não houvesse um esforço mediador, amenizador do choque inevitável entre as duas civilizações.

Então, é o caso de se perguntar: por que atraí-los?

Quando as suas aldeias estavam camufladas pela mata, eles viviam felizes. Um dia, porém, o avião os avistou. E quis a casualidade que uma das transamazônicas passasse nas proximidades de sua morada. Nesse dia começou a tragédia de mais uma nação indígena.

Lévi-Strauss, referindo-se aos povos primitivos, disse: "São duas humanidades que se cruzam, com um tempo quase nulo para se observarem". Podemos acrescentar: Ao fazê-lo, a nossa humanidade o faz com os olhos da investigação e da pesquisa. E a outra, primitiva, com os olhos dos povos tragediados.

Particularizando nosso país, podemos afirmar, sem exageros, que o processo estabelecido nas relações entre as duas sociedades – a primitiva e a nossa – não é somente de destruição sistemática da cultura da primeira, mas sim da própria criatura.

A ciência a cada dia nos revela coisas extraordinárias. Verdades que, pelas suas surpreendentes revelações parecem mais coisa de ficção científica. Eis-nos diante dos círculos fantásticos dos anti: o antiuniverso, a antimatéria. Seria de se crer surgisse agora o antigente. O homem é mais estranho que o universo. Estariam os povos primitivos fatalmente marcados pelas civilizações modernas? A verdade é que seus domínios e suas terras são garantidos pela Constituição. Pena que se modifiquem ao sabor das injunções maiores. Verdade que, como tutelados do Estado, contam com um organismo que sobre eles deveria abrir suas asas de proteção. Pena que a burocracia, os programas e as acomodações não deixem que cheguem até eles os recursos do Estado. Pena que o exercício da tutela não esteja todo voltado para a assistência, para o resguardo nacional. Bom seria que não houvesse a preocupação de uma integração rápida, em nome da "salvação". Diante disso tudo, grita uma verdade maior: Um povo está morrendo . . .

ORLANDO VILLAS BOAS

Há alguns meses, num rústico acampamento às margens do Rio Peixoto de Azevedo, no norte de Mato Grosso, Orlando Villas Boas previu o fim de sua longa missão em busca dos índios Kreen-Akarores e escreveu o discurso (reproduzido acima) que pronunciaria para senhoras da Legião Brasileira de Assistência. "Um povo está morrendo", ele dizia. "Cometemos (mais um crime) em nome da nossa civilização."

A pacificação dos Kreen-Akarores – o "crime" – aconteceu no começo da semana passada, quando cerca de 30 índios, alguns de até 2 metros de altura se encontraram amistosamente com o grupo de sertanistas chefiados por Claudio Villas Boas, que durante 382 dias caminhara pelas selvas em busca de um povo quase mitológico, os "índios gigantes" habitantes das vizinhanças da Serra do Cachimbo.

Os primeiros contatos dos irmãos Claudio e Orlando Villas Boas com os Kreen-Akarores ocorreram em 1950 e durante todo esse tempo, como representantes de nossa civilização, Orlando e Claudio buscaram pacientemente essa gente de hábitos pré-históricos cercada em suas próprias terras por uma nação que se expandia implacavelmente. Desde que foram anunciadas, há pouco mais de dois anos, as rodovias do Plano de Integração Nacional, a localização desse povo perdido foi transformada numa questão onde a pressa tomou o lugar de quase todas as outras considerações, talvez até mesmo as mais importantes. "Os índios não podem atrapalhar o caminho do progresso", disse o ministro Costa Cavalcanti, salientando sua crença de que os índios deviam ser afastados da rota de estradas cujo roteiro havia sido traçado sem nenhuma outra consideração que essa palavra também mitológica chamada "progresso."

No fim da semana passada, os Villas-Boas colocavam tambores na pista do acampamento onde se deu o encontro com os índios para evitar que mais "civilizados" levassem para os "gigantes" as suas mazelas: gripes, vícios, costumes e – de certa forma – a sua cultura. Orlando e Claudio tentam agora obter a demarcação das terras dos Kreen-Akarores. Acreditam que, com isso, e algum isolamento, eles resistirão melhor ao contato com os civilizados, uma experiência que, no Brasil, ao longo de quase 500 anos, tem sido quase sinônimo de extermínio.

Dos 1 a 2 milhões de índios que se presume terem existido no Brasil na época do descobrimento, restam hoje perto de 50 mil. Talvez o maior grupo desses sobreviventes seja o que buscou o abrigo das regiões extremas do alto Rio Negro. Ali vivem, entre 15 a 30 mil índios.

Estes, porém, não têm motivos para estar tranqüilos. Já em abril devem ser iniciadas as obras da Rodovia Perimetral Norte, a nova "transamazônica", que ligará o Amapá à Venezuela, percorrendo a faixa próxima de nossa fronteira norte e cortando ao meio essas últimas reservas naturais indígenas. Como é da sua prática, a FUNAI tentará "pacificá-los" com uma política onde a pressa toma o lugar de quase todas as outras considerações. Talvez até mesmo das mais importantes.

Está em extinção a tribo dos irmãos Villas Boas. Se os índios tivessem jornal e televisão, a notícia já teria-se alastrado como um fogo pelos últimos bolsões de mato onde vivem acuados. Se tivessem um poeta trágico (que os países civilizados não têm mais e eles nunca chegaram a ter), estaria compondo a história dos três rapazes que, em 1944, deixaram São Paulo possuídos da paixão inútil de salvar de alguma forma os índios. Eram três os rapazes de então, Orlando, Claudio e Leonardo. Ao morrer Leonardo, em 1961, a paixão tinha encontrado a única forma de não se consumir totalmente em vão: os Villas fundaram, então, o Parque Indígena do Xingu. Mas 10 anos depois, em 1971, mesmo esse Parque, que projetou, uma vez na vida, uma imagem séria e bela do Brasil no exterior, foi decepado pela BR-080, que liga Brasília à Cuiabá-Santarém o que poderia ter alterado seu traçado, mas não ia se dar ao trabalho só por causa de índios. Os Villas não puderam sequer protestar, sob pena de perder o emprego na Fundação Nacional do Índio. Para eles, perder o emprego não significa abrir mão dos menos de três mil cruzeiros que lá ganham por mês. Significa abandonar ao seu destino de cachaça, para os homens, e prostituição, para as mulheres, os índios para os quais pediam, no jardim fechado dos Parques, como o de Xingu, uma espécie de eutanásia, uma morte a prazo mais longo, uma fusão com o Brasil civilizado que se processasse como o encontro tranqüilo das águas verdes do Rio Tapajós mergulhando no Amazonas barrento, na esquina da cidade de Santarém.

Mas não pode ser. Índio tem que sair da frente ou morrer depressa pois nossa grande civilização não há de se atrasar nem um minuto por causa da fauna. Pacificados, agora, os Kreen-Akarores, Orlando Villas Boas declarou a O Estado de São Paulo ***que tanto ele como Claudio – já adentrados pelos 50 anos, recordistas de malária e de desconforto – iam abandonar o mato. Voltam a São Paulo, de onde saíram em 44 para a Expedição Roncador-Xingu e para receberem das mãos de Rondon o marechalato mais bonito e mais insensato do Brasil: o de amar os bugres. A notícia foi depois abrandada um pouco. Orlando e Claudio ainda têm um derradeiro grupo de índios a encontrar. Mas a permanência deles na FUNAI é coisa, agora, de pouco tempo. E a FUNAI mal consegue refrear sua impaciência de vê-los partir. Não é que Orlando e Claudio tenham tido tempo ou vontade de denegrir o Brasil no exterior com histórias de chacina de selvagens. Essas histórias, que tanto passaram a ofender o governo, foram inicialmente divulgadas pelo próprio Ministério do Interior, a cargo então do General Albuquerque Lima. As atrocidades que levaram à extinção do antigo Serviço de Proteção aos Índios, o famoso genocídio, foram divulgados pelo procurador Jader Figueiredo, que viajou 15 mil quilômetros de selva em aviões DC-3 do Ministério, em lanchas, teco-tecos e helicópteros e voltou do mato aterrado, narrando os mais hediondos crimes físicos e psicológicos contra o silvícola, principalmente quando dirigia o SPI o major-aviador Luis Vinhais Neves. Consultem os jornais de março de 1968 e ali verão a história, que jamais envolveu qualquer palpite ou opinião dos Villas.***

Mas escândalos enterram-se e desaparecem e a figura viva dos apóstolos ofende sempre. Nada melhor que se afastarem os Villas, que atrapalham a vida de grandes empresas famintas de terra e à marcha dos tratores. Francisco Meireles, outro grande sertanista, já chega também à aposentadoria e seu filho Apoena (Francisco deu ao filho o nome do cacique Xavante, ele que pacificou os Xavantes e hoje quase se arrepende) é outro perseguido da FUNAI. O sertanista e antropólogo Darcy Ribeiro vive fora do país. O sertanista e sanitarista Noel Nutels foi também forçado ensarilhar seu arco e flecha. Está quase totalmente limpa a via imperial dos tratores.

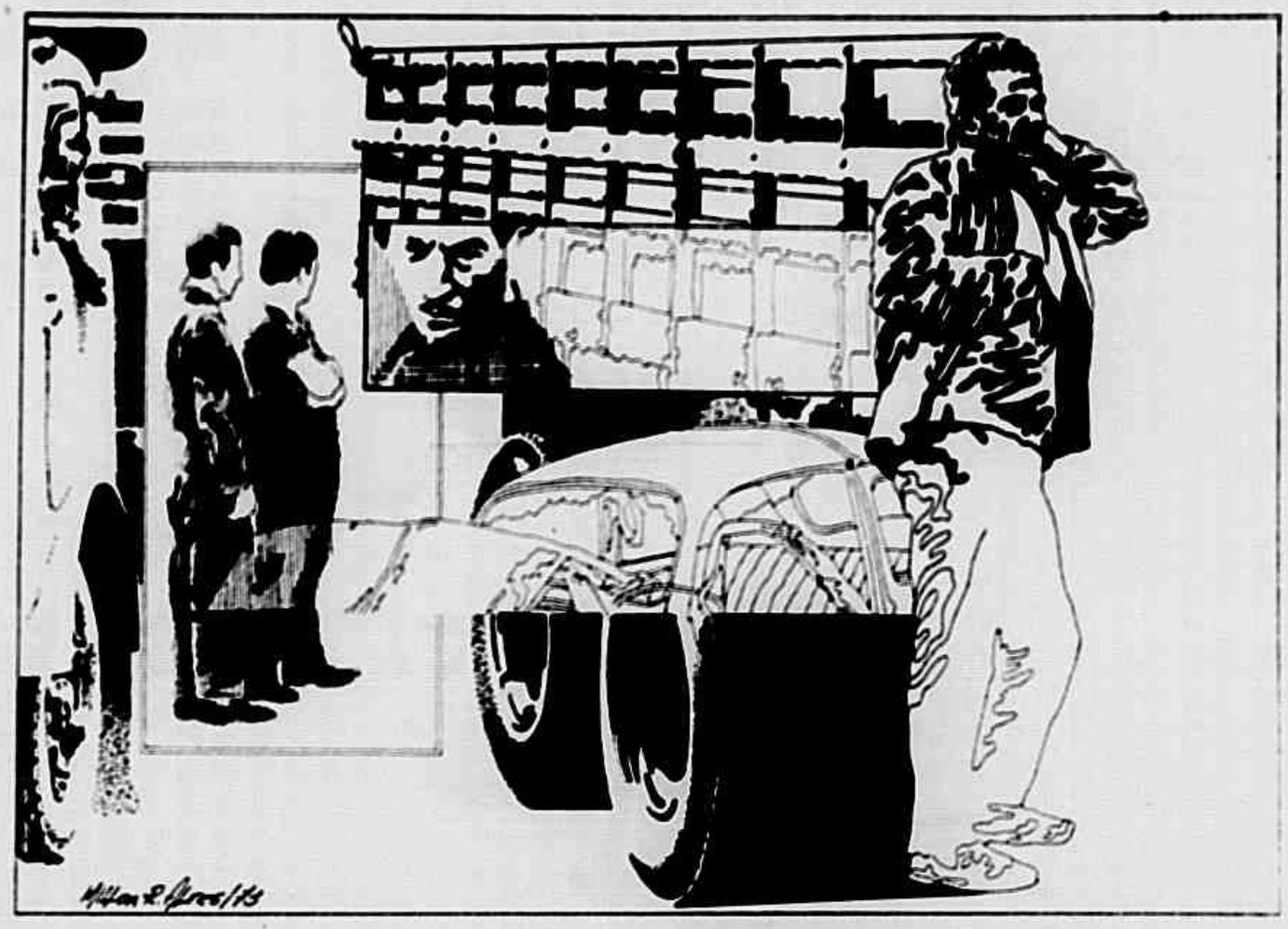
Só nos resta esperar que o Prêmio Nobel da Paz, que não chegou às mãos de Rondon, chegue, em 1974, às mãos de Orlando e Claudio Villas Boas. Uma vez mais, homens que estão no cume da ciência e da antropologia mundial desejam ver premiado, na pessoa dos Villas, o Parque Indígena do Xingu. Basta dizer que na Inglaterra chefia o movimento em favor de Claudio e Orlando o biologista e escritor Julian Huxley e na França ninguém menos que Lévi-Strauss, à frente da Societé des Americanistes. O sentido da láurea é o de chamar a atenção não só do Brasil como de todos os países onde ainda vivem, oprimidos, povos primitivos, para o fato de que estes, em sua desamparada humildade, definem, pela forma por que forem tratados, a fisionomia dos povos que os tutelam. É grande assim o poder dos que não têm poder nenhum.

Albert Schweitzer escreveu um dia que quando o amor não resolve um problema é que o amor foi pouco. Esse conceito inquietante não se aplica aos irmãos Villas Boas, que muito amaram os índios e que só têm agora o recurso de também perderem, como os índios, as florestas em que viviam.

ANTONIO CALLADO

A marcha batida dos desastres

1973 parece levar o Brasil à posição de recordista em acidentes de trânsito. No combate a esta tendência, os motoristas profissionais às vezes são encarados como o cão de Pavlov: seria preciso condicioná-los para conseguir um trânsito melhor.



Há estatísticas e estatísticas. As do trânsito, por exemplo, que crescem aparentemente tanto quanto às do Produto Interno Bruto, não são tão admiradas quanto estas: levam o Brasil para um dos primeiros lugares da lista de países com maior índice de acidentes automobilísticos no mundo. E este começo de ano tem sido particularmente ruim: nos primeiros 28 dias de janeiro, 211 pessoas morreram nas estradas paulistas, um recorde; na Avenida Brasil, no Rio, num só dia, houve um saldo de 47 feridos.

Os índices pareceram tão escandalosos que provocaram reações especiais. No Rio, o animador de televisão Flávio Cavalcanti, o Depto. de Trânsito e o Touring Club realizaram numa espécie de co-produção, a 1.ª Expo da Imprudência. Ferragens retorcidas de velhos carros foram apresentadas como advertência para motoristas imprudentes. Em São Paulo, a União Cívica Feminina, uma associação de ativas senhoras paulistanas, através de anúncios em *O Estado de São Paulo*, fez uma campanha dramática. "BASTA", em letras maiúsculas e com pontos de exclamação, diziam os anúncios. O próprio governo, através de sua Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), usou o tema acidentes de trânsito na sua última campanha aos brasileiros, através de cinemas e televisões.

Espantar é a solução

Através desse verdadeiro bombardeio publicitário se poderia talvez chegar à conclusão que os principais responsáveis por tudo são a imprudência ou a loucura dos motoristas. Eles deveriam ser punidos, disciplinados.

Os motoristas precisariam ter seus reflexos pavlovianamente condicionados pelo castigo, como se faz comumente com as crianças turbulentas – diz por exemplo, em outros termos, o delegado Rui Dourado, da Guanabara. Através de uma comparação infanto-campestre, ele mostra sua convicção no poder da repressão: "Se você deixa uma criancinha na confeitaria, ela come tudo que encontrar pela frente. O mesmo ocorre numa lavoura, em relação aos passarinhos. É preciso colocar um espantalho para impedir que eles atuem danosamente."

A teoria do delegado é posta em prática rigorosamente. Depois dos dias de maior número de acidentes em 1973, o Depto. de Trânsito da GB organizou várias operações punitivas. Motoristas de carros de transporte de cargas, táxis e ônibus que violavam as regras tiveram suas carteiras de habilitação apreendidas e foram obrigados a freqüentar uma auto-escola durante 10 dias. Os ônibus, no final das linhas, eram recolhidos e vistoriados.

Os ônibus, talvez pelo tamanho, sempre receberam boa parte da culpa pelos problemas do trânsito nas grandes cidades. O presidente do Sindicato de Proprietários das Empresas de Transporte da cidade fluminense de Duque de Caxias, depois de dizer que seus ônibus têm cumprido direitinho as regras dos departamentos oficiais de trânsito, apontou o que lhe parece o centro do problema: "O material humano". Classificou esse *material* em duas espécies: "50% é mais ou menos e 50% não presta."

Quem é habitualmente passageiro de ônibus – que vive massacrado por filas, viagens demoradas, freadas bruscas, partidas súbitas, excesso de lotação e pela irritação de motoristas e cobradores – possivelmente apoiaria uma declaração desse tipo. Donos de automóveis, que em muitos casos julgam os ônibus como os atravancadores do trânsito, também não precisam de muito esforço para culpá-los. Mas, seriam os ônibus – seus motoristas, evidentemente – os maiores culpados?

Quando explica suas atividades, o Departamento de Exames Psicotécnicos da Companhia Municipal de Transportes Coletivos – CMTC – de São Paulo, dá uma idéia das condições de trabalho dos motoristas de ônibus. O Departamento tem por função examinar reflexos rápidos, acuidade visual, destreza e tolerância para quem vai passar "10 horas sentado à frente de um volante, lutando contra o calor ou o frio, contra o barulho das buzinas e os congestionamentos". Depoimentos de motoristas carregam as cores desse quadro já sombrio. Eis em linhas gerais sua vida diária: deslocam-se numa marcha de 20 km por hora (segundo a Secretaria de Planejamento, essa é a velocidade média dos ônibus na Guanabara), são expostos ao calor do motor funcionando ao lado de sua cadeira (calor nunca inferior a 45.° C), trabalham até 12 horas ou mais (ganhando quase sempre menos de três salários mínimos por mês).

Podendo ser facilmente observadas pelos que se utilizam desse tipo de transporte, as duras condições enfrentadas pelos motoristas têm outros aspectos – como eles contam. O sacrifício muitas vezes começa quando chegam à garagem e não têm ônibus disponível para iniciar o trabalho. O tempo de espera deveria ser pago mas normalmente não é. Apesar de previsto em acordo trabalhista, os donos de empresa se recusam ao pagamento do tempo de espera, que pode ir a várias horas. Os ônibus muitas vezes têm defeitos mecânicos devido à grande utilização e precária manutenção. Se param na rua, são recolhidos à oficina da empresa, sem que o motorista receba as horas em que não trabalhou. Atrasos no percurso são punidos pelos fiscais da empresa, ávida dos lucros por mais passageiros transportados: adiantamentos tentados através do aumento da velocidade, em locais de melhor fluxo de trânsito, como no Aterro do Flamengo, são punidos pelo DETRAN. É justamente nesses locais que se colocam as patrulhas de fiscalização. Por tudo isso, o motorista fica sem tempo entre uma viagem e outra para descanso, idas ao banheiro ou refeições.

Fora da lei

Várias empresas forçam o motorista a esticar o tempo de serviço para cumprir um número de viagens prédeterminado. Os motoristas anotam essas horas em seus caderninhos para recebê-las, às vezes depois de muita luta. Esses procedimentos dos donos das empresas vão frontalmente contra não só acordos específicos da categoria de motoristas como a própria legislação trabalhista. Numa exposição em acordo com os parágrafos e alíneas da linguagem burocrática, o presidente do Sindicato dos Condutores de Veículos Rodoviários e Anexos da Guanabara denunciou o descumprimento do Acordo Coletivo de Trabalho, assinado em 2 de junho de 72. Isso parece mostrar que a teoria dos abusos serem enfrentados com a repressão não vale quando os transgressores são os empresários dos transportes coletivos. A verdade entretanto é que os empresários poderiam resolver apenas os aspectos diretamente relacionados com as condições de trabalho dos motoristas. Poderiam, por exemplo, utilizar os ônibus monobloco (mais caros que os usados atualmente), que não têm o inconveniente do motor ao lado do motorista, e logicamente cumprir as leis trabalhistas. Ambas as medidas evidentemente implicariam em maiores gastos. Para manter a mesma margem de lucro, a carga dessas despesas seria transferida para o consumidor. Como o transporte coletivo é um serviço essencial para a maioria da população de renda mais baixa, qualquer aumento no seu custo afetaria imediatamente os índices de custo de vida, o que seria mal visto pelo governo, principalmente depois de decretada a taxa de 12% para a inflação deste ano. Por outro lado, é difícil aumentar a produtividade, isto é, aumentar o número de passageiros transportados por ônibus e por motorista. A não ser que fossem empregados os ônibus de dois andares usados na Inglaterra. Já que é bastante difícil aumentar a velocidade num trânsito que, de 20 km por hora, deve passar para velocidades ainda menores, mantidas as tendências atuais.

Os carros particulares

É que o assunto trânsito envolve aspectos que vão muito além da suposta loucura dos motoristas ou da ganância dos patrões. O problema inclusive foi analisado aqui na parte de ônibus, mas envolve ainda os táxis e os carros particulares. Para os táxis, bem pouco numerosos em relação aos carros particulares, muito do que foi dito para os motoristas de ônibus poderia ser repetido. Principalmente o tempo curto para que eles retirem do ganho o suficiente para a precária subsistência, ao lado de gordas fatias para o pagamento ou manutenção do automóvel, se próprio, ou a participação do dono da frota.

E os carros particulares? Cada vez há menos resistência entre os técnicos para considerá-los como os maiores responsáveis pelo crescimento dos problemas do trânsito brasileiro. Desde que, ao final da década de 50, a indústria automobilística passou a constituir o motor do que se convencionou chamar de "processo desenvolvimentista brasileiro", as nossas cidades começaram a se modelar para caber o número crescente de automóveis anualmente despejados em suas ruas. Sendo que dois ou três carros ocupam a área igual a de um ônibus e estes transportam um número incomparavelmente maior de passageiros. Daí a necessidade de os orçamentos das grandes cidades serem gastos nos túneis, viadutos, vias expressas, etc. E são investimentos de uma "mão" só, sem retorno. Mas a indústria automobilística precisa crescer, estimular a indústria metalúrgica, esticar o PNB e permitir as estatísticas otimistas.

É certo que à sombra dessas estatísticas crescem também as de acidentes. Mas só agora é que isso parece querer se transformar num problema a ser, pelo menos, debatido. É que, como habitualmente nas guerras, quem mais sofre nas batalhas travadas diariamente no asfalto não são os que, em verdade, as comandam.

Proibido carona para policiais

A advertência da PM aos paulistas. Por José Bastos.

Você não devia ter feito isso com a Polícia Militar" – gritou o coronel Cabette, comandante da PM paulista, na tarde do último domingo, quando o cabo Antonio Marques confessou o assassinato do industrial Rudolf Dafferner. E, chorando, esbofeteou o criminoso, para espanto dos policiais que o prenderam e dos repórteres presentes. Depois do desaparecimento do industrial, isso foi apenas o primeiro motivo de espanto.

No dia seguinte, ficou-se sabendo que o cabo Antonio já estivera internado durante dois meses na Enfermaria-1 da PM (clínica psiquiátrica) e há um ano não recebia seus vencimentos, por ter faltado ao serviço sem avisar os seus superiores. Casado, pai de dois filhos, morando na casa do sogro desde que deixou de receber seus salários, era mais um cidadão na cidade grande, desesperado pela sua situação financeira. O incrível: apesar de nada receber, continuou trabalhando normalmente na PM, até o dia 30 de janeiro, quando pegou uma carona na Vila dos Remédios, como fazem dezenas de seus colegas que pretendem ir para alguma cidade à beira da Rodovia Castelo Branco.

Nada havia sido planejado. Durante a viagem, o industrial falou muito dos seus negócios. Afinal, devia pensar, estava ao lado de um policial. No mesmo dia, o cabo Antonio, que vivia sem dinheiro, desfilava pelas ruas poeirentas de Uranio, uma pequena cidade da Alta Araraquarense, com um Dodge Dart verde e 900 cruzeiros no bolso. No domingo, ele foi preso: seus colegas policiais estranharam a súbita prosperidade do cabo e relacionaram o fato com o caso do desaparecimento do industrial.

Na mesma hora em que o cabo Antonio era esbofeteado pelo comandante, os familiares do industrial eram informados do crime, mas só ficaram revoltados mesmo quando souberam que o assassino era um policial.

O tapa, o espanto e a revolta voltavam a ser os ingredientes de mais um caso policial envolvendo elementos da PM de São Paulo.

14 de fevereiro de 70 – O presidente do Sindicato dos Bancários, Salvador Tolezano, acabou de fazer uma conferência em Sorocaba e está voltando para São Paulo. Três soldados da PM pedem carona. Alguns dias depois o corpo do líder sindical é encontrado no fundo de uma represa, amarrado a uma pedra. O motivo do crime: os três PMs haviam planejado um assalto e precisavam de um carro.

9 de janeiro de 71 – **Arlete Maria Bensadon é raptada diante de sua casa, no Jardim Nossa Senhora do Carmo, por cinco elementos da Polícia Militar numa perua do Serviço Reservado. Dois dias depois ela é encontrada morta, com sinais de sevícia, num terreno baldio de Santo Amaro. O motivo do crime: Arlete havia discutido com uma vizinha, que não queria ver crianças brincando em sua calçada. Seria apenas mais uma discussão entre vizinhos, se Arlete já não tivesse protestado várias vezes contra as arbitrariedades praticadas pelo tenente João Alonso e pelo sargento Antonio Sanches Neto, marido de Odete, a mulher que não gostava do barulho das crianças. Detido pelo Serviço Reservado da PM, o sargento Sanches foi posto em liberdade 48 horas depois, apesar das evidências de mandante do crime. Arlete Bensadon era mãe de três filhos e exercia verdadeira liderança na comunidade do bairro. O tenente João Alonso já havia sido processado várias vezes por espancamento. Julgados, os elementos da PM foram condenados a penas que variaram entre 12 e 20 anos de prisão.**

30 de dezembro de 72 – O fotógrafo Deodato Marques Nevez convida os noivos Otalina Margareth Jardim e Firmino Paixão de Araujo a ir até sua casa, para uma última foto, antes de viajar em lua-de-mel. No carro, avisou: "Pisa tudo porque aqui eu já fui assaltado". O pavor causado pelos faróis e tiros de metralhadora vindos de uma perua Chevrolet e a tentativa de fuga de nada adiantaram. Quando desceu do carro, Deodato levou cinco tiros de metralhadora. Mas não de ladrões, como ele pensava. Os tiros vieram da perua 06 da PM, que fazia ronda na Avenida Elisio Teixeira da Silva. Comentário do delegado Bel Natham Rosemblat, responsável pelo inquérito: "O que aconteceu mostra bem a violência de alguns policiais, que hoje atiram primeiro para depois perguntar o nome das vítimas."

Há cinco anos, um comandante da extinta Guarda Civil de São Paulo (hoje Polícia Militar) reconhecia que 30% da corporação se compunha de "indivíduos emocionalmente instáveis". Essa declaração foi confirmada, depois, por um estudante de Psicologia, membro da PM, encarregado de aplicar testes de QI (quociente de inteligência) na tropa. O policial-psicólogo, inadvertidamente, contou a um colega de faculdade que os elementos escolhidos para formar a "tropa de choque" (encarregada de dissolver manifestações públicas) eram os que tinham "mais baixo QI e maior índice de agressividade."

E face aos últimos acontecimentos, a PM de São Paulo pediu à população que evite dar carona aos policiais que, se flagrados, estarão sujeitos a punição.

Um ensaio no campo

Na Paraíba, os camponeses trabalham coletivamente "roças comunitárias" nas terras da arquidiocese. O arcebispo acha que é hora de a Igreja desligar-se do senhor de engenho e ligar-se aos trabalhadores. Por Ivan Mauricio.

A Igreja sempre esteve ligada, no nordeste, mais ao senhor de engenho do que ao escravo". A voz soa grave e forte, mas em tom moderado. É dom José Maria Pires, de 54 anos, o único mulato do episcopado brasileiro, que por isso é chamado carinhosamente, pelos seus colegas da Confederação Nacional dos Bispos, de *dom Pelé*. Há sete anos que ele deixou a cidadezinha de Araçuaí, no sertão de Minas Gerais, para ser o arcebispo de João Pessoa.

Para inverter a tradição da Igreja no nordeste, apontada por dom José, evitar a venda das terras pertencentes à diocese e não prejudicar os lavradores que as ocupam há muito tempo, foi criado o programa de Roças Comunitárias, uma iniciativa dos próprios agricultores, através da qual, hoje, a Igreja ajuda os camponeses a dividir seus trabalhos no roçado, onde o serviço é muito e o rendimento pouco.

A idéia de aproveitar as terras e realizar um trabalho de ação pastoral levou a arquidiocese de João Pessoa à resolução de encerrar os contratos de arrendamento de suas terras para os abastados fazendeiros da região, a fim de substituí-los pelos pequenos agricultores. Hoje, 367 hectares de terra já foram divididos com os camponeses, em três localidades no interior da Paraíba (Taquara, Gurinhém e Gavião). Em outubro, a arquidiocese entregará todas as terras de sua propriedade, ao encerrar o prazo de arrendamento de um engenho com 300 hectares de área.

Junto com a divisão das terras, foram criadas equipes de evangelização e promoção humana. Compostas por um engenheiro agrônomo, dois técnicos agrícolas, um médico, uma assistente social e uma enfermeira auxiliar, vêm trabalhando nas roças comunitárias desde janeiro de 1972.

A primeira etapa do trabalho consiste na preparação para a execução das tarefas em comum. A melhor maneira de aproximar os técnicos dos camponeses foi a venda de filtros para uma população acostumada a beber água dos barreiros. Nas três comunidades onde estão sendo implantadas as roças já foram vendidos 150 filtros, em 25 prestações mensais de 1 cruzeiro.

A segunda etapa é dedicada ao aprendizado. A equipe promove o treinamento dos lavradores, que inclui noções básicas sobre horticultura (já foram realizados três cursos para 60 camponeses), noções de sindicalização rural, educação alimentar e bordado para as mulheres dos trabalhadores.

Os encarregados da etapa final são os próprios homens do campo. Depois de aberto o diálogo, é comum aparecerem grupos querendo trabalhar juntos. Fica combinado que cada um cultiva seu roçado durante cinco dias da semana, enquanto que nas sextas-feiras todos trabalham nas roças comunitárias. No final da safra, o lucro da comercialização da colheita (a maioria se dedica ao cultivo da mandioca, mas alguns ainda plantam milho, feijão e inhame) é dividido igualmente entre os associados, de acordo com os dias de trabalho de cada um.

Exemplo não seguido

"Eles eram muito agressivos, não confiavam em ninguém. Foi muito difícil o primeiro contato. De repente, estavam acreditando no que a gente dizia. Hoje eles planejam seu próprio futuro". Marlene Burger conta sua experiência. Ela é uma freira holandesa que optou pelo nordeste. Ali chegando fez um curso de técnica agrícola e aceitou participar da equipe das roças comunitárias. Atualmente tem os dias totalmente tomados pelo programa. Ensina novas técnicas de plantio aos camponeses e praticamente fica encarregada da coordenação de todo o trabalho.

Explica entusiasmada: "Nunca foi dada confiança a esse povo do nordeste. Eles não são ignorantes, ao contrário, é possível se ter um contato humano com um camponês e se aprender muita coisa com sua crença ingênua e popular. Admiro como eles, na miséria em que vivem, ainda podem ser entusiastas e acolhedores."

A equipe de ação pastoral das roças comunitárias recebe financiamento para a realização dos projetos de entidades religiosas da Alemanha e Holanda. Para a construção de uma estrada em Gavião, de um açude em Gurinhém e a manutenção do pessoal técnico, eles dispõem de uma verba de Cr$ 70 mil. O resto fica por conta do sacrifício da equipe e dos leigos.

Infelizmente, a experiência parece restrita à disposição e boa vontade da arquidiocese. No dia em que a Fazenda Tapu, de propriedade da família Lundgren, famosa por ser proprietária das Casas Pernambucanas, foi transformada exclusivamente em criação de gado, 47 agricultores despedidos passaram a integrar as roças comunitárias de Taquara. Na ocasião, dois agricultores do programa fizeram um requerimento aos donos da fazenda, que tem muitas terras boas não aproveitadas, numa extensão de três mil hectares. O requerimento pedia colaboração para o arrendamento dessas terras, mas não encontrou resposta. **A equipe das roças comunitárias entrou em contato com o INCRA e nada conseguiu.**

Cortázar no Brasil: entrevista

O ABSURDO OTIMISTA

O autor de *O Jogo de Amarelinha*, sábado passado no Rio em entrevista a Abel Silva

O escritor argentino Julio Cortázar está no Brasil, desde a última sexta-feira, para uma visita que prevê, além da estada no Rio, a viagem a Ouro Preto e Salvador, "onde talvez me encontre com Caetano Veloso e Gilberto Gil, músicos que admiro muito e que conheci através do poeta e crítico Haroldo de Campos."

Surpreendentemente, Cortázar se diz tão musical que "se tivesse de escolher entre a música e a literatura ficaria com a primeira". Ele fala com entusiasmo e carinho do jazz, da música sul-americana, do tango, cujos ambientes e personagens tantas vezes transportou para seus contos e dos "papas brasileiros, principalmente João Gilberto e Baden Powell."

Quanto aos escritores: "se nos encontramos, muito bem. Mas não gosto de procurá-los, nem que eles me procurem". Declarações deste tipo podem dar uma imagem falsa de Cortázar. Elas, entretanto, não são o forte deste homem imenso (mais de dois metros de altura) e tímido: Cortázar é extremamente acessível e simpático. Em dois tempos transformou esta entrevista – a primeira no Brasil – em um bate-papo simples e agradável. Nada daqueles tiques e estrelismos das vedetes internacionais, ele que é, hoje, um escritor realmente famoso. Lírico confesso – afinal o homem é argentino – ele faz questão de discordar do coro dos amargos e apocalípticos: "quem tem a ideologia que eu tenho tem que ser otimista e acreditar no futuro do homem e da arte".

Sobre a questão da liberação radical do sexo na arte, a propósito do *Último Tango*, de Bertolucci:

Na América Latina nós sempre vivemos sob o signo do puritanismo sexual total. Ou seja, em literatura, teatro e cinema era sempre um tema delicado que deveria ser tratado de maneira especial, com linguagem especial e imagens especiais. Nestes últimos anos há uma explosão liberadora. Mas, como sempre acontece, esta liberdade está sendo usada de maneira exagerada, mas creio que pouco a pouco se chegará a um equilíbrio, como sucede na literatura francesa, onde o erotismo é tratado com a mesma naturalidade com que se trata qualquer outro tema. Agora nós o tratamos com demasiada ênfase porque nós nos sentimos liberados, como um homem que sai de uma prisão e no primeiro dia faz tudo o que pode fazer: come, bebe, vai para a cama com duas mulheres porque estava necessitado disso, depois vem o equilíbrio. Eu creio que há um exagero de sexo no cinema, principalmente. Mas, em Paris, e na França de um modo geral, este exagero já começa a cansar. As pessoas assistem a esses filmes com uma certa ironia, sem demasiado interesse, naturalmente isso significa que pouco a pouco se vai chegar a um plano mais natural.

OPINIÃO – Bertolucci afirmou recentemente que, de certa forma, ele ainda está preso aos "prazeres e ócios da burguesia". Você acha que é possível a um artista de origem burguesa libertar-se totalmente de suas origens?

Cortázar – Eu, pessoalmente sou de origem pequeno-burguesa e sei muito bem das dificuldades que existem em se libertar de todos os preconceitos, dos tabus, dos atavismos. É um problema de autocrítica constante, de controle de cada uma das idéias, das ações e dos atos. Eu creio que é possível nos liberarmos, mas acho que é muito difícil.

OPINIÃO – A maior parte dos depoimentos dos artistas sobre o mundo de hoje e sobre o futuro tende ao pessimismo, ao tom amargo.

"Há que se escrever como quem corta frutas"

Você se considera um apocalíptico?

C – Não, eu sou profundamente otimista. Se eu não fosse otimista, não poderia estar na linha ideológica que estou, porque esta linha não pode ser pessimista, ela se autodestruiria se fosse pessimista. Inclusive eu sou capaz de ser um pouco utópico, quer dizer, ter um otimismo um pouco ingênuo. Creio que as utopias são as nossas molas. Quer dizer, há que ter uma utopia e tratar de realizá-la. Talvez não a realizemos exatamente como era a utopia, mas o que importa é nos aproximarmos dela o máximo possível.

OPINIÃO – Você crê em crise da palavra, em crise da literatura?

C – Não, depende dos planos em que colocamos este problema. Creio que os chamados meios audiovisuais são cada dia mais importantes e que os escritores estão cada dia mais sensíveis a isso. Nos livros se pode notar, por exemplo, o uso das imagens. Eu mesmo fiz dois livros que têm imagens, colagens, fotografias. Inclusive tenho um sonho, uma utopia que talvez nunca realize. Gostaria de fazer uma espécie de grande fotonovela, dando ao gênero outra dimensão. Mas não acredito que exista uma crise da palavra. Em alguns grupos hiperintelectualizados, como a "nova crítica" em Paris, e os estruturalistas, chegou-se a um grau de refinamento e de sutileza que em alguns casos é bastante estéril. Finalmente a linguagem se converte em seu próprio objeto, se escreve para e por escrever e não pelo que se quer transmitir. Não estou muito dentro dessa linha. Creio que na América Latina, principalmente, há que se escrever como quem corta frutas. Como faz Garcia Marques, por exemplo.

OPINIÃO – O sucesso da literatura latino-americana é verdadeiro?

C – As pessoas estão inquietas com o que se chama de *boom* da América Latina. Há muitos mal-entendidos. Por exemplo, no Peru e no Equador, um dos jovens com que falei, me dizia que o *boom* era falso porque havia sido inventado pelos editores. Eu sustento que não, creio que o *boom* foi inventado por leitores. Os leitores latino-americanos foram os primeiros, há 15 ou 18 anos, a começar a ler Asturias, Vargas Llosa, Fuentes, Garcia Marques e a mim mesmo, quando os editores se negavam a nos editar e faziam pequenas tiragens, quatro mil, três mil exemplares. Não faziam nada por nós. Foram os leitores que nos descobriram. E como os editores não são bobos, são capitalistas que querem ganhar dinheiro, imediatamente farejaram o negócio e lançaram os livros. Então, hoje, um Garcia Marques pode criar qualquer coisa que editam 100 mil exemplares. E neste sentido o *boom* me parece um fenômeno formidável. Que quer dizer isso? Quer dizer que é uma tomada de consciência dos próprios leitores. Quer dizer que os leitores descobrem seus próprios escritores. Quando eu era jovem, na Argentina, líamos traduções, líamos os europeus. De um homem como Borges editavam 500 exemplares e não eram vendidos. Se vendia muito pouco. E líamos François Mauriac, Graham Greene, as grandes novidades européias. Súbito, houve esta tomada de consciência. Ela me parece muito importante, porque é símbolo de uma maturidade. Todavia ela aconteceu apenas em certas regiões. Nem todo mundo lê os escritores latino-americanos. Mas o panorama mudou muito em 20 anos.

OPINIÃO – Não haveria o perigo disto se transformar num exotismo?

C – Você crê que os livros que deram fama a Garcia Marques, a Vargas Llosa são exóticos? Eu creio que respondem fundo a realidade latino-americana, não têm nada de exótico. É exatamente o contrário. Quando eu era jovem, buscava o exótico lendo um autor inglês, norueguês ou alemão, ou francês. Agora buscamos o nosso, lemos os argentinos, os brasileiros, os venezuelanos – quando são bons.

OPINIÃO – Os jornais estampam atualmente um tipo de realidade mais absurda que a da literatura fantástica. Diante disso, como fica esta literatura?

C – Eu não sei qual a diferença entre as notícias dos jornais de hoje e as dos de 50, 100 ou 200 anos atrás. Creio que sempre, no planeta, aconteceram coisas que se pode qualificar de fantásticas, o tempo todo. Creio que o fantástico e o real não têm limites muito precisos. O fantástico está constantemente em nossa vida. O que é preciso é ter antenas e olhos para ver. Eu vivo num mundo fantástico o tempo todo. E não conheço muito bem a diferença entre fantasia e realidade. Creio que isso se nota no que escrevo. Nos meus contos as coisas são sempre muito cotidianas, muito normais. Súbito, aparece o fantástico. Assim acontece comigo também, aconteceu mil vezes.

"Toda censura é colocar diante do escritor uma prisão"

OPINIÃO – Você, quando escreve, pensa num tipo de público determinado?

C – Não, absolutamente não. Se eu pensasse num público, creio que ficaria completamente bloqueado. Escrever, para mim, é em primeiro lugar um contato comigo mesmo, uma busca. Agora, isto não quer dizer que eu ignore o público. Cada dia estou mais consciente. Porque numa época em que ninguém me conhecia, eu escrevia numa grande solidão, e agora, cada livro meu significa receber uma imensa quantidade de cartas, de leitores e críticas e se escrevem livros e teses. De maneira que eu me vejo através dos olhos dos outros. Isto criou uma dialética de comunicação muito importante. Mas no momento de escrever eu sou sempre um solitário.

OPINIÃO – E a censura em relação à literatura?

C – A censura em relação à literatura é uma aberração. É a negação do ato literário em si. O homem que escreve honestamente o que pensa e o que quer dizer escreve como um ato de necessidade. Toda censura é colocar diante deste escritor uma prisão.

OPINIÃO – Qual a atitude do escritor diante disso?

C – É uma atitude muito pessoal. Conheço gente que aceita a censura, porque começam por censurar-se a si mesmos. Isso acontece com freqüência na Espanha. Os escritores espanhóis, muitos deles sabem que se escrevem certas coisas serão censurados. Então não as escrevem. Censuram-se a si mesmos. A ação de escrever tendo a imagem do censor à frente felizmente não é meu caso.

OPINIÃO – E a sua relação com a crítica literária?

C – É uma boa relação, porque eu escrevo novelas e eles fazem a crítica. Eu não sou crítico, não tenho muito sentido crítico, leio críticas sobre os outros. A meu respeito eu apenas as olho, não as leio muito a fundo, salvo quando são trabalhos muito inteligentes, cujo autor eu conheço um pouco. Por exemplo, aqui no Brasil há um jovem chamado David Arrigutti, de São Paulo, que escreveu uma tese de doutorado sobre meus livros, que tem um título muito bonito em português, *O Escorpião Encalacrado*. Fiquei fascinado porque é um livro maravilhoso. Não é um livro de elogio, é um livro de crítica, é uma tentativa de buscar as direções, as linhas de força de toda a minha obra. Porque eu escrevo um livro após o outro, sem pensar no anterior nem no que virá. Ele, como crítico muito inteligente, faz sínteses, tem uma mentalidade sintética e me mostra coisas que eu não podia suspeitar. Nesse sentido, a crítica me é muito útil.

OPINIÃO – Sartre e uma série de intelectuais atualmente estão lançando a questão da crise da teoria. O intelectual, para ele e também para Godard, deve agir de alguma forma mais efetiva. Qual é para você a posição do intelectual em relação ao seu interesse político?

C – Eu tenho a impressão que um escritor tem que ter a mais ampla liberdade de expressão, ou seja, que ele possa escrever literatura pura, literatura comprometida, ou literatura intermediária sem que nada lhe possa ser o menor entrave. Agora, este escritor é também um homem que vive a história, que tem sua nacionalidade que tem obrigações. Aí tem-se que refletir no plano, que eu diria moral, quanto à responsabilidade do escritor. Eu conheço muito escritores que escrevem unicamente ficção sem nenhum compromisso político e, como pessoas, eles atuam na luta política. O importante é não ser escapista. Porque muitos fazem literatura engajada e não se envolvem na luta por um mundo melhor. E se refugiam na literatura dizendo que a única coisa que podem fazer é isto. Eu creio que hoje, no século XX, não é possível aceitar isso. Eu, pelo menos, não o aceito.

A Fiat e o governador

Uma luta entre duas grandes empreiteiras – uma italiana e uma brasileira – está criando um sério problema político para o governador Rondon Pacheco. A disputa é pela construção civil da Usina Hidrelétrica de Minas Gerais, envolvendo 700 milhões de cruzeiros.

A origem da luta está na chegada a Belo Horizonte, em julho do ano passado, de altos dirigentes da Fiat da Itália. Tradicionais articuladores, os italianos pegaram o governador de Minas e o colocaram dentro de um de seus carros. Muitas fotografias foram batidas, muitas declarações foram dadas à imprensa, ora garantindo a instalação da fábrica de automóveis em Minas, ora lançando a dúvida. No final, a instalação da Fiat em Minas virou uma questão de honra para Rondon.

Obtido esse trunfo, a Fiat, através de uma subsidiária – a Empresit Girola Lodigiani – associou-se com a C. R. Almeida, empreiteira do Paraná, e juntas apresentaram uma proposta na concorrência aberta pela Cemig no início de 1972 para a construção da Usina de São Simião. As regras do jogo estavam tão bem definidas que até mesmo a Camargo Correia, a maior empreiteira do país, retirou-se da concorrência pouco antes de serem abertas as propostas. Sobrou a Empresit Girola (que detém mais de 70% do consórcio) e a poderosa construtora Mendes Júnior. A primeira apresentou um orçamento de 670 milhões de cruzeiros e a segunda um de 678 milhões de cruzeiros.

O impasse

O impasse estava criado com a abertura da proposta, no mês passado. De um lado, o comprometimento do governo com a instalação da fábrica de automóveis da Fiat em Minas. De outro, os italianos, que, sem dizer diretamente ("nós instalamos a fábrica desde que nos dêem a construção de São Simão"), adiavam sua decisão sobre o local onde instalariam a fábrica como forma de pressão.

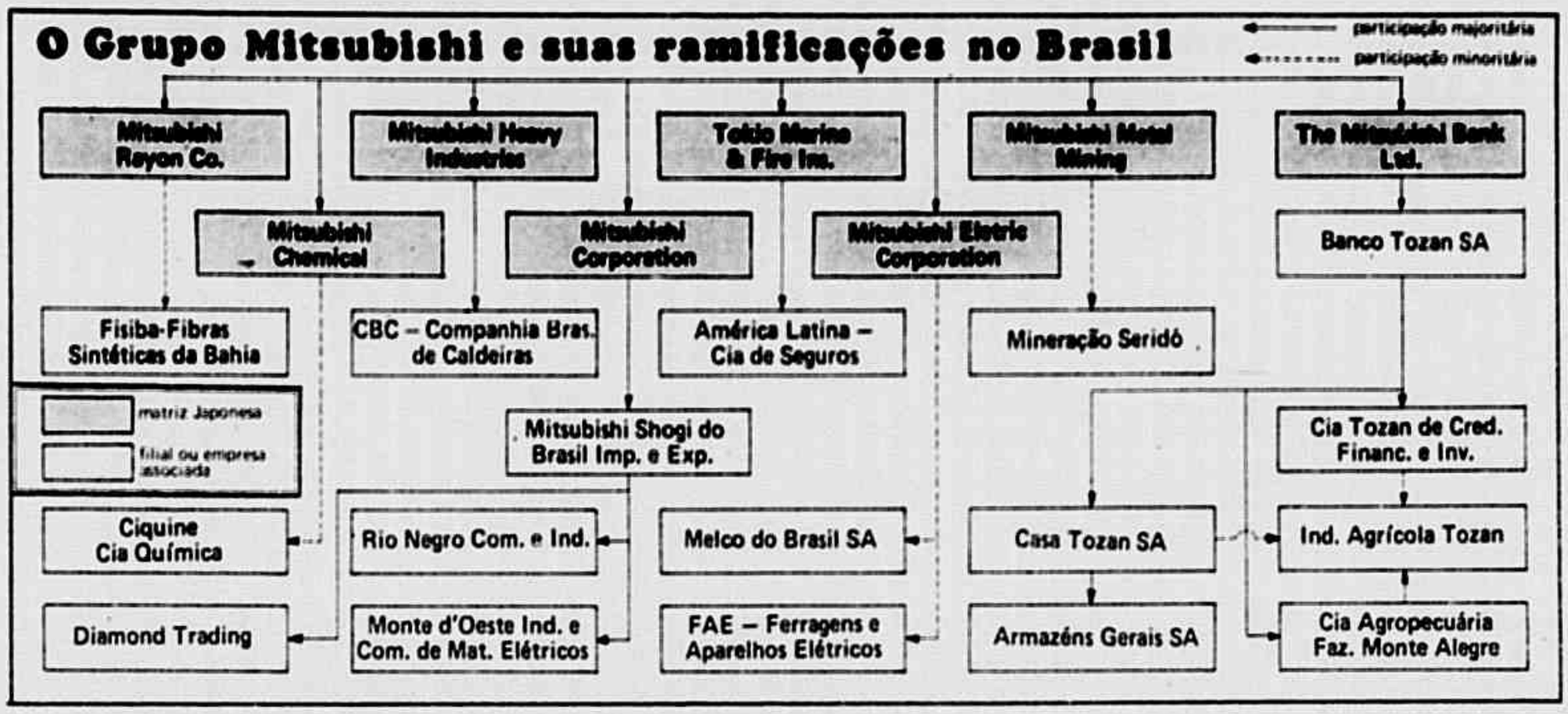
Mas ali estava a Mendes Júnior, disposta a dificultar os desejos dos italianos. Seus técnicos garantem que, apesar da diferença orçamentária entre as duas propostas, no valor de 8 milhões de cruzeiros, os italianos fizeram um jogo de orçamento. "Tirada a prova dos nove, dizem alguns funcionários da Mendes, a nossa proposta resultará num custo final da obra inferior em mais de 40 milhões de cruzeiros em relação ao de nossa concorrente."

Surgiu então um obstáculo que impediu o governo de divulgar o resultado da concorrência: a Mendes fez chegar aos ouvidos do governo que estaria disposta a fazer um protesto público contra o resultado, caso ele fosse favorável à firma italiana.

O episódio poderá ocorrer novamente, já que as cartas estão marcadas e entre elas está também a Usina Siderúrgica que a Mendes Jr., associada ao grupo Antunes, vai construir em Juiz de Fora: algumas facilidades a mais para a siderúrgica poderão esfriar os ânimos da construtora mineira.

Enquanto a luta se acirra, os dirigentes da Fiat retornaram a Belo Horizonte. Eles chegaram no último domingo, para realizar novos contatos com setores do governo do Estado e poderão, ainda esta semana, entrar com o projeto da fábrica de automóveis no Ministério da Indústria e do Comércio.

Assim, é o interesse da economia mineira que se sobrepõe a "uma simples concorrência pública". E, caso as condições da Mendes sejam realmente mais vantajosas que as da Empresit, esse interesse será levado ao Banco Mundial – financiador da obra – e aos órgãos federais responsáveis, pois a questão está posta: viabilizar uma fábrica de automóveis para um Estado, nos dias atuais, é mais que suficiente para justificar todo um governo. *(Teodomiro Braga)*



O bilhão amarelo

26 diretores da maior trading company do mundo, a Mitsubishi Corporation, estiveram na semana passada no Brasil com sorrisos na face e anunciando 1,2 bilhão de dólares nos bolsos.

No último dia 6, terça-feira, o ministro Delfim Netto surpreendeu até mesmo o chefe de cerimônias do Palácio da Alvorada, já acostumado com os seus imprevistos. Para o despacho que faz normalmente nesse dia da semana com o presidente da República, o ministro da Fazenda trouxe um grupo discreto de japoneses – executivos importantes, membros principais da missão econômica enviada ao Brasil pela Mitsubishi, o maior grupo de empresas particulares do Japão. O encontro, feito com a ajuda de intérpretes, demorou exatamente 15 minutos, o suficiente apenas para uma troca de cumprimentos. Mas foi o bastante para demonstrar o interesse do atual governo em atrair novos investimentos deste grupo ao Brasil que, segundo fontes oficiosas, devem atingir 1,2 bilhão de dólares nos próximos cinco anos. "As economias do Brasil e do Japão se completam" – já repetiu diversas vezes o ministro Delfim Netto, grande divulgador do milagre industrial nipônico. "Temos mais recursos naturais, ao passo que os japoneses possuem técnica, organização industrial, mão-de-obra especializada e capitais. Daí a importância da união cada vez maior das duas nações."

Maior missão de um único grupo já enviada ao exterior, a da Mitsubishi incluía nada menos que 26 importantes executivos, destacando-se Chujiro Fujino, presidente da Mitsubishi Corporation, a maior *trading company* do mundo, com 240 escritórios e subsidiárias, e faturamento anual de 15 bilhões de dólares; Takehiko Kato, presidente do The Mitsubishi Bank Ltd., depósitos de 14 bilhões de dólares, na lista dos 10 maiores bancos comerciais do mundo; Gakuji Moriya, vice-presidente da Mitsubishi Heavy Industries Ltd., maior empresa individual do Japão, com faturamento anual de 24 bilhões de dólares (mais de 3 vezes o orçamento brasileiro) e 78.300 funcionários. Por isso, a missão teve a maior acolhida já feita a um grupo particular no Brasil. Além do presidente da República, receberam-na, em audiências particulares, seis ministros de Estado: Antônio Dias Leite, das Minas e Energia; Cirne Lima, da Agricultura; Hygino Corsetti, das Comunicações; Marcus Vinicius Pratini de Moraes, da Indústria e do Comércio; Antônio Delfim Netto, da Fazenda e Mario David Andreazza, dos Transportes. Houve ainda contatos de alto nível na área de empresas estatais: Petrobrás, Companhia Vale do Rio Doce, Eletrobrás. Visitas a governadores: Chagas Freitas, Guanabara; Laudo Natel, São Paulo; Rondon Pacheco, Minas Gerais. Além de encontro com líderes de grandes empresas entrangeiras no Brasil: Volkswagen, Chrysler, IBM.

Durante sua permanência no Brasil, exatamente 10 dias, os membros da Missão Econômica Mitsubishi repetiram que o grupo "tinha apenas interesse em cooperar com o extraordinário desenvolvimento brasileiro". Nesse sentido, estavam tendo contato com autoridades, discutindo pontos comuns de interesse, vendo de perto as oportunidades existentes. Mas a decisão sobre os tipos e as áreas onde deverão ser feitos investimentos dependerá dos estudos encaminhados por uma comissão permanente criada com o objetivo único de planejar os investimentos no Brasil. Nesta tarefa, contarão com a assessoria de técnicos brasileiros colocados à disposição da Mitsubishi pelo Ministério da Fazenda. "A preocupação do nosso grupo, que atua em mais de 120 ramos diferentes de negócio, é evitar que os estudos e as decisões referentes ao Brasil sejam demoradas. Com o grupo de trabalho queremos encurtar as decisões referentes ao Brasil de anos para meses" – explicou Chujiro Fujino, da Mitsubishi Corporation, chefe da Missão Econômica.

Além de procurar alternativas "seguras" onde possam aplicar seus dólares (as reservas do Japão estão na casa dos 20 bilhões de dólares), os grupos japoneses também precisam de compradores para seus produtos e equipamentos, e que ao mesmo tempo possam suprir suas necessidades de matérias-primas. De repente, os japoneses descobriram que o Brasil é uma excelente alternativa para tudo isso.

Calcula-se, por exemplo, que metade das vendas da Mitsubishi são feitas fora do Japão onde também são adquiridos 2/3 das matérias-primas consumidas por suas empresas. A situação tem levado o grupo a promover estranhas ligações no exterior para assegurar sua expansão.

Nos países ricos, a união geralmente se faz com empresas igualmente gigantes, como a Chrysler, que ajuda o grupo a vender seus carros nos mercados da Europa e dos Estados Unidos. Mas é um tipo de associação diferente daquelas que faz em países como o Brasil, onde a Mitsubishi, como outros grupos japoneses, procura se unir à empresas que vendem matéria-prima (caso da Mineração Seridó, Indústria Agrícola Tozan) ou constituem mercado potencial para produtos e serviços do grupo equipamentos e assistência técnica (caso da Fisiba, Ciquine, Fae). A preferência é pela participação minoritária que, além de mais barata e cômoda politicamente, satisfaz inteiramente dois objetivos principais: compra de matéria-prima e venda de equipamentos. Assim, a participação majoritária fica restrita aos empreendimentos onde outra opção não é possível ou não interessa ao grupo – caso de empresas ligadas a finanças (bancos comerciais, bancos de investimentos e seguradoras), ao comércio (Mitsubishi Shoji do Brasil, Diamond Trading, Rio Negro Com. e Ind.). A única exceção, por enquanto, encontra-se na CBC – Companhia Brasileira de Caldeiras, localizada em Varginha, Minas Gerais, onde existem duas novidades em termos de política empresarial da Mitsubishi: uma, a participação majoritária num projeto industrial; outra, tratar-se de uma fábrica de bens de capital (caldeiras, trocadores de calor, tanques de aço), produtos vendidos por fábricas japonesas do mesmo grupo.

Entretanto, mais exceção do que regra, casos como o da CBC dificilmente devem se repetir na política da Mitsubishi para o Brasil, apesar dos apelos do ministro Pratini de Moraes para que ela, além de fornecer tecnologia, aplique sua capacidade de *"marketing* na exportação de manufaturados brasileiros para todos os mercados internacionais onde opera". Porque, para todos os efeitos práticos, a Mitsubishi é um grupo estrangeiro que age de acordo com os interesses da matriz. E esses interesses nem sempre se ajustam à política brasileira de aumentar a exportação de manufaturados. Nessas condições, é válido acreditar que grande parte do 1,2 bilhão de dólares que a Mitsubishi planeja investir no Brasil se dirija à exportação de matérias-primas, como ficou claro no interesse demonstrado pela Missão Econômica por dois setores específicos: Mineração e Alimentos.

Chupar cana ou tocar flauta?

É possível conciliar contenção de preços com aumento das exportações? Por G. Toller Gomes

Acrer nas estatísticas da Fundação Getúlio Vargas, a campanha antiinflacionária começou a dar os primeiros resultados. O índice de aumento do custo de vida na Guanabara no mês de janeiro foi de 1,2%, contra 1,7% em janeiro de 1972. É verdade que o índice geral de preços – que além da alimentação, vestuário e habitação, mede também os preços por atacado e do material de construção – não se alterou em relação ao ano passado. Continuou a 1,7%. Mas como, a exemplo do que aconteceu em 1972, o indicador da inflação no país inteiro é o custo de vida na Guanabara, tivemos, para todos os efeitos, uma taxa 0,5% menor do que em janeiro do ano passado. E como disse o presidente do Banco Central, Ernane Galvêas, "se janeiro for bem, temos tudo para supor que o ano todo irá bem."

Para garantir essa previsão, o ministro da Fazenda reuniu-se quarta-feira passada com os secretários de Finanças de todo o país, quando firmou-se convênio isentando do pagamento do ICM as operações interestaduais com componentes de ração animal e exigindo o pagamento do mesmo imposto nas exportações desses produtos. A exemplo da carne, a redução do mercado internacional estava levando os produtores de soja, amendoim, caroço de algodão e outros componentes de ração a esvaziar seus estoques, em detrimento do mercado interno. Conseqüência: os preços domésticos desses produtos, e portanto da ração que eles compõem, e portanto dos porcos e galinhas que a ração alimenta, subiram rapidamente. Segunda conseqüência: o governo foi novamente forçado a intervir para estimular as vendas internas e desestimular as exportações. E terceira conseqüência – essa a longo prazo – o crescimento das exportações brasileiras ficou ainda mais comprometido.

O Brasil não é um país que possa se dar ao luxo de garantir fartura de produtos alimentícios para consumo doméstico e ao mesmo tempo aumentar as exportações. Aqui o consumidor interno disputa constantemente com o consumidor externo os principais produtos de exportação. E se a prioridade é atender ao primeiro e obter 12% de taxa inflacionária no fim do ano, será preciso desatender ao segundo e desistir dos 18% de crescimento anual das exportações, meta considerada indispensável pelo ministro Delfim Netto.

As medidas sobre os componentes de ração aanimal tiveram ainda uma quarta conseqüência: não agradaram aos gaúchos, maiores exportadores de soja. Em Porto Alegre, o secretário da Agricultura, já aborrecido pela limitação das vendas externas de carne, classificou a taxação da soja como "extremamente danosa para o produtor gaúcho."

Conseqüências que demonstram que também em política econômica não é possível chupar cana e tocar flauta.

Como comprar uma empresa no Brasil

Se bem que hoje seja comum a grupos estrangeiros comprarem empresas nacionais, parece inacreditável alguém usar um classificado de jornal para fazer uma oferta de compra como essa. Através de anúncio publicado no *Jornal do Brasil* do dia 4, um grupo norte-americano anuncia a intenção de adquirir o controle de empresa que tenha um faturamento anual superior aos 600 milhões de cruzeiros. Banqueiros e industriais estão espantados: no Brasil, apenas um grupo muito reduzido de empresas possui um faturamento anual dentro dessa faixa.

Analisando a lista das maiores empresas que operam no Brasil, realizada pela revista *Visão (Quem é Quem* – agosto/72), apenas 27 empresas apresentam vendas anuais superiores aos Cr$ 600 milhões, sendo oito estatais, cinco nacionais privadas e 14 estrangeiras.

O anúncio do "grupo norte-americano" limita ainda mais a faixa das empresas a serem negociadas quando, além do faturamento superior a 600 milhões de cruzeiros, exige que a indústria esteja "operando com bons lucros" e que pertença a qualquer dos seguintes setores: metais, minérios, química, automóveis, plástica industrial, indústria pesada. Nas condições exigidas teríamos as seguintes empresas:

- *Química* (química, petroquímica, petróleo, etc.): Petrobrás, Esso (EUA), Shell (Holanda-Inglaterra), Atlantic (EUA), Texaco (EUA), todas na área do petróleo. Na química e petroquímica, talvez pudessem ser incluídas a White Martins (EUA) e a Bayer (Alemanha).
- *Automóveis* (e autopeças): VW (Alemanha), GM (EUA), Ford (EUA), Mercedes-Benz (Alemanha). Não se incluiriam na lista: FNM (Itália), Vemag (Alemanha), Braseixos Rockwell (EUA), etc., nem a Metal Leve (nacional) cujas vendas foram de 136 milhões.
- *Metais*: neste ramo, somente duas empresas: Cia. Siderúrgica Nacional (estatal) e Usiminas (estatal, com participação japonesa). Outras que talvez pudessem ser incluídas: Cosipa (estatal), Belgo-Mineira (sede em Luxemburgo), Mannesmann (Alemanha).
- *Minérios*: apenas a Cia. Vale do Rio Doce poderia se candidatar à oferta. Ficariam de fora: Icomi (Antunes e Bethlehem Steel), Mineração da Trindade–SAMITRI (controlada pela Belgo-Mineira), Minerações Brasileiras Reunidas – MBR (Grupo Antunes + Hanna Mining + Nippon Steel, etc.).

Dos setores pedidos, dois deles – plástica industrial e indústria pesada – não apresentam nenhuma empresa para a lista (de acordo com *Visão – Quem é Quem*). No setor de plásticos, as maiores são a Vulcan (EUA, vendas de 220 milhões anuais), a Kelson's (nacional, com participação japonesa, vendas de 105 milhões), etc. . . Na indústria pesada as maiores são a General Eletric (EUA, vendas de 400 milhões), Massey-Fergusson (Canadá, vendas de 424.863), sendo que a maior firma nacional, a Indústrias Villares, possui um faturamento anual de 278 milhões.

Essas listas não estão exatas, uma vez que todos estes dados se referem a 1971, além do que muitas empresas ocultam do público o volume de seu faturamento. Mesmo com essas ressalvas, o número de empresas que se enquadram nas exigências do anúncio é muito pequeno. E tirando as estatais – Petrobrás, Vale do Rio Doce e as siderúrgicas de ações-planos – sobra apenas um pequeno grupo de firmas estrangeiras. Assim, ou o grupo norte-americano responsável pelo anúncio desconhece a realidade da indústria brasileira, ou o anúncio contém algum erro de imprensa. *(Marcos Gomes/Hildete Araújo)*

GRUPO NORTE-AMERICANO

interessado em adquirir participação majoritária em indústria brasileira, que esteja operando com bons lucros, e com vendas anuais superiores aos

600.000.000 cruzeiros

em qualquer das seguintes especialidades: metais – minério – química – automóveis – plástica industrial – indústria pesada.

É condição essencial que os atuais diretores permaneçam nos seus cargos.

As consultas serão tratadas com absoluta reserva, e só diretamente com as companhias interessadas, sem intermediários.

International Export & Finance Company
1270 Avenue of the Americas
New York, N. Y. 10020
Telefone: 212-586-0523, Telex 421510 IP

Os EUA no frio

Os Estados Unidos estão ameaçados de adotar uma política de racionamento de petróleo, caso não seja resolvida a atual crise: já há escassez de combustível para aviões e para o aquecimento interno das casas e escolas (é época de inverno no país). Cidades como Boston e regiões inteiras do meio-oeste se encontram nos limites de esgotamento de seus estoques de petróleo para aquecimento. Essa situação poderá se agravar no futuro com a falta de óleo *diesel*, gasolina e outros derivados.

Fontes governamentais atribuem a escassez ao aumento considerável do consumo – muito comum na estação do inverno – enquanto que alguns especialistas acusam a política oficial de não dar incentivos à produção petrolífera nacional.

Os Estados Unidos deverão importar este ano cerca de 35% de suas necessidades de petróleo, esperando-se que em 1985, a quantidade importada (equivalente a 20 bilhões de dólares) seja metade de suas necessidades anuais do combustível – o que aumentaria cada vez mais a dependência dos Estados Unidos em relação aos países exportadores. O presidente Nixon anunciou que enviará ao Congresso, até o fim deste mês, uma mensagem que definirá a nova política do comércio de petróleo a ser adotada pelo país.

O dólar não tem cura?

Começou nos últimos 15 dias mais um capítulo na triste história do dólar nos mercados de câmbio da Europa e do Japão. Chamado no início de "minicrise" monetária, o movimento de troca de dólares por marcos, ienes e outras moedas fortes cresceu rapidamente, a ponto de forçar o austero governo suíço a abandonar a paridade oficial dólar-franco e declarar a livre flutuação de sua moeda. Quase ao mesmo tempo, a Itália instituía um duplo mercado de câmbio – comercial e financeiro – onde só será garantida a paridade oficial nas transações para fins comerciais. A lira financeira flutuará livremente, a exemplo do que acontece há vários meses com o franco belga e o franco francês. A própria libra esterlina, antes padrão monetário internacional, não tem cotação fixa desde junho do ano passado. Enfim, um abandono geral dos compromissos assumidos em dezembro de 1971, quando os 10 países mais ricos do ocidente acertaram "definitivamente" as novas paridades que deveriam por fim ao deficit da balança de pagamentos dos Estados Unidos e à especulação sobre suas moedas.

Em meio ao caos geral, só a Alemanha e o Japão permanecem na firme disposição de comprar à taxa oficial quantos dólares os especuladores venham oferecer. Mais do que a vontade de manter os compromissos de dezembro de 71, essa atitude traduz o medo de uma nova alta no preço de suas moedas, tornando seus produtos mais caros no mercado internacional.

Um país em estado de golpe

CRISE NO URUGUAI

Os tanques chegaram a sair às ruas em Montevidéu, mas o último ato de uma tragicomédia já bastante conhecida na América Latina, a derrubada de um presidente da República, não chegou a se consumar, pelo menos por enquanto no Uruguai.

O presidente Juan Bordaberry, no poder há pouco mais de um ano, sobreviveu à crise político-militar da sexta-feira passada, mas para manter o seu cargo teve que fazer importantes concessões ao Exército e à Aeronáutica, que, desde o começo da mesma semana, aumentaram a pressão sobre o governo, chegando até limites críticos.

A ruptura da ordem constitucional, mantida a duras penas nos últimos seis anos, só não ocorreu porque

O Exército e a Aeronáutica se rebelaram tornando Bordaberry um presidente amordaçado

a Marinha colocou-se ao lado do governo, e os comandantes do Exército e Aeronáutica acharam prudente evitar uma confrontação total. Mas, para romper o impasse, Bordaberry teve que aceitar o afastamento do general Antonio Francese, cuja nomeação para o cargo de ministro da Defesa fora vetada pelo Exército e Aeronáutica, as duas forças que mais se mostram empenhadas em combater a corrupção administrativa e financeira no Uruguai.

Outra vitória dos militares antigoverno, que chegaram a esboçar uma rebelião, foi a subordinação da polícia uruguaia, que até o final de 1970 era a principal responsável pela repressão aos tupamaros. Mesmo conseguindo afastar Francese, o Exército e a Aeronáutica não deixaram de pressionar o governo. Pelo contrário, seu poder aumentou, já que com o precedente aberto praticamente colocaram o Ministério uruguaio sob o seu controle direto, completando mais uma etapa de sua escalada ao poder.

Neste artigo, nosso correspondente Alberto Carbone conta como foi o crítico dia em que Bordaberry quase caiu e quais são as razões que se encontram por trás da rebelião militar na semana passada em Montevidéu.

A "estratégia homeopática"

Na tarde de sexta-feira passada, o centro de Montevidéu, especialmente a chamada "Cidade Velha", apresentava ao meio-dia, um aspecto desolado, e apenas alguns funcionários apressados do palácio do governo apareciam às janelas, sempre que passava uma patrulha militar. O presidente Bordaberry estava reunido com seus ministros, quando chegou até eles a notícia de que os militares do Exército e da Força Aérea tinham ocupado duas rádios para transmitir suas proclamações.

Os infantes da Marinha, formando barricadas em todo o perímetro do porto e da "Cidade Velha", com ônibus de transporte urbano e carros particulares, controlavam tranqüilamente a passagem de pedestres e de empregados que iam para seu trabalho.

Até alguns anos atrás, parte do ócio da abastada classe média uruguaia era dedicado a imaginar o estilo de vida de alguns curiosos governantes das longínquas repúblicas centro-americanas. Imaginavam com secreta inveja as orgias dos funcionários do governo gastando milhares de dólares em bebidas importadas, mulheres, carros americanos, banquetes que custavam um mês de salário de um bancário.

Por trás das denúncias de corrupção e para além das denúncias e demissões das últimas horas, continua subjacente a pergunta que é feita por políticos e analistas: o que querem as Forças Armadas uruguaias?

Um primeiro dado para se poder responder a essa pergunta foi dado pelo próprio comandante-chefe do Exército, general César Martínez, quando declarou aos jornalistas que um plano difundido há quase dois meses, e onde se propunha uma espécie de "estratégia homeopática" para a tomada do poder, era apenas um documento de estudo do estado-maior das Forças Armadas, não representando o sentimento unânime dos comandos e da oficialidade.

A reflexão do general Martínez era feita a partir das acusações do senador Amílcar Vasconcelos que, num panfleto amplamente difundido, afirmava que os sucessivos confrontos entre os dois poderes iriam terminar com a ocupação total de todos os escalões da administração pelos militares. A resposta destes não se fez esperar e o ministro da Defesa, Armando Malet, um civil sem grandes méritos políticos, se solidarizou com os comandantes. De então até hoje os vertiginosos fatos incluem a renúncia de Malet, a posse no cargo do general Antônio Francese (um "duro" contra os guerrilheiros, os sindicatos e a oposição de esquerda, porém um zeloso defensor do texto constitucional) e finalmente a demissão do general César Martínez por haver difundido, juntamente com seu colega da Força Aérea, brigadeiro José Pérez Caldas, um documento com duras acusações contra o senador Vasconcelos.

A Marinha e seus representantes, enquanto isso, se mantiveram à margem dos acontecimentos e evitaram assinar um comunicado que eles sabiam que estava destinado a definir a atual conjuntura talvez em termos dramáticos.

Para os observadores, esse foi o primeiro sintoma a confirmar a divisão entre os comandos quanto a aspectos estratégicos, e também para que aqueles que pensavam numa aventura extra-constitucional freassem seus impulsos, como fizeram em outras oportunidades, advertindo que a oficialidade uruguaia não é um todo homogêneo mas reflete o pluralismo ideológico que caracteriza a sociedade do país. Esse último fato foi agravado pelo contato contínuo dos militares com milhares de membros da guerrilha tupamara, protagonistas da violência subversiva, mas também gente que pensou e repensou o país e seus problemas.

Ocorre também que a dialética destorcida que manda atacar os efeitos e não as causas fez com que as Forças Armadas, após derrotarem a guerrilha, penetrassem nos sórdidos subterrâneos da política uruguaia onde constataram, conforme afirma seu comunicado, que a subversão também consiste na corrupção, nas negociatas, na demissão da soberania e nas operações fraudulentas, que serão impedidas "qualquer que seja o grau da autoridade envolvida."

Mas para eles se tratava de participar do poder sem ocupá-lo integralmente, controlar os políticos sem tomar os seus instrumentos de ação, participando da administração na qualidade de fiscais morais.

Ao que parece, muitos políticos estão convencidos da inevitabilidade do golpe militar. O permanente namoro entre o diário *Ahora*, porta-voz da Democracia Cristã e da Frente Ampla, com os militares supostamente "peruanistas" é uma constante no noticiário das últimas semanas.

Até o "paquidérmico" Partido Comunista, que controla a CNT (Confederação Nacional dos Trabalhadores), apressou-se em declarar, por intermédio de seu senador Enrique Rodríguez, que, em caso de golpe de estado, não haverá greve geral, nem ocupação de fábricas e locais de trabalho, como vinha prometendo há anos.

Acontece que o vírus "peruanista" contagiou a maioria dos bem-pensantes e grandes setores da classe média letrada, inclusive parlamentares do Partido Nacional, de oposição, que admitiram que essa possibilidade "é uma das poucas coisas boas que podem acontecer a este país". Mas decidiram realizar gestões como intermediários entre os insurretos e o governo, coordenadas pelo líder Wilson Ferreira Aldunate, o qual propunha a renúncia de Bordaberry e sua substituição por Jorge Sapelli, um empresário contra o qual muitos militares têm objeção, por fazer parte do núcleo de empresários e políticos que levaram o Uruguai à ruína.

O que acontecerá neste país com golpe ou sem golpe?

Na primeira hipótese ninguém no Uruguai pode afirmar que rumo adotará o governo militar. Tanto por causa das diferentes concepções ideológicas no Exército (há militares que acham que se deve cortar os cabelos dos *hippies*, outros que sonham com o "modelo brasileiro", muitos que olham para o Peru, e muitos que só têm uma grande confusão na cabeça) como pela própria singularidade do país, qualquer intento dogmático de articular uma política sobre a base de experiências semelhantes no continente parece condenado de antemão.

A continuidade do civilismo, a cuja frente está Bordaberry, parece marcada pela adversidade, que tem sua raiz profunda tanto na falta de sentido histórico como na alucinante frivolidade de administradores que tentaram salvar a democracia nos divãs da boate Zum-Zum, a mesma que era freqüentada pelo ex-presidente Jorge Pacheco Areco, endividando o Uruguai em 900 milhões de dólares.

A transcendência desta crise está em que o Uruguai passou a fazer parte do drama latino-americano mas sem as possibilidades de países que podem recuperar-se com uma boa colheita ou com a alta dos preços de matérias-primas básicas. Dentro das atuais perspectivas, qualquer homem de governo terá que pensar que a moral, os bons constumes e a decência podem ser normas éticas válidas (quando não significam uma identificação com as misérias da moral pequeno-burguesa) mas não constituem nunca um instrumental apto para a cura de uma sociedade enferma.

O "vírus peruanista"

Depois do golpe que levou o general Juan Velasco Alvarado ao poder no Peru, em 1968, um processo de agitação política entre oficiais militares começou a propagar-se por toda a América Latina, alterando todos os conceitos e estereótipos que até então se faziam no continente a respeito dos militares.

Hoje, a chamada doutrina "peruanista", definida esquematicamente como a tomada do poder, via golpe, por oficiais de tendência nacionalista e reformista, expandiu-se para o Panamá, onde o general Omar Torrijos a adotou plenamente, e influencia poderosos grupos de oficiais na Argentina, Uruguai, Equador, Colômbia, Venezuela e Guatemala.

Em contraposição à doutrina "peruanista" surgiu a chamada "linha brasileira" (governo militar conservador) seguida ao pé da letra pelo coronel Hugo Banzer na Bolívia, por Alfredo Stroessner, no Paraguai e com simpatizantes nas Forças Armadas da Argentina, Uruguai, Equador e Venezuela.

O caso do Chile não se enquadra em nenhuma destas características, pois os comandantes militares do país são rigidamente constitucionalistas. Até há pouco eles se mantinham alheios à política, mas convidados pelo presidente Salvador Allende acabaram entrando para o governo socialista do Chile, rompendo com outra tradição de completa hostilidade entre militares e comunistas, seguida há longos anos no continente.

Wilfred Burchett, de Hanói

Mr. K na terra de Ho

Todos aqui reconhecem que, depois da assinatura do acordo de cessar-fogo em Paris, a nova tarefa nacional é a reunificação do Vietnã. Hanói nunca tinha experimentado uma alegria e um otimismo oficial tão grandes como nesta celebração do "Tet da Vitória."

Os poetas, nesta terra de poetas, estão-se superando a si mesmos sobre o tema da paz com vitória, nos jornais diários. O extraordinário bardo da revolução vietnamita, To Huu, numa edição especial de ano novo do *Diário do Exército Popular*, resume o espírito e as tarefas do futuro no poema *Vietnã – Sangue e Amor*. Na primeira estrofe lê-se: "Esta alegria tão longamente esperada e tão almejada há mais de cem anos/chega hoje como num sonho/ sob um céu finalmente sereno de um azul quase irreal/ a paz volta à terra, uma paz de criança dormindo."

A última estrofe conclui: "Nós, filhos da terra-mãe, vamos nos reunir/ o sangue se mesclará ao sangue/ Oh, Hué e Saigon, logo chegará o dia da reunificação/ o dia de esplendor para toda a nossa nação."

Para celebrar o ano novo lunar e a vitória, centenas de milhares de pessoas estão nas ruas soltando um estoque inexaurível de fogos de artifício. Em algumas ruas, isso faz lembrar o espetáculo pirotécnico da batalha aérea de 12 dias sobre a cidade, pouco mais de um mês atrás.

Na capital norte-vietnamita, tomando parte no regozijo, está o chefe de Estado do Camboja, príncipe Norodom Sihanouk, o qual me informou que brevemente estará visitando as áreas libertadas do Camboja e que a parte do governo de resistência que funciona em Pequim será transferida para solo cambojano.

Mao: "Nós devemos agradecer pelo que vocês fizeram na luta contra o imperialismo"

O ministro das Relações Exteriores, Nguyen Duy Trinh e o membro do Politburo, Le Duc Tho, de volta da cerimônia de assinatura do acordo de Paris, tiveram uma recepção de heróis. Eles se detiveram em Moscou e em Pequim para agradecer a esses países pela ajuda recebida durante a guerra.

Em Pequim conferenciaram durante 90 minutos com Mao Tsé-Tung, que respondeu da seguinte maneira, ao discurso de agradecimento de Le Duc Tho: "Nossa ajuda foi muito pequena. Nós é que deveríamos agradecer-lhes. São vocês que nos ajudam desde o início de sua luta contra o imperialismo norte-americano há mais de 10 anos."

Nunca presenciei algo tão emocionante em Hanói quanto o momento em que o presidente da RDV, Ton Duc Thang, o primeiro-ministro Pham Van Dong, o general Nguyen Vo Giap e outros líderes abraçaram Le Duc Tho e os outros membros da delegação que voltava, felicitando-os por "terem cumprido a missão."

O primeiro-ministro Pham Van Dong falou em nome de todos: "Estamos muito felizes por saudar a grande vitória do nosso povo na nossa luta longa, difícil e vitoriosa. É uma vitória em todas as frentes – militar, política e diplomática. Estamos recebendo hoje os camaradas Le Duc Tho e Nguyen Duy Trinh, que trouxeram valiosas contribuições para essa vitória."

Outro passo importante para o fim da participação dos EUA na guerra foi a chegada de oficiais norte-americanos a Hanói, no dia 4 de fevereiro – vinham discutir com os norte-vietnamitas as medidas necessárias para desativar as minas do porto de Haiphong. Segundo os representantes norte-americanos, esse é um problema complexo, porque o Vietnã do Norte também colocou minas na área. Entre

Depois das festas do ano novo lunar, os norte-vietnamitas preparam-se para discutir com Henry Kissinger o futuro das relações entre a RDV e os EUA.

os observadores estrangeiros em Hanói, existe a forte suspeita de que os vietnamitas deslocaram muitas das minas dos EUA, para usá-las contra a Sétima Frota. Agora, os especialistas norte-americanos estão perguntando: "Onde vocês colocaram nossas minas?"

A presença do assessor presidencial norte-americano Henry Kissinger em Hanói é outra evidência da magnitude da vitória do Vietnã. É um símbolo da grande estatura da RDV. Kissinger vem a Hanói para discutir "condições para o estabelecimento de novas relações que possam trazer benefícios equivalentes e mútuos, entre a RDV e os EUA, em bases de respeito à independência, à soberania e à não-interferência nos assuntos internos um do outro" – conforme o estabelecido no capítulo oitavo dos acordos de Paris.

Se, aproveitando a visita, Kissinger quiser fazer turismo, ele poderá visitar o zoológico de Hanói, onde há pedaços de B-52 alojados entre as jaulas dos tigres e panteras, ou a aldeia nos arredores de Hanói onde a cabine do piloto de outro B-52 está profundamente mergulhada em um pântano diante de uma escola primária. São apenas dois dos 23 B-52 derrubados sobre a capital. No total, foram derrubados 34 B-52 no Vietnã do Norte, durante o assalto aéreo de 12 dias lançado pelo presidente Nixon.

O fato de Kissinger chegar a Hanói apenas duas semanas após a assinatura do acordo de cessar-fogo poderia ser interpretado como um sinal de que Nixon não deseja que se repita o que aconteceu depois que ele iniciou contactos com a República Popular da China há um ano. Quando Kissinger e Nixon visitaram a China em meio a grandes fanfarras, foram os maiores rivais dos EUA nos negócios, o Japão e a Alemanha Federal, que se anteciparam e deixaram Nixon de fora. Ambos estabeleceram relações diplomáticas e maiores relações comerciais com a China. Desta vez parece que Kissinger está visitando Hanói, deliberadamente, logo em seguida aos acordos de Paris, para explorar as futuras relações com a RDV antes que outros se antecipem.

O Japão demonstra estar ansioso por participar da reconstrução do Vietnã e, provavelmente, nem o Japão nem os EUA esqueceram em que se assenta a atual posição econômica forte do Japão no Sudeste Asiático: sua posição atual está baseada na reparação, em bens e equipamentos, efetuada pelos programas de reconstrução do fim da Segunda Guerra Mundial.

O progresso da implantação do cessar-fogo no sul é confuso. Ao mesmo tempo que as instituições estabelecidas pelos acordos (Comissão Militar Quadripartite, Comissão Internacional de Controle e Supervisão, conversações bilaterais entre o GRP e Saigon em Paris) estão começando a funcionar, Saigon continua a violar alguns pontos do acordo.

O último exemplo de violação foi a libertação de prisioneiros, por Saigon. Ao invés de entregá-los diretamente ao GRP, como tinha sido combinado anteriormente, simplesmente soltaram-nos nas ruas. Se não houvesse outro motivo de queixa isso já permite que o governo de Saigon minta sobre o número de prisioneiros soltos. A ditadura de Thieu já declarou que 40 mil foram soltos, mas fontes norte-americanas fixaram o número em cerca de 10 mil.

Contudo, ninguém esperava que a execução dos acordos seria simples ou suave. Ninguém esperava também que os EUA e Saigon mudassem de repente, seguindo conscientemente os acordos ao pé da letra. O importante é que eles respeitem os acordos basicamente, e que os EUA retirem todas as suas forças do Vietnã.

Se Nixon pretende desenvolver boas relações com a RDV, a China e a URSS, é de seu interesse que o acordo seja executado seriamente.

O senador democrata de Washington, Henry Jackson, o senador Edward Brooks (republicano de Massachusetts), e outros, já exigiram melhores relações com a China Popular. Com a assinatura do cessar-fogo no Vietnã, o principal fator que impediria melhores relações sino-norte-americanas é a presença dos EUA em Formosa. Segundo o comunicado divulgado após a visita de Nixon à China, no ano passado, os EUA deixariam Formosa somente quando "diminuíssem as tensões no Sudeste Asiático". Agora existe o potencial para essa situação.

Agora que as lutas terminaram oficialmente no Vietnã, há uma crença geral de que a guerra no Laos também terminará logo, embora, no momento, ela continue muito dura.

O cessar-fogo no Vietnã reforça a reivindicação da China sobre Formosa

O que é obviamente desconhecido é que tipo de "novo relacionamento" Kissinger está pronto para discutir com os líderes norte-vietnamitas. O primeiro passo dos EUA em direção à cooperação entre os dois países já foi dado em Haiphong, com as discussões sobre a retirada e desativação das minas. O segundo passo seria a libertação dos prisioneiros de guerra.

Outro ponto do relacionamento ainda não definido será a contribuição dos EUA à "cura das feridas da guerra e à reconstrução". É certo que o Vietnã do Norte estará extremamente vigilante, para garantir o que fizeram para livrar o sul da presença neocolonialista dos EUA e defender o norte, não permitindo a volta dos EUA, através de laços políticos atados aos projetos de reconstrução.

É difícil imaginar que Nixon ainda não esteja convencido do amor que o norte tem pela independência, ou que não esteja convencido da capacidade dos norte-vietnamitas de fazer excelente uso dos fundos e equipamentos destinados à reconstrução do país. Os Estados Unidos são obrigados, moral e legalmente, a fazer uma grande contribuição à reconstrução – reparando a destruição norte-americana – mas os norte-vietnamitas exigirão que isso seja feito a seu modo e de acordo com seus próprios planos.

Se a ajuda for realizada sem outras intenções senão a de auxiliar na reconstrução, e se Nixon mostrar que realmente foi forçado a abandonar seus planos neocolonialistas naquela área, então haverá boas relações entre os dois países, no futuro.

É irônico que, pela primeira vez, a guerra reuniu os norte-vietnamitas aos norte-americanos progressistas. Felizmente, o contato não se restringiu apenas às bombas dos EUA e aos pilotos capturados. O movimento pacifista norte-americano foi muito elogiado pelos vietnamitas, e as visitas de norte-americanos a Hanói, em tempo de guerra, não têm precedentes. Esses contatos podem ser a base de um relacionamento mais humano de povo para povo.

De qualquer forma, independentemente da atitude dos EUA, o povo vietnamita, ao sul e ao norte do Paralelo 17, pretende utilizar a formidável base do acordo de Paris para conseguir, passo a passo, a reunificação do Vietnã.

O governo do Vietnã clandestino

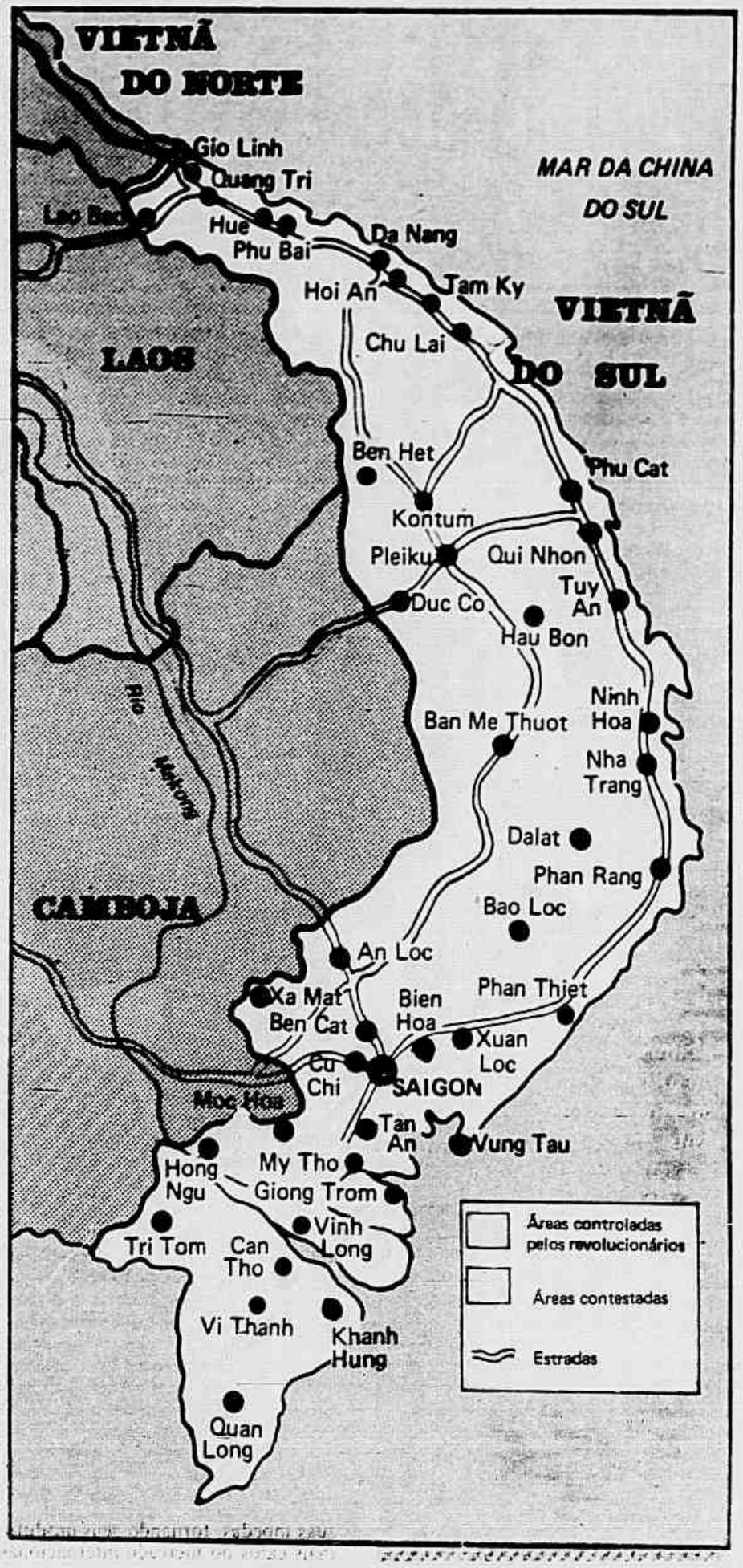
Os acordos de cessar-fogo praticamente implicaram no reconhecimento de um terceiro Vietnã, sem capital e sem fronteiras. Por Ivo Cardoso e Marta Vilela.

De repente, do fundo da selva, surgiu um novo país, estranho até no nome: Governo Revolucionário Provisório, ou, como aparece nos jornais de todo mundo, GRP. Mas como pode formar-se, aparentemente a partir do nada, sem maior aviso, um país? Que país é esse, tão diferente do que geralmente se concebe como sendo um país? É esta mesma questão que se faz, entre intrigada e agressiva, uma personalidade que normalmente deveria saber mais das coisas do Sudeste Asiático, qual seja o vice-secretário assistente para assuntos do Sudeste da Ásia e Pacífico do Departamento de Estado, William H. Sullivan: "... que país é este que não possui uma capital, que não tem qualquer manifestação exterior que torne possível ser chamado de país, de governo?"

A interrogação de Sullivan, para maior confusão da opinião pública norte-americana (e das outras partes do mundo também) ficou no ar, sem resposta. Apenas alguns dias antes da entrevista em que isso foi dito (na televisão), um porta-voz da administração Nixon reafirmara que os norte-americanos reconheciam a liderança do presidente Nguyen Van Thieu como "o único governo legítimo" do Vietnã do Sul. Para quem acompanha pelo noticiário de rádios, jornais e televisões os acontecimentos do Sudeste Asiático, tais afirmações traziam uma pesada carga de contradição, em relação a outros fatos admitidos pela própria administração norte-americana.

O primeiro deles é que o governo Revolucionário Provisório existe, não é uma alucinação. Lá está o GRP como uma das partes principais do acordo de cessar-fogo, lá estão seus representantes em Paris e Saigon, e outras partes do Vietnã do Sul. O segundo fato é que o GRP tem hoje em suas mãos uma parcela apreciável do território sul-vietnamita, que varia, segundo as diversas estimativas, de 30 a

continua na página 10



Nguyen Hun Tho

Os ilustres desconhecidos

"Minha querida Ho Chi Minh, há mais de 20 anos que não te vejo". Foi assim que o general Tran Van Tra, um dos mais importantes comandantes das forças militares do GRP se referiu à capital sul-vietnamita, Saigon, pouco depois de desembarcar na base de Than Son Nhut, junto com 90 outros oficiais do vietcong, muitos dos quais pela primeira vez conheciam a cidade.

Tran Van Tra, de 50 anos, era o primeiro chefe militar de importância do GRP a ser visto na capital sul-vietnamita nas últimas décadas. Ele e seus 90 subordinados que fiscalizarão o cessar-fogo junto com norte-americanos, sul-vietnamitas e norte-vietnamitas já são hoje figuras familiares em Saigon. O mesmo não acontece com os demais membros do GRP que ainda continuam na clandestinidade.

No ocidente, apenas o advogado Nguyen Huu Tho, presidente da Frente Nacional de Libertação, e Nguyen Thi Ninh, a chanceler do GRP que esteve em Paris nas negociações de paz, são figuras conhecidas na imprensa. Os especialistas em assuntos comunistas no Vietnã do Sul destacam no entanto que o arquiteto Huynh Tan Phat, de 60 anos, presidente do GRP e Tran Nam Trung, ministro da Defesa, são as figuras de maior expressão política dentro do Governo Revolucionário, do qual fazem parte ainda três vice-presidentes, oito ministros e oito vice-ministros.

Nguyen Huu Tho não é membro do Partido Comunista, e somente começou a trabalhar junto com o PC depois de passar mais de um mês preso pelo vietcong, em 1947.

A Frente Nacional de Libertação, 12 anos depois de sua fundação, serviu como base e modelo para a estruturação do governo do Vietnã clandestino

Ainda vai demorar algum tempo antes que possam ser estabelecidas as fronteiras entre o Vietnã de Thieu e o Vietnã controlado pelo Governo Revolucionário

continuação da página 9

50%, correspondentes a 500 mil pessoas, segundo os norte-americanos, ou dois milhões, de acordo com o próprio GRP.

A existência do Governo Revolucionário Provisório foi, até a assinatura do cessar-fogo, obstinadamente negada pela administração norte-americana. Quando a formação do GRP foi anunciada, em junho de 1969, os porta-vozes do Departamento de Estado apressaram-se em decretar, com doutoral infalibilidade: "Vinho velho em garrafa nova". E, poupando-se ao trabalho de descer a explicações mais fundamentadas, descarregaram a velha justificativa segundo a qual não poderiam caber no Vietnã do Sul dois governos: "Um país sem capital? Ministros sem Ministérios? Generais sem uniformes"? Eram, no final das contas, as perguntas que justificavam a negativa norte-americana. Hoje, os mapas que aparecem em todas as publicações mostram um fato bem definido: o Vietnã de Thieu é cada vez mais um país ilhado pelo Vietnã do GRP.

A corrida por territórios

Às vésperas da assinatura do acordo de cessar-fogo, houve entre as duas partes (Thieu e GRP) uma corrida em busca de mais territórios. Nesta corrida, o Governo Revolucionário Provisório conseguiu aumentar a extensão dos territórios que domina, apesar de ser impossível uma avaliação quantitativa. Mas é suficiente, para dar validade à afirmação, lembrar as repetidas "denúncias" do governo Thieu, de que os "comunistas" estão aumentando suas investidas. Desta forma, o regime de Saigon passava publicamente um recibo quanto à sua incapacidade de conter as tropas do GRP.

Desde então, a situação não mudou radicalmente. Thieu continua protestando, os norte-americanos lançando um olhar cego à situação, e o GRP consolidando suas posições. Mais do que nunca é difícil saber que territórios (e até quando) estão em mãos de Saigon. Para a Comissão Internacional de Controle, o prosseguimento da luta significa tempos difíceis. Alguns de seus membros (canadenses, poloneses, indonésios e húngaros) começam a mostrar-se crescentemente relutantes à idéia de deixar seu alojamento central em Saigon (de luxo, aluguel de 10 mil dólares mensais).

Dias atrás, um bem-intencionado grupo da comissão, que se dirigia à Província de Pleiku, no centro-norte do país, teve de parar no meio do caminho, desestimulada pela intensidade do fogo. E tão parcelado está o Vietnã do Sul que um correspondente ocidental, que cobria recentemente por estrada um percurso de 150 quilômetros, viu-se forçado a parar nada menos que 15 vezes, para passar de território controlado por Saigon para território do GRP, e vice-versa. As violações da trégua são tantas que se torna impossível prever quando o acordo de cessar-fogo poderá realmente vir a merecer tal designação.

Assim, à medida que vai ganhando mais territórios, o GRP aumenta a frustração dos que se negam a admitir a existência de um país "que sequer possui uma capital". Esta incompreensão pode ter sua origem num preconceito ocidental tão arraigado que é difícil acreditar que possa ser um dia extirpado. "E se Hanói for bombardeada"? indagou um jornalista estrangeiro ao general Giap, quando mais elevada era a quantidade de bombas norte-americanas despejadas sobre o Vietnã do Norte. "Hanói desapareceria, mas o Vietnã continuaria existindo", respondeu, tranqüilo, Giap.

O que é tão difícil para os ocidentais aceitar constitui um fato ao nível mais elementar para os que vivem em territórios do GRP. Uma capital é nesta situação um dado perfeitamente dispensável, bem como o são Ministérios, carros oficiais, secretárias e toda a parafernália dos governos "bem-estabelecidos". Em território do GRP, a estrutura sócio-governamental, embora hierárquica, consiste principalmente numa cadeia horizontal de comitês em nível de aldeia. Estes comitês estão unidos como raios de um roda, e toda a área é operada segundo um critério de redes de bases, e não com uma estrutura governamental convencional. O regime é este inclusive nas chamadas "áreas contestadas", o que dificulta, para o governo de Thieu, a identificação de quem não dança segundo sua música.

A cidade sempre foi de importância secundária para a Frente Nacional de Libertação, de onde se originou o Governo Revolucionário Provisório. Ainda assim, desde a sua fundação, em 1960, a FNL procurou formar uma estrutura de caráter urbano na única área metropolitana do Vietnã do Sul (Saigon-Cholon) e na área suburbana adjacente, na Província de Gia Dinh. Mas isto constitui uma exceção à regra geral de concentração de esforços nos campos.

Prova de que as cidades não interessam ao GRP é que seus guerrilheiros sequer tentaram erguer uma bandeira no subúrbio de Cholon, o que teriam conseguido com total facilidade. Os vietcongs estão mais interessados no momento em aplicar a sua nova tática na guerra, a conquista de aldeias, por meio de um artifício engenhoso. Depois de pequenos combates, cercam a aldeia visada, e ficam à espera de que ela se entregue. Isso é o que tem ocorrido sistematicamente, em diversas partes do Vietnã do Sul, desde a assinatura do cessar-fogo. Em outras palavras, o GRP cresce (apesar da ausência de capital), e o país de Thieu diminui (com todas as luzes de Saigon).

Uma das questões que mais intrigam a respeito do GRP é a da sobrevivência econômica das áreas por ele dominadas. Na estrutura rural vietnamita, é perfeitamente possível às pequenas comunidades manter uma economia de subsistência, limitando-se as relações de trocas a áreas muito restritas, e ainda assim entre grupos próximos entre si.

É na área das posições políticas que sobressai mais bem definida a orientação do GRP, em termos de informação à opinião pública. Ainda assim, muita confusão (intencional ou não) tem aparecido quanto às relações do GRP com a Frente Nacional de Libertação (FNL), órgão político majoritário dentro do Governo Revolucionário. Para se compreender a evolução das coisas até a situação atual, é necessário um recuo até os fatos que deram origem à FNL.

Entre 1955 e 1960, o governo de Ngo Dinh Diem, que no Vietnã dividido substituiu no sul o imperador Bao Dai, sofreu intensa resistência de inúmeros grupos do país, notadamente dos comunistas, das seitas religiosas, de pequenos partidos e de grupos minoritários montanheses, entre outros. A violência no interior do país era intensa, mas até meados de 1958 não havia guerrilhas organizadas no Vietnã do Sul. O governo de Saigon atribuía as violências aos remanescentes do Vietminh, que formara a República Democrática do Vietnã do Norte.

A frente ampla

Diante da repressão crescente do governo Diem, os militantes do Vietminh (comunista), das seitas religiosas e de outros grupos decidiram pela formação de uma organização militante clandestina capaz de enfrentar com decisão o regime Diem.

A 20 de dezembro de 1960, numa clareira da floresta, num ponto ao norte do Vietnã do Sul foi criada a Frente Nacional de Libertação, com o objetivo de organizar e dirigir a luta de guerrilhas que já se desenvolvia desde três anos antes. Não se tratava de mais um grupo clandestino apenas, mas de uma organização de âmbito nacional, dotada de quadros e fundos suficientes, e com um programa claro de construção política e social do Vietnã do Sul. Seria, segundo o Manifesto de junho de 1962, "uma liga patriótica contra a intervenção estrangeira, visando à retirada dos colonialistas norte-americanos do nosso território."

A fase de organização inicial da FNL ocorre entre meados de 1959, quando é tomada a decisão de se formar uma organização, e dezembro de 1960, quando a sua criação é revelada. A Frente foi organizada por um grupo de cerca de 10 pessoas, representando grupos de orientação política bem-definida, e outras 50 que participavam individualmente. A maioria dessas pessoas já trabalhava em conjunto há alguns anos.

O futuro presidente da Frente, Nguyen Huu Tho, eleito em 1962, diria mais tarde: "Embora fundada formalmente em dezembro de 1960, a FNL já existia como meio de ação, mas sem diretrizes nem programa, desde 1954, quando fundamos o Comitê de Paz Saigon-Cholon (destinado a defender a observação do acordo de Genebra). Muitos membros do Comitê Central da FNL eram também membros do Comitê de Paz, como Huynh Tan Phat, arquiteto, Ho Thu, farmacêutico, e Le Van Tha, engenheiro."

Mais detalhadamente, os integrantes iniciais da Frente foram recrutados nas fileiras comunistas do Vietminh, nas seitas político-religiosas Cao Dai, Hoa-Hao e Bynh Xuyen, nos grupos minoritários montanheses, representantes de organizações de agricultores do delta do Mekong, dirigentes de pequenos partidos e grupos políticos e profissionais a eles ligados, intelectuais que haviam rompido com o governo do Sul (principalmente membros da rede de Comitês da Paz), desertores das Forças Armadas, e elementos perseguidos pelo regime Diem, como os delatados na grande campanha de acusação ao comunismo (1955/56), mas que conseguiram fugir à prisão. A todos estes, juntaram-se sulistas que haviam ido para o norte durante o êxodo de 54/56. Era a frente mais ampla possível, e que ao correr dos anos iria absorver outros grupos integrantes da vida sul-vietnamita.

Eleito sob a liderança de Huu Tho, a 3 de março de 1960, o Comitê Central refletia rigorosamente a diversidade dos elementos que constituíam a Frente. Nesta época, ela ainda não era qualificada como "única representante legítima das populações do Vietnã do Sul", mas já lutava por "uma solução pacífica entre os vietnamitas."

O Governo Revolucionário Provisório, cuja formação foi anunciada em 10 de junho de 1969, logo após a ofensiva do Tet, foi eleito por um congresso dos representantes do povo do Vietnã do Sul, reunido em junho daquele ano. É basicamente uma ampliação da grande frente popular constituída pela FNL, incluindo-se os neutralistas da Aliança das Forças Nacionais, Democráticas e da Paz.

O manifesto do novo governo, escassamente referido na imprensa, afirmava: "Nosso objetivo é mobilizar os esforços do povo sul-vietnamita e das Forças Armadas, para reforçar o ardor do combate contra a agressão americana, pela salvação nacional, para conquistar o poder popular e construir um Vietnã do Sul independente, democrático, pacífico e neutro, engajado no caminho da reunificação pacífica da pátria". Se bem que provisório, o gabinete revolucionário considerava-se com competência plena e inteira no plano do direito internacional.

Para auxiliar o GRP em suas decisões, foi criado um Conselho, composto de representantes da FNL (majoritária), da Aliança, dos partidos políticos, das organizações do povo e outros grupos. O Conselho baseia-se na resolução do Congresso dos Delegados Nacionais e no programa político da FNL e da Aliança. Seu presidente é Nguyen Huu Tho (também presidente da FNL), e vice-presidente Trinh Dinh Taho, presidente da Aliança.

A questão do reconhecimento externo do GRP foi fundamentalmente decidida em junho de 1969, durante a realização do Congresso Internacional dos Partidos Comunistas, em Moscou. A 6 de junho, um dia após o congresso ter sido iniciado, a FNL convocou um congresso especial, em alguma parte do Vietnã do Sul. No dia 10, em meio ao Congresso de Moscou, a FNL anunciou a formação do Governo Revolucionário Provisório. O novo regime foi quase imediatamente reconhecido por Cuba, Argélia, Síria, Coréia do Norte, Romênia e Iugoslávia, além, naturalmente, do Vietnã do Norte, China e União Soviética.

A partir daí, a FNL não poderia mais ser vista (a não ser por um caso notável de má fé ou miopia política) como um movimento levado a reboque por outro país (no caso, o Vietnã do Norte). Passava a constituir um governo real, reconhecido por grande parte do mundo. Isto significava um crescimento na assistência econômica e militar (recebida especialmente da China e URSS), e também imenso crescimento no setor político (hoje o GRP é um dos participantes do grupo tripartite encarregado de decidir os destinos do Vietnã do Sul).

Em junho de 1969, alguns dias após a formação do Governo Revolucionário Provisório, Richard Milhous Nixon, conhecido não exatamente por suas virtudes de profeta, anunciava: "A mudança da FNL para um Governo Revolucionário Popular é simplesmente um outro nome para a mesma atividade."

Os anos que se seguiram trataram de provar que o presidente estava algo equivocado.

Le Monde

nº 15 12 a 19 de fevereiro de 1973 5, rue des italiens – 75 Paris 9e Tel.: 7.709.129

ORIENTE MÉDIO

As grandes manobras de Hussein

Após o cessar-fogo no Vietnã, a atenção se volta de novo para o Oriente Médio. Conversações visando favorecer uma solução do conflito árabe-israelense estão sendo realizadas simultaneamente em Moscou e em Washington. O rei Hussein está conversando com os responsáveis americanos, enquanto o general Hafez Ismail, o "Kissinger" egípcio, conversa com Gunnar Jarring, mediador da ONU.

Esse deslocamento de interesses está na ordem das coisas. Uma vez terminado o conflito do Vietnã, é natural que os supergrandes concentrem sua atenção no foco de guerra que persiste numa região do mundo onde seus interesses políticos, petrolíferos e estratégicos se chocam. Os dirigentes soviéticos, que têm múltiplos motivos para se inquietar com a deterioração da situação nos países árabes beligerantes, multiplicam declarações favoráveis a uma solução. Nixon, por sua vez, declarou que o Oriente Médio é, doravante, para os EUA, um "problema de alta prioridade."

Se é verdade que o chefe da Casa Branca tinha prometido ao rei Hussein exercer sua influência para conseguir a paz antes de 1973, o soberano hachemita deve ter ficado um pouco decepcionado com a sua entrevista, no dia 6 de fevereiro, com o presidente americano. O chefe de Estado jordaniano sem dúvida reiterou sua oferta, formulada secretamente há meses, de concluir uma paz em separado com Israel, sob certas condições. Mas, conforme ele declarou na semana passada em Washington, "os EUA se contentam em ouvir e olhar."

Vacilação estratégica

E poderia ser diferente? Nixon espera, para 1.º de março, a visita de Golda Meir, a quem diversos responsáveis americanos incentivaram a formular "novas idéias" capazes de provocar o degelo da situação. No entanto, todas as informações provenientes de Jerusalém indicam que o governo israelense não tem intenção de modificar suas posições.

As declarações conciliatórias do rei Hussein provocaram mais irritação do que satisfação. Suas concessões foram interpretadas pelos jornais que estão próximos ao governo como "manobras" para ganhar a opinião pública para sua causa. Todos os editorialistas – com exceção, é claro, da extrema-esquerda – censuram-no, em particular, por sua ambição de recuperar uma parte do setor árabe de Jerusalém.

Do lado egípcio, o obstáculo é igualmente de ordem territorial. Atribui-se aos EUA a intenção de desenterrar o projeto relativo à reabertura do Canal de Suez, em troca da retirada parcial das tropas israelenses. Jerusalém e Cairo não são, em princípio, contrários ao projeto. No entanto, os dirigentes egípcios insistem para que um eventual acordo seja apresentado como uma primeira etapa para a evacuação total do Sinai. Golda Meir acha essa reivindicação inaceitável.

É pouco provável que os dirigentes israelenses mudem de atitude, pois a campanha eleitoral para as eleições legislativas do próximo outono praticamente já começou. Os "moderados" freqüentemente fazem abstração de suas opiniões conciliadoras para não dar chance a seus adversários, cuja habilidade se concentrou em convencer a opinião de que a segurança do Estado judeu, e mesmo a sua sobrevivência, depende da anexação de alguns dos territórios ocupados.

Levando-se em conta esses e outros fatores, de igual complexidade, a maioria dos observadores em Washington, em Jerusalém, no Cairo e em Amã manifestam seu ceticismo quanto às chances de uma solução para o Oriente Médio, nos próximos meses. Mas o essencial não consiste em procurar ativamente a saída para um impasse que já dura há muito tempo?

A CHINA EXIGIRÁ DE KISSINGER UMA DECISÃO SOBRE FORMOSA

A nova ofensiva de Mao

No momento em que o prestígio de Chiang Kai-Shek está em crise, os chineses exigem o controle total sobre Formosa, usando desde a pressão diplomática até a propaganda junto aos habitantes da ilha, onde muitos acham que os EUA têm hoje mais interesse em Pequim do que em Taipé. Por Alain Bouc

Em Pequim, coberta de neve e toda voltada para a comemoração da festa da primavera – o ano novo chinês – o anúncio da vinda de Kissinger, que tinha causado rebuliço na capital um ano e meio atrás, não causou, desta vez, a menor emoção.

Menos de um ano após a visita do presidente Nixon, chineses e americanos vão, pois, tentar transpor uma nova etapa na normalização das relações entre os dois países. Não se trata ainda, é claro, de trocar embaixadores, como foi proposto pelo senador Jackson. Mas, de um ano para cá, um número muito grande de coisas mudou no extremo oriente para que as relações sino-americanas não tenham também se modificado.

O cessar-fogo no Vietnã consolidou as posições dos comunistas que, desde a Coréia até o Vietnã, tomam consciência de sua força diplomática e de seu poder militar. Pequim, sabe-se agora, tinha feito forte pressão no ano passado por ocasião da visita do presidente americano, para levá-lo a ceder às exigências do vietcong; mas sem resultados imediatos. A China agora participa da solução da questão vietnamita.

O problema de Formosa estará, como em 1971, no centro das discussões entre Chou En-Lai e Kissinger. A posição dos nacionalistas se deteriorou um pouco durante os últimos meses. O generalíssimo Chiang Kai-Shek está doente, e diz-se que não está mais em condições de exercer as funções do seu cargo. Sua mulher o representa nas cerimônias oficiais. Seu filho, o general Chiang Ching-Kuo, primeiro-ministro, não está à altura, segundo muitos chineses, de realmente assegurar a sucessão.

Enfim, a partida diplomática está definitivamente perdida para os nacionalistas; os próprios EUA não os apóiam mais como antes.

Os dirigentes de Pequim, graças a um trabalho paciente, promoveram o aceleramento da erosão da posição do Kuomintang.

Os chineses de além-mar, que antes apoiavam o regime de Formosa, agora atravessam aos milhares a fronteira. Pequim está repleta desses chineses vindos do estrangeiro, facilmente reconhecíveis pela sua maneira diferente de se vestir.

Como de costume, os canhões silenciaram no estreito de Formosa por ocasião da festa da primavera. O que a República Popular propõe aos nacionalistas e aos americanos é, primeiro, um cessar-fogo permanente, com a condição de que eles reconheçam a unidade territorial e política da China. O degelo nas relações com Formosa poderia abrir um período de transição, provavelmente bastante longo, durante o qual se faria a distinção entre a soberania afirmada da República Popular sobre as ilhas e o exercício real dessa soberania. Os dirigentes chineses esperam que, por realismo, Kissinger aceitará discutir as etapas desse período de transição. Mas Pequim não tem pressa, e parece estabelecido que nada de decisivo será feito antes da morte do generalíssimo Chiang Kai-Shek.

Enquanto isso, os chineses procuram diversificar, mais do que desenvolver, seu intercâmbio comercial com os EUA. Um comércio de 25 milhões de dólares por ano não é grande coisa, nem para os EUA nem para a China. Mas representa o suporte material para os intercâmbios culturais múltiplos que interessam aos dois países e que favorecem uma normalização posterior das relações diplomáticas. Aliás, a política da Casa Branca não é o principal obstáculo à solução do problema de Formosa. É mais difícil preparar os habitantes da ilha para o socialismo.

Por ora, a China não quer queimar etapas. Sua propaganda promete aos chineses da ilha, primeiro, o fim do desemprego, serviços médicos gratuitos ou semigratuitos, a abolição dos múltiplos impostos que atingem os camponeses e (o que o orgulho nacional dificilmente deprezaria) fazer parte de um regime poderoso, em relação ao qual os EUA, apesar de aliados de Formosa, manifestam mais consideração do que quanto a esta.

ELSBERG: A MAIS RECENTE VÍTIMA DA GUERRA NO VIETNÃ

A vingança do Pentágono

Muitos dos segredos revelados por Elsberg foram também divulgados pelo ex-presidente Lyndon Johnson e num relatório do general William Westmoreland, vendido em bancas de jornais a seis dólares. O processo contra o ex-funcionário do Pentágono poderá obrigá-lo a passar 115 anos preso. Por Jacques Amalric

Talvez a guerra do Vietnã tenha terminado para os Estados Unidos. O que não impede que ela possa ainda fazer vítimas entre os norte-americanos. Os insubmissos e os desertores, refugiados no Canadá e na Suécia (várias dezenas de milhares) serão presos caso retornem aos Estados Unidos. Nixon disse e repetiu: "Não haverá anistia; de qualquer maneira, não para eles."

Dois norte-americanos correm o risco, neste exato momento, de sofrer pesadas penas, por causa de sua oposição à guerra. O processo se desenvolve no tribunal federal de Los Angeles. Os acusados são os dois principais responsáveis pela publicação, em junho de 1971, dos famosos documentos secretos do Pentágono publicados no *The New York Times*. Esse estudo crítico, sobre a participação norte-americana na guerra do Vietnã, foi encomendado por Robert McNamara, pouco antes de deixar o Pentágono. Daniel Ellsberg é o mais conhecido dos acusados. É também o mais brilhante e o que gerou mais controvérsias: antes de se opor à guerra do Vietnã, foi um entusiasmado partidário da guerra, quer como especialista em antiguerrilha no Vietnã, quer no Pentágono ou na Rand Corporation. Agora, ele arrisca-se a ser condenado a um total de 115 anos de prisão, se o júri declará-lo culpado nas 12 acusações que pesam sobre ele, entre as quais: complô, expropriação ilegal de documentos governamentais e espionagem. Seu cúmplice, Anthony Russo, que também pertenceu à Rand Corporation, arrisca-se a 30 anos de prisão; ele ajudou Ellsberg a fazer as fotocópias de 18 dos 47 volumes dos documentos secretos do Pentágono, tirados da biblioteca da Rand entre março de 1969 e setembro de 1970.

O processo promete ser longo. Apesar de só ter sido aberto em janeiro deste ano, já tinha começado de fato no meio do ano passado, diante de outro júri. O primeiro processo durou apenas alguns dias – tempo suficiente para a defesa declarar que o FBI havia registrado, "por engano", algumas conversas telefônicas do advogado de Ellsberg. O governo se recusou a declarar qualquer outra coisa, e o juiz da corte suprema, William Douglas, suspendeu os debates até que a corte pudesse resolver o mal-entendido, o que foi feito ainda no ano passado, quando a corte ordenou a reabertura do processo.

Oficialmente, não se sabe muito sobre esse misterioso caso das conversas telefônicas, a não ser que os diálogos gravados não constem dos dossiês do Pentágono. Supõe-se que a vítima dos especialistas do FBI tenha sido Leonard Boudin, o principal advogado de Ellsberg, cujo gabinete em Nova York representa, nos EUA, Chile e Cuba. Ora, todo mundo em Washington sabe que existem postos de escuta ligados com os telefones das embaixadas suspeitas, como as do Chile e da Tchecoslováquia. O juiz Byrne, encarregado de presidir os debates, preferiria conservar o júri inicial. Mas ele foi obrigado pela defesa – apoiada nesse particular pela jurisdição de apelação – a escolher outro júri.

As três primeiras semanas de debates terminaram com uma ligeira vantagem da defesa. Para dar fundamento à sua acusação de espionagem, o governo tem que provar que a publicação dos papéis do Pentágono comprometeu, de uma maneira ou de outra, "a segurança nacional dos Estados Unidos". Até o momento duas testemunhas principais depuseram nesse sentido, evidentemente dois generais. O primeiro, William Depuiy, ex-colaborador do general Westmoreland, citou diversas passagens do relatório secreto afirmando que eles constituíam uma preciosa fonte de informações para o inimigo. Uma dessas passagens analisava especialmente os resultados da ofensiva do Tet. A defesa fez um grande esforço para frisar que todas essas informações se encontravam num relatório do general Westmoreland publicado pela imprensa nacional dos Estados Unidos e que estava à venda, desde março de 1969, por seis dólares.

A segunda testemunha de acusação, general Paul Gorman, revelou-se ainda mais duro talvez porque ele foi um dos redatores do dossiê do Pentágono. Perfeitamente à vontade, o general Gorman precisou de vários dias para expor a sua tese e desenvolver os seus argumentos. Ellsberg e Russo são culpados – disse ele – pois os papéis do Pentágono permitiram que os adversários pudessem fazer uma idéia muito exata da maneira pela qual o governo americano reage "no mais alto nível". Por outro lado, esses documentos, classificados com o *top secret*, identificavam vários responsáveis da CIA, dando indicações precisas sobre sua maneira de trabalhar, revelando até certas cumplicidades de países estrangeiros, a Grã-Bretanha, por exemplo, que registrou as conversas telefônicas de Kossiguin quando este esteve em Londres.

O interrogatório do general Gorman apenas começou. Mas a testemunha já teve que reconhecer que, em suas memórias, o presidente Johnson havia cometido o mesmo "crime" de Ellsberg e de Russo publicando documentos tão secretos quanto os do Pentágono.

"Desastradamente"

As testemunhas dos dois lados serão numerosas. A defesa espera empregar vários argumentos: demonstrar a aberração do atual sistema de classificação dos documentos oficiais, sistema este que permite a um grande número de pessoas enterrar por muito tempo qualquer documento incômodo para o governo; demonstrar que numerosos funcionários americanos recorrem sistematicamente à prática da "entrega" de documentos; e finalmente provar que nos documentos do Pentágono não há nenhuma informação militar que o inimigo possa utilizar. Esse último ponto é em parte confirmado por um estudo desses documentos, feito pelo próprio Pentágono após a sua publicação. Foi necessária toda a autoridade do juiz Byrne para que o Pentágono se decidisse a enviar-lhe uma cópia desse estudo que tinha sido "desastradamente" extraviado há meses, segundo afirmava a acusação. É fácil compreender a pouca pressa do governo lendo uma frase como essa: "Uma vez que a quase totalidade das informações contidas neste documento eram de domínio público antes de 1969, é difícil, senão impossível, afirmar que o conteúdo desse volume pode ter algum efeito sobre a segurança nacional."

É claro que ainda falta definir a noção de segurança nacional e saber se os verdadeiros acusados do processo de Los Angeles, por trás de Ellsberg e Russo, não são, na verdade, a imprensa e os jornalistas liberais americanos que é preciso intimidar, e os altos funcionários que é preciso chamar à ordem.

A nova onda de terror na Irlanda

Henri Pierre

Depois de um fim de semana dos mais sangrentos já vistos em Belfast, o governo britânico teme que as iniciativas políticas fiquem paralisadas por algum tempo. Com efeito, se a violência persistir, apesar dos reforços de tropas que certamente serão pedidos pelo secretário de Estado para a Irlanda do Norte, Whitelaw, é provável que o plebiscito sobre a reunificação eventual da ilha, previsto para 8 de março, seja adiado.

O governo esperava que esse plebiscito, boicotado pela minoria católica, ao ratificar a vontade da maioria protestante de permanecer no Reino Unido, tornaria mais fácil para estes a aceitação das propostas de reformas visando aumentar a representação católica e quebrar o monopólio político protestante. Propositalmente o governo só iria publicar o seu *Livro Branco* sobre as reformas políticas após o resultado do plebiscito. Mas, depois da série de assassinatos selvagens cometidos nos últimos dias pelos extremistas dos dois lados, os protestantes endureceram a sua posição e parecem pouco dispostos a aceitar um *Livro Branco* que vai sabotar sua supremacia política.

Do lado católico, as posições também endureceram. Depois da decisão de boicotar o plebiscito, o SDLP (Partido Social-Democrata Trabalhista, católico) que representa a opinião católica moderada, está exigindo do governo britânico que ponha fora da legalidade os grupos protestantes da UFV (grupo protestante dissidente) e da UDA (Partido Unionista, protestante), a prisão dos seus líderes, bem como o confisco, pelas autoridades, dos numerosos fuzis e revólveres que os "clubes de tiro", protestantes, possuem legalmente.

Mas o governo britânico não deseja fazer isso, pois iria refazer a unidade dos protestantes quando ele quer exatamente isolar os extremistas. Aparentemente, a única certeza dada pelo governo de Londres aos católicos foi a confirmação de que a manutenção da ordem continuaria sob a responsabilidade exclusiva do Exército britânico. Mas parece que os católicos queriam mais: principalmente que os setores católicos das grandes cidades deixem de ser patrulhados pelas forças de polícia do regimento de defesa do Ulster, de maioria protestante.

Nesse clima de desconfiança generalizada, e enquanto os extremistas dos dois lados recuperam o terreno que tinham perdido nos últimos meses, dificilmente as iniciativas políticas podem se desenvolver. A engrenagem da violência, premeditada ou não, afeta evidentemente a autoridade e mesmo o prestígio de Whitelaw, que no entanto continua a gozar do apoio unânime da Câmara dos Comuns. Ele acha que, por enquanto, é preciso continuar a mesma política sem tomar medidas radicais, deixando passar a tempestade.

No entanto, admite-se em Londres que o governo britânico terá que enfrentar a crise mais grave desde que tomou a si, no fim de março de 1972, a responsabilidade direta pela administração do Ulster. Por outro lado, novas dificuldades são previstas com o governo de Dublin, que acaba de criticar o governo britânico, convidando-o a tomar medidas severas contra os terroristas da UDA. O governo de Dublin também estaria descontente com a pouca pressa do governo de Londres em organizar o Conselho de toda a Irlanda, cuja criação figura no *Livro Branco*. O primeiro-ministro Lynch, da Irlanda do Sul, deverá encontrar o primeiro-ministro Heath antes da publicação deste documento, mas alguns ministros acham pouco desejável que Lynch se associe muito estreitamente às propostas do governo britânico, cuja visão da "dimensão irlandesa" do problema do Ulster estaria longe de corresponder à visão de Dublin.

AS NOVAS TAREFAS ECONÔMICAS DOS COMUNISTAS CHINESES

Ir devagar para chegar depressa

Em nossa edição anterior, publicamos a primeira parte do artigo de Alain Buc sobre as mudanças políticas na China, sete anos depois da Revolução Cultural. Na continuação o autor fala dos problemas econômicos

Depois do início da Grande Revolução Cultural, em 1966, toda a estrutura administrativa da China foi alterada de cima a baixo com a criação dos Comitês Revolucionários, formados por militares, técnicos e operários. Nesta mudança, os critérios adotados nem sempre foram uniformes. Em Xangai, por exemplo, é difícil encontrar, entre as fábricas da região, alguma semelhança entre os vários comitês no que se refere à sua composição e estruturação.

A diversidade é extrema. Não há nenhuma regra relativa à fixação do número de membros do comitê, nem do número de fábricas; não há nada referente à composição étnica ou à idade dos seus membros. Em Damao, uma jovem de 17 anos participa dos trabalhos do comitê do partido. Neste estado surpreendente de descentralização administrativa, cada unidade compõe livremente seu comitê, com a aprovação da instância superior.

O partido tem nas mãos o controle dos comitês revolucionários. É comum um secretário do partido ocupar o mais alto posto do comitê. Ou mesmo um dos grandes responsáveis dentro do partido exercer a função de vice-presidente de um comitê revolucionário. Por outro lado, vários responsáveis pelos CRs participam das decisões do partido. Esta interpenetração do Estado e do partido tem por objetivo alcançar uma direção monolítica do país. A história da Revolução Cultural explica esta confusão em termos de responsabilidades. Depois de 1966 o partido suspendeu suas atividades em várias circunscrições e fábricas. Os "revolucionários" tomaram o poder. Por conseguinte, com a tarefa de reconstrução do PCC, o comitê, com seus antigos membros do partido e seus novos responsáveis saídos da revolução, teve que dar o ponto de partida. Em certos casos os mesmos locais serviam aos dois organismos. Em Xangai, uma mesma construção majestosa, na beira dos cais sombreados do Rio Huangpu, abriga comitê e partido.

Os comitês revolucionários estão atualmente nas mãos dos trabalhadores, principalmente nas fábricas, onde eles ocupam a maioria dos postos. Os membros do partido que têm a responsabilidade de dirigir o comitê são recrutados nas fileiras da classe operária. No entanto, dentro das grandes unidades, levando em conta que o efetivo de operários chega a dezenas de milhares, o número de quadros administrativos que exercem as mais altas tarefas parece ligeiramente mais elevado.

Os chefes na fábrica

Uma burocracia operária pode sempre se reconstituir. O processo já se consolidava em certas fábricas em 1966, quando estourou a Revolução Cultural. Os culpados tiveram que se submeter ou se demitir. Mas o perigo ainda existe. Para preveni-lo, o partido organiza a participação sistemática dos quadros no trabalho nas fábricas. No mínimo um dia por semana. Na usina de açúcar de Huhehot, o diretor passava dois dias por semana ao lado de seus operários, como os outros quadros do comitê, e bastava observar seu rosto e suas mãos calejadas para acreditar que ele não tinha nada de um funcionário público.

Em outras unidades maiores parece que o exigido é um dia por semana. Este dia de trabalho varia de acordo com as outras obrigações dos quadros – receber um visitante ou ter que comparecer a uma conferência no exterior. Em volta do comitê revolucionário de uma fábrica e da célula do partido gravitam várias instituições, notadamente o sindicato e a organização da juventude comunista. O sindicato se reconstruiu nas fábricas nos dois últimos anos. Para alguns, isto não passa de uma volta ao passado, ao revisionismo de 1966 . . . Na opinião de outros, o sindicato atual deve desempenhar um papel político bem mais significativo que o de antes. Os representantes dos operários são em número reduzido dentro do comitê revolucionário, para que possam conhecer todos os problemas de seus companheiros. É necessária uma organização *ad hoc* que nomeie normalmente seu delegado para o comitê. Em Xangai, a rede de sindicatos é completa e há também uma federação municipal.

A liga da juventude renasce de suas cinzas depois de 1969. Ela reúne jovens de 15 a 25 anos. Da mesma forma que no partido, as "massas" (os outros jovens) têm poder de voto. A organização não foi ainda reconstituída em nível nacional "pois a luta entre duas tendências continua": uma parcela da juventude contesta as posições da direção.

Na guarda vermelha, na liga ou nos sindicatos, as discussões e polêmicas são intensas. O "Centro" (o Politburo depurado e a imprensa do Comitê Central do PC) faz apelos à unidade, quer reforçar o papel dirigente do partido, mas esta campanha que já dura vários meses, ainda não se fez refletir nas instituições permanentes.

Sente-se necessidade, aqui e ali, de obter algumas certezas.

Mas somente a Assembléia Nacional, que demora a se reunir, poderá fornecê-las. Ela traçará as grandes diretrizes políticas, aprovará as instituições e consolidará as conquistas da Revolução Cultural. Os capítulos de política econômica passarão a ser escritos a tinta e não mais a lápis como acontece desde muito tempo.

A situação econômica

–Não basta esquecer o passado e liquidar o conservadorismo para que o comunismo vença. É preciso que a China passe a figurar entre as sociedades industriais. No sul da China, os homens substituem os animais que são poucos; os caminhões são raros. Uma greve de carroças e carrinhos de mão paralisaria mais a economia que uma falta de gasolina ou uma parada no tráfego ferroviário.

O país está cansado de sua pobreza. As disputas políticas, as greves da Revolução Cultural, a ajuda ao Vietnã e o esforço militar despendido nas fronteiras com a URSS arrefeceram o entusiasmo de muitos. Será agora – espera-se – que a China surgirá como uma grande potência. O desenvolvimento econômico está na ordem do dia. A grande ambição nacional é uma China poderosa e próspera.

A Comissão do plano econômico nacional tem como árdua tarefa organizar o esforço desta mão-de-obra imensa, 400 milhões de trabalhadores. Seus dirigentes, o ministro e o vice-ministro, foram nomeados apenas há algumas semanas. A estratégia do plano pode se resumir primeiramente na construção de uma base agrícola sólida. Colheitas abundantes aumentam a vitalidade do regime, justificam o colètivismo. Este, declara a imprensa, depende do nível de vida como um barco do rio. Quando as águas sobem o barco anda, quando descem, o barco encalha. Seria portanto necessário assegurar cada ano o aumento das rendas rurais. Infelizmente a natureza também afeta as colheitas. Por falta de chuvas no último outono no norte da China, os reservatórios secaram e em vários distritos se plantou menos arroz que no ano precedente.

Os cereais têm prioridade. Podem ser estocados. Camponeses nos mostraram, orgulhosos, as reservas da brigada – enormes quantidades de grãos nas granjas coletivas. E assim, pouco a pouco, o Estado vai aumentando suas reservas. Com 40 milhões de toneladas de reserva, a China poderia agora suportar, sem muitos prejuízos, colheitas catastróficas, como a de 1960, que conseguiu abalar a economia e colocar em questão alguns fundamentos do socialismo.

Os esforços para melhorar a hidráulica agrícola já se fazem sentir: a péssima colheita de 1972 – 10 milhões de toneladas a menos que em 1971 – não é inferior à de 1970, estimada em 240 milhões de toneladas. O número que equivale a 300 quilos por habitante por ano – 800 gramas por dia – parece satisfatório. Mas é preciso deduzir os estoques de sementes, as perdas, as reservas para a indústria, o que foi dado ao Vietnã, etc. Os riscos de uma guerra contra a União Soviética levam também a que se faça maiores reservas. Esta é a razão porque o arroz é um dos únicos produtos ainda racionados.

Para aumentar as rendas é preciso mecanizar. E na China há uma terrível falta de tratores. A produção dos veículos aumenta, mas ainda não satisfaz a demanda. As comunas fazem suas reclamações junto aos organismos centrais, mas estes nem sempre têm condições de solucionar os problemas. Os equipamentos pesados são os que mais fazem falta. Em compensação, muitas comunas populares podem desde agora construir pequenos tratores com três rodas, já bastante difundidos nos arredores da cidade e nas regiões mais prósperas. As fábricas se multiplicam no campo para equipar a agricultura. Sua produção é irregular, mas fornece a ferramenta essencial – o equipamento simples – bombas para a irrigação, por exemplo – carroças e naturalmente adubos químicos. As pequenas unidades rurais entregaram 7 milhões de toneladas de adubos em 1971, ou seja, dois quintos da produção nacional. Através de seus lucros acumulados, as fábricas alimentam os orçamentos locais desde o nível de vila até o de prefeitura.

As fábricas das grandes cidades desconcertam o visitante. Ao lado de equipamentos modernos, pontes rolantes comandadas por mulheres levando enormes peças de aço reluzente, hangares envelhecidos abrigam trabalhadores mais lentos, cujo ritmo é muito diferente do que estamos acostumados a ver no ocidente.

Os camponeses se habituam mal ao ritmo de fábrica? Ou a organização do trabalho é precária? Com a falta de máquinas, a China tem dificuldade em tornar sua mão-de-obra altamente produtiva. O trabalhador não qualificado que recebe um baixo salário realiza tarefas menores num ritmo moderado.

Um equipamento mais completo, um trabalho mais intenso aumentariam sem dúvida a produção. Mas há falta de dinheiro para importar máquinas e a China se recusa a comprá-las a crédito. É uma questão de independência: ela prefere esperar e construir o equipamento com seus próprios meios.

Esta estratégia de desenvolvimento é bastante original, por exemplo, na construção naval: "Segundo a linha de Liu Shao Chi, nos fala o dirigente de uma grande estância de Xangai, é melhor comprar navios que tentar construí-los, e melhor ainda é alugar embarcações que comprá-las. Certamente é mais fácil quando não se tem engenheiros, estaleiros ou motores. Mas nós não tínhamos dinheiro para efetuar as compras". Uma oficina de reparos começou a trabalhar. Em 1958, lançou uma embarcação de 3 mil toneladas, em 1970 um cargueiro de 13 mil toneladas. "Isto nos tomou tempo, mas agora nós sabemos construir um navio. Os dois cargueiros batizados cada ano fazem progredir o comércio exterior do país. Esta é a nossa concepção, é a via chinesa . . ." Nenhuma economia de tipo capitalista deixaria subsistir um estaleiro como esse, pois ela o privaria de encomendas e devolveria aos sete mil assalariados a condição de desempregados.

Assim a China não tenta inicialmente a prática de técnicas modernas. O importante para Mao Tsé-Tung é que o operário progrida e se familiarize pouco a pouco com as ferramentas fabricadas. Na escolha dos meios, a descentralização é total. "Trabalhe com os recursos locais, diz o Estado, e supere as dificuldades por si mesmo. Nós não estamos encarregados de resolver seus problemas". Pequim não envia técnicos, nem dinheiro ou máquinas.

Apressar-se com lentidão

As oficinas instaladas pelos trabalhadores rurais ilustram também esta vontade de "fazer fogo com toda madeira". Uma mulher em cada quatro não trabalha normalmente durante o dia. As mães de família organizam nos bairros pequenos *ateliers* de costura e se congregam em torno de unidades para a execução de suas tarefas. Na saída de Xangai, vimos uma centena de mulheres confeccionando, com instrumentos rudimentares, peças de vidro para lâmpadas e bombas destinadas à usina das redondezas. Trabalhando algumas horas por dia, elas ganham 1 *yuan* – menos de 1 dólar. Vimos também pessoas aprendendo acupuntura e que, se bem que analfabetas, podiam curar as pequenas doenças do bairro. Outras ainda que partiam de bicicleta em direção aos subúrbios para colher plantas medicinais.

A Revolução Cultural suprimiu os estímulos. As autoridades se pautam no interesse que leva o operário a seu trabalho, sua vontade de progredir, seu "ativismo". A atitude "política" do operário determina a produtividade. Todo relaxamento no trabalho assume a forma de uma falta política.

Uma descoberta técnica importante é rapidamente conhecida em todo o país. O balanço da fábrica é largamente difundido. As outras empresas enviam delegações para obter informações. As municipalidades e o Estado promovem encontros. Os inventores vão às vezes pessoalmente explicar suas descobertas. No entanto, o movimento de inovação é limitado pela diversidade dos equipamentos, pelos recursos e métodos locais pelo empirismo e a descentralização. Ele se desenvolve sobre tudo nas fábricas.

Por outro lado, uma certa vacilação se faz sentir na gestão das empresas. Há muitas discussões, particularmente sobre a questão de salários. Colocando de lado a revisão em 1971 das gratificações mais baixas, há alguns anos que as remunerações não são alteradas (é com a baixa dos preços que o poder de compra aumenta). Os técnicos progrediram e com eles a qualificação dos operários. Não será justo rever certos salários e aplicar o princípio "a cada um segundo seu trabalho"? Elementos de esquerda contestam este princípio, que reintroduz a seus olhos os "estímulos materiais" denunciados recentemente. Mas há uma diferença, explica a imprensa, entre receber uma justa retribuição pelo seu trabalho e escolher um trabalho por questões de dinheiro.

A importância dada ao debate mostra que muitos chineses têm dificuldades em distinguir as duas posições.

Uma coisa é certa: alguns salários não correspondem à produtividade do trabalho. Alguns assalariados poderiam deixar suas fábricas sem que isto alterasse a produção. O princípio "a cada um segundo seu trabalho" não está sendo aplicado com rigor. É o caso mesmo de se perguntar se em certos locais a preocupação com a igualdade não seria excessiva.

Tanto na indústria como na agricultura, o avanço se faz com muita prudência. Não seria conveniente que, sob o pretexto de "cortar o rabo do capitalismo", se deteriorasse o equilíbrio precário instaurado a partir da Revolução Cultural. Partir para uma marcha forçada em direção ao comunismo, afirma o partido, significaria sufocar o país, multiplicar as privações, romper a unidade.

Desde a implantação do regime, alguns se queixam de que se avançou muito depressa; a Revolução Cultural se encarregou de afastá-los dos cargos de responsabilidade. Por outro lado, os impacientes, os "esquerdistas" consideram inútil o "ganhar tempo". O "Centro" os manda de volta a Marx e Lênin, afirmando que é preciso respeitar as etapas, que a China ainda não está madura para o comunismo. Como dizia Talleyrand: "Devagar cocheiro, que nós estamos com pressa."

OS BASTIDORES DA CRISE DO SUPERSÔNICO EUROPEU

Concorde: um projeto político

O avião político tinha-se tornado um símbolo tão importante da indústria européia diante da concorrência americana que era rigorosamente impossível pará-lo no meio do caminho. O Concorde escapou ao controle. Por Jacques Isnard.

Logo depois que a Pan Am e a TWA (Trans World Airlines) cancelaram suas opções de compra do supersônico franco-britânico, o efeito psicológico desta decisão fez-se sentir noutras empresas aéreas. A Japan Airlines desistiu dos três aparelhos que havia encomendado e a Qantas, companhia australiana, está inclinada a seguir o mesmo caminho. Nos próximos dois meses esperam-se novas desistências.

O Concorde tem sido alvo das mais variadas críticas por seus adversários. Entre estas acusações, muitas vezes generalizadas, duas voltam constantemente: "avião de prestígio" e "avião de bilionários". Para alguns, era o Airbus – o "ônibus aéreo" – de grande capacidade, que deveria ter sido construído prioritariamente e com urgência, a fim de manter o nível de emprego da indústria aeronáutica européia, e antecipar-se à concorrência americana, que levou muito tempo para se manifestar nesse campo. Para outros, o Concorde só poderia ser um imenso erro, na medida em que Paris e Londres escolhiam ir contra o processo de "democratização" cada vez mais evidente do transporte aéreo. De fato, o supersônico franco-britânico é, em primeiro lugar, um "avião político", fazendo parte, na opinião de numerosos técnicos que provavelmente o lamentam, da herança do general De Gaulle.

"Avião político": o qualificativo é justo sob vários aspectos. Numa época em que as relações franco-britânicas não primavam pela confiança recíproca e na qual Paris se obstinava em não encorajar a entrada do Reino Unido no Mercado Comum Europeu, achou-se que alguns projetos ambiciosos – tanto no campo civil como no militar – poderiam selar uma reaproximação entre os dois países que não comprometesse o governo francês além do que ele desejava. O projeto Concorde foi um destes, como o foram certos programas comuns de armamentos clássicos. Esta cooperação industrial e tecnológica, sem fechar a porta a outros acordos mais importantes, tornava-se, no entanto, um álibi para não ir mais além, poupando ao mesmo tempo as susceptibilidades políticas dos dois lados da Mancha.

O Concorde recebeu todas as bênçãos necessárias: é verdade que o avião ainda não era esse "trambolho" que é hoje. Previsões financeiras prudentes tinham sido feitas e a adesão dos dois países era entusiástica.

Em seu empenho de fazer um trabalho comum, os dois governos talvez não tenham escutado, com bastante atenção, a opinião de certos especialistas. Um "avião político" simboliza uma reconciliação, fazendo esquecer outros motivos de discórdia. Para tanto ele precisa voar tanto como qualquer outro avião e precisa ser vendável. Do Concorde se disse que seu dossiê político era bem volumoso, mas que os estudos técnicos e comerciais prévios o eram muito menos. Além do mais, o aparelho evoluiu consideravelmente desde os primeiros esboços e, contrariamente a toda lógica, os estudos de mercado se seguiram à decisão em vez de precedê-la. A indústria aeronáutica francesa lançou-se, depois do Caravelle, na aventura do supersônico sem ter bem explorado suas outras possibilidades de sucesso.

O Concorde nasceu e cresceu nutrindo-se de verbas públicas. De vez em quando, e alternadamente, cada um dos dois governos examinava as contas que lhe eram apresentadas e ameaçava interromper o projeto. Em nenhum momento os dois países estiveram de acordo ao mesmo tempo para interromper tudo e recomeçar sob novas bases. O "avião político" tinha-se tornado um símbolo tão importante da cooperação franco-britânica e da renovação da indústria européia, diante da concorrência americana, que era rigorosamente impossível abandoná-lo no meio do caminho, sob pena de ser logo acusado, pela outra parte, de querer ferir a nova forma de "entente cordiale."

Graças ao otimismo e à autoconfiança dos construtores, os governos deram carta branca a engenheiros sempre "perfeccionistas" e, de demissão em demissão, com a cumplicidade de parte da opinião pública, alimentada nos seus brios, o Concorde escapou ao seu controle. O avião viveu sua própria vida. O desafio técnico – fazer voar tal massa a duas vezes a velocidade do som é sem dúvida uma façanha excepcional – foi ganho. E muito bem ganho. O desafio comercial revelou-se menos feliz. Não é agradável para um industrial ficar sozinho no mercado – o rival americano tinha desaparecido – e menos ainda ganhar por antecipação, mesmo que a fabricação do Concorde tenha-se atrasado quanto às previsões: o cruzeiro supersônico será muito provavelmente uma realidade no transporte aéreo, mas talvez só se imponha dentro de alguns anos. Assim, os engenheiros e técnicos, por não disporem ainda de todos os meios para concretizar, sem despesas excessivas, um autêntico supersônico, entregaram finalmente um produto discutível.

Ao mesmo tempo, viu-se logo que as companhias aéreas não se deixariam convencer facilmente. Elas estão, na maioria, em crise financeira, vítimas de uma competição que as esgota e pouco interessadas em explorar um avião revolucionário, que é um elemento de perturbação nos seus hábitos. Além do mais, o mercado americano é exigente: os construtores franceses e britânicos são ali desconhecidos, com poucas exceções, e a guerra econômica iniciada entre os EUA e a Europa complica a situação.

As companhias aéreas americanas pagam uma taxa especial quando compram material estrangeiro, e não gozam de facilidades de financiamento ou de crédito junto aos bancos europeus. É claro que franceses e britânicos tentam organizar sistemas de crédito vinculados, mas essas operações são longas e complexas. Os industriais europeus acham que devem enfrentar uma verdadeira conspiração dos EUA, interessados em salvaguardar sua supremacia tecnológica.

A Air France e a BOAC como cobaias

Nesse caso não é surpresa a atitude das companhias norte-americanas. Podendo escolher apenas segundo os critérios do lucro, essas companhias decidiram esperar que a BOAC ou a Air France sirvam de cobaias. Os clientes não se afobam nos escritórios do Concorde. Poderão se decidir depois que forem conhecidos os primeiros resultados da exploração regular do supersônico, pois Henri Ziegler, diretor-geral da Societé Nationale Industrielle Aérospatiale (SNIAS) afastou a perspectiva de um abandono puro e simples. Sendo essa a posição destas companhias, dentro de um certo prazo, de imediato sua recusa de encomendas e as outras desistências que se preparam vão tumultuar a atividade industrial das companhias européias mais atingidas: British Aircraft Corporation, Rolls Royce, SNIAS e Societé Nationale d'Étude et de Construction de Moteurs d'Aviation (SNECMA), sem contar seus fornecedores. No momento, estão sendo montados 16 exemplares de série e há provisões de matéria-prima para mais seis. O Concorde sustenta 60 mil pessoas dos dois lados da Mancha.

A construção aeronáutica britânica, que emprega 220 mil pessoas, ficará seriamente desorganizada, pois a produção de sobressalentes é rara. Na França, a ameaça também é direta: o Airbus, os poucos Concordes encomendados, projetos espaciais incertos e o material militar não bastarão para ocupar os 100 mil trabalhadores da indústria aeronáutica.

Quem quer o Concorde

As encomendas:

- *Contratos fechados: BOAC – 5; Air France – 4.*
- *Compromissos de compra: China – 3; Air Iran – 3. Essas encomendas têm que ser confirmadas, pois não se trata de contratos fechados.*
- *Cancelamentos de opção: Air Canada – 4; United Airlines – 6; Pan Am – 7; TWA – 6; Japan Airlines – 3.*
- *Opções restantes: BOAC – 3; Air France – 4; Continental Airlines – 3; American Airlines – 6; Eastern Airlines – 6; Qantas (Austrália) – 4; Middle East Airlines – 2; Air India – 2; Braniff – 3; Lufthansa – 3; Sabena – 2.*

A meticulosidade dos clientes americanos

Depois da Air Canada e da United Airlines, a Pan Am tornou-se a terceira companhia aérea a dizer oficialmente "não" ao Concorde. A Trans World Airlines (TWA), que tinha ainda várias semanas para se pronunciar definitivamente, fez saber que adotaria uma posição idêntica. As duas primeiras companhias agiram com discrição, explicando em poucas palavras suas razões. A Pan Am agiu bem diversamente: ela não é apenas a companhia de mais prestígio e que teve, várias vezes, um papel pioneiro – foi a primeira a introduzir o Boeing-707 e o Boeing-747 no transporte aéreo internacional – é a que, para justificar sua decisão de renunciar ao Concorde, emitiu publicamente o julgamento mais severo contra o supersônico franco-britânico. Afinal, a Pan Am terá o mérito de ter dito em alta voz o que muitas empresas aéreas calavam até agora.

Aliás é isso que mais faz refletir na atitude da Pan Am. Sua negativa se apóia em considerações técnicas e é categórica, mesmo deixando, por cortesia, uma porta de saída: o Concorde, na sua versão atual, sofre de insuficiência no seu raio de ação, de fraqueza na sua capacidade de carga em mercadorias e de custos de exploração demasiado elevados, que repercutiriam inevitavelmente no preço da passagem. Os industriais certamente acharão essa apreciação de conjunto excessiva e já o disseram. Correm o risco de uma desilusão, se acreditam que essas observações não são compartilhadas por outros clientes.

De maneira esquemática, calculou-se que, pelo preço de um supersônico que transporta 110 passageiros – ou seja cerca de 300 milhões de francos, inclusive peças de reposição e diversos acompanhamentos – uma companhia poderia adquirir dois Boeing-747 e meio (900 lugares ao todo) ou três trirreatores de médio curso do modelo DC-10 ou Tristar (600 a 700 lugares). O que representa para uma empresa um investimento por lugar-passageiro, no caso do Boeing-747, oito vezes menor do que o do Concorde. A comparação é instrutiva.

O supersônico voa duas a três vezes mais rápido: é sem dúvida sua única vantagem. Mas a decisão negativa das companhias norte-americanas acaba de provar que esse argumento da rapidez continua, por enquanto, pouco importante e pouco sedutor. A Pan Am e as outras fazem uma aposta diferente e parecem aceitar o risco de, no momento em que o Concorde atravessar o Atlântico, em 1975, com as cores da BOAC e da Air France, ver uma parte de sua clientela apressada e rica de primeira classe preferir o supersônico e, assim, abandonar os aviões subsônicos clássicos. Esses viajantes representam cerca de 8 a 10% do tráfego e as tarifas respectivas são, em regra geral, 50 a 60% mais elevadas do que as da classe turista. A tais passageiros, a Air France promete oferecer, dentro de dois anos, uma passagem de Concorde 10% mais barata do que a da primeira classe do avião subsônico e com conforto equivalente. Os viajantes farão sua escolha, profetiza Pierre-Donatien Cot, diretor-geral da Air France.

As reflexões da Pan Am sobre a capacidade de carga de mercadorias e o raio de ação do Concorde se originam de um exame atento das características técnicas do aparelho.

No percurso Paris-Nova York (cerca de seis mil quilômetros), o supersônico transporta uma carga-mercadoria que é uma parte muito pequena do seu peso total de decolagem: essa carga é calculada em 8,5%, quando, na mesma distância, um Boeing-747 pode carregar até 23% de seu peso total. Conforme o conforto que as empresas queiram oferecer à sua clientela, e sob a condição de respeitar mais do que habitualmente as limitações de bagagens, o Concorde deveria transportar entre 106 e 128 passageiros, que passarão por privilegiados numa hora em que se acentua o transporte de massa e o *charter* (vôo fretado).

Se precisasse atravessar de um só vôo, sem escala, a distância Nova York-Roma ou Nova York-Viena, talvez mesmo Nova York-Frankfurt, ou Paris-Pointe-à-Pitre, o Concorde, na sua versão atual, não o conseguiria, ou então teria que substituir uma parte de seus passageiros por combustível. A desvantagem é séria e, afinal, dá o sentido a uma das críticas fundamentais da Pan Am: o Concorde está longe de ter o desempenho dos aparelhos subsônicos em serviço e, assim, não é um verdadeiro avião intercontinental. Poderia sê-lo dentro de uma década, com o apoio técnico e financeiro de vários países, além da Grã-Bretanha. Esse super-Concorde, sobre o qual os construtores começam a falar, seria mais pesado e de mais longo curso, sem ser mais rápido, ou então um supersônico chamado de segunda geração e que os industriais americanos não perderam completamente a esperança de conceber um dia.

Note-se que nem a Pan Am, nem a TWA, nem as outras duas companhias falaram sobre os problemas particulares do meio-ambiente para explicar a sua recusa. Esse silêncio pode parecer paradoxal, quando se conhece a intensidade das lutas que dividem os americanos quanto ao assunto. Mas os construtores do Concorde não teriam razão para concluir daí que conseguiram tranqüilizar as empresas aéreas e a opinião pública.

O monopólio dos supersônicos

Henri Pierre

A perspectiva de numerosas dispensas de trabalho em conseqüência de uma quebra no ritmo de produção não parece ter afetado a determinação do governo britânico em manter seu apoio total ao programa Concorde. "Levamos um golpe muito duro, mas não mortal". Esse é o tema prioritário nos comentários feitos em particular pelos meios oficiais, aos quais as decisões das companhias norte-americanas não parecem irrevogáveis. "Precisamos agüentar o golpe, acrescentam, para depois revelar o blefe norte-americano . . ."

O ministro da Aviação britânico, Heseltine, reafirmou a confiança e total apoio do governo aos construtores em suas negociações comerciais e, na Câmara dos Comuns, manifestou a esperança de que as "duas companhias norte-americanas decidam, mais tarde, fazer pedidos de Concorde". Essa também é a opinião de diversos jornais, entre os quais o *Times*, que, na conclusão de seu editorial, calcula que as grandes companhias norte-americanas não renunciarão definitivamente à "igualdade tecnológica", coisa a que já estão habituadas. "Paradoxalmente, frisa o *Times*, quanto menos Concordes haja em vôo, maiores serão as possibilidades de um sucesso comercial para as companhias que os utilizarem (. . .)". Finalmente, as pressões comerciais obrigarão as companhias norte-americanas a reconsiderar sua atitude. Por enquanto, o que elas fizeram foi oferecer às nossas companhias um monopólio supersônico numa bandeja de prata . . .".

Por outro lado, o relativo otimismo dos meios oficiais foi solidificado pela constatação de que a Câmara dos Comuns, quase por unanimidade, estimulou o governo britânico a perseverar. Quanto à forma de o fazer, a oposição trabalhista pede que sejam feitas explicações detalhadas, a começar pelo ex-ministro da Tecnologia, Anthony Wedgwood-Benn, que, na sua condição de deputado por Bristol, onde o Concorde está sendo fabricado, não pode senão recomendar a execução do programa. Enfim, excetuando um pequeno grupo que, em nome da proteção ao meio-ambiente, faz desde há muito tempo campanha contra o Concorde, a opinião pública, de um modo geral, é favorável à continuação do trabalho. O *Sun* – jornal diário, popularesco, de grande tiragem – foi o único a recomendar o abandono do projeto.

Sir George Edwards, presidente da *British Aircraft Corporation* (BAC), e parceiro industrial da Societé Nationale Industrielle Aérospatiale (SNIAS), anunciou, em sua conferência de imprensa, que estava sendo planejada uma diminuição no ritmo da produção e que isso, inevitavelmente, afetará os centros de fabricação de Bristol e Toulouse. Os sindicatos, de qualquer maneira, já formaram um comitê de ação, receosos de que seja mantida uma única cadeia de produção em Toulouse. Esta medida, se verificada, seria originada pela própria França, que faria valer o fato de que a construção dos motores é feita na Inglaterra. O líder dos delegados das oficinas do centro de Filton, perto de Bristol, não perdeu tempo em declarar que os sindicatos "lutariam" para garantir o emprego dos trabalhadores britânicos.

DEPOIS DO GOLPE NA GRÉCIA E DOS EXPURGOS EM PRAGA

A América Latina segundo Costa-Gravas

Polêmico desde a sua concepção até sua realização, o mais recente filme do diretor grego Costa-Gravas, que já recebeu um Oscar, estreou na semana passada em Paris, provocando uma violenta divisão de opiniões na esquerda francesa. Nesta entrevista a Marcel Niedergang, o diretor de O Estado de Sítio defende o chamado cinema "militante" ou "simpatizante". A estréia de seu filme coincidiu com o lançamento de duas outras películas abordando temas latino-americanos: México Insurreto de Paul Leduc e Primeiro Ano de Patricio Guzman, em que são narradas as experiências da esquerda chilena.

"Nós encontramos alguns pequenos problemas durante a filmagem no Chile de *O Estado de Sítio*", diz Costa-Gravas, diretor deste filme. "Em alguns meios, acusavam-nos de fazer um filme favorável à CIA porque o personagem principal, desempenhado por Yves Montand, é simpático. Em outros meios, na esquerda, censuravam-nos por preparar uma obra que glorificava os tupamaros e a luta armada. Todos estes comentários contraditórios incitaram Salvador Allende a formar uma idéia pessoal. Jantamos com ele em Santiago. Ele leu o argumento que eu havia preparado com Franco Solinas. Allende disse: "Isto se lê como um romance policial"; e acrescentou: "do ponto de vista político, não há nada a dizer . . . "

Costa-Gravas espera com tranqüilidade as reações que a crítica de *O Estado de Sítio* não vai deixar de provocar. Com a aparência um pouco cansada, a voz grave, a fisionomia pálida, ele faz lembrar um escritor que acaba de escrever um excelente romance e que sabe disso. Filme policial? Talvez, quanto à progressão dramática, ao ritmo, ao suspense, à intensidade dos diálogos, ao desfecho trágico e esperado. Filme político? Sem dúvida alguma, e Salvador Allende tinha razão: não há um único detalhe que tenha sido imaginado. Muitos espectadores ficarão chocados com certas cenas de violência ou de tortura, e dirão tratar-se de política de ficção. E, no entanto, *O Estado de Sítio* se inspira com extremo rigor num drama político autêntico: o seqüestro e a execução pelos tupamaros, em agosto de 1970, em Montevidéu, de Dan Mitrione, funcionário da AID – Agency for International Development – e cidadão norte-americano.

Costa-Gravas não aceita de modo algum esta etiqueta de ficção-política. "Este filme, diz ele, representa para mim quase 18 meses de trabalho. Eu fui duas vezes ao Uruguai. Encontrei homens políticos, escritores, advogados, jornalistas, testemunhas. Consultei os jornais da época. Estava tudo lá: os debates no Parlamento, a denúncia das torturas . . . "

Em 1970, no auge da luta contra os tupamaros, é verdade que vozes corajosas se levantavam no Parlamento, nos meios políticos e na imprensa para denunciar os abusos da polícia e a limitação progressiva das liberdades públicas.

Costa-Gravas não podia evidentemente sonhar em rodar *O Estado de Sítio* no próprio local. Mas ele queria um cenário latino-americano. "Porque este filme é a realização de um sonho muito antigo. Já em 1947, quando estava na Grécia, fiquei muito impressionado com o desempenho do embaixador dos Estados Unidos, John Peurifoy. Era um diplomata que não procurava dissimular suas intervenções diretas em assuntos internos gregos. Mais tarde, Peurifoy foi à Guatemala e organizou a queda do governo progressista de Arbenz Guzman . . . "

Em 1954, na Guatemala, Peurifoy, embaixador do charme e do choque, manobrava efetivamente nos bastidores os fios da conspiração norte-americana contra o governo. Após a queda de Arbenz, ele exaltava seus méritos publicamente: "Fiz o que pude", dizia ele. Peurifoy, quando enviado à Tailândia, morreu de maneira bastante misteriosa. Acidente? Atentado? Costa-Gravas não tem a resposta, mas seguiu sua idéia. "A partir deste momento, eu pensei num filme que ilustrasse a maneira pela qual os Estados Unidos intervêm nos assuntos de muitos países do mundo, não exclusivamente da América Latina. A maneira pela qual eles formam os agentes secretos, os policiais, os torturadores. Para mim, o episódio dos tupamaros é somente um pretexto, um dado revelador. A questão é muito mais vasta. A AID, acusada no filme, não passa de um dos órgãos oficiais dos Estados Unidos que permite o controle indireto das estruturas de poder de um país. Na Grécia, hoje, é por exemplo a Fundação Ford que desempenha também este papel . . . "

As reservas do PC

Excluindo-se o Uruguai, restava pouca escolha. "Era necessário, diz Costa-Gravas, um mínimo de liberdade de ação e uma estrutura cinematográfica". No Chile, o caráter explosivo do filme provocou tempestades antes mesmo das primeiras cenas serem rodadas. O Partido Comunista chileno já havia deixado claro em 1971 sua insatisfação diante da liberação em Santiago de *A Confissão*, denúncia da inquisição stalinista através do drama vivido por Artur London. A imprensa de direita chilena tinha, por outro lado, exaltado a obra. Em abril de 1972, quando Costa-Gravas desembarca em Santiago com sua equipe, o Partido Comunista lamenta publicamente que o filme projetado seja consagrado a um tipo de ação violenta que ele condena.

Os comunistas estão em crise com o Movimento da Esquerda Revolucionária (MIR), que vê o governo Allende com menosprezo e acha que um confronto definitivo e violento com a burguesia é inevitável.

Em *O Estado de Sítio*, baseado na luta de um grupo revolucionário armado e clandestino contra a ordem estabelecida e a influência americana, os comunistas vêem então, e não sem razão, um reflexo de suas próprias divergências com a extrema esquerda chilena. Os atores recrutados por Costa-Gravas abandonam a filmagem em curso. Os técnicos idem. O Exército chileno, preocupado em ser neutro, recusa finalmente a prestar sua ajuda. Todas as armas utilizadas no filme são importadas da França. Um voto do Parlamento de Santiago permite entretanto a Costa-Gravas dispor por um dia da sala do Congresso chileno.

Apesar destas dificuldades, cenas como a da cidade subitamente cercada, as buscas, as prisões, os protestos dos professores e dos estudantes, os cursos de torturas, a Academia de Polícia de Washington, a mudança do aeroporto do Texas onde se ensina a técnica da provocação policial, a fria execução de membros do Partido Comunista, e as execuções sumárias de militantes revolucionários mal saídos da prisão por policiais do "esquadrão da morte" são absolutamente verídicas.

Tudo é verdade, exceto que todos estes acontecimentos que se desenrolaram num período de dois ou três anos são apresentados num curto período de 10 dias.

"Eu sei, diz Costa-Gravas. Mas não há nada no filme que não tenha sido dito e repetido. Eu me dediquei a estudar com atenção estes 10 dias de agosto de 1970, que foram marcados pelo seqüestro de três personalidades, a morte de Dan Mitrione, a prisão de Sendic e de Bidegain, dois importantes dirigentes tupamaros. Naquele momento, o governo Pacheco Areco, do Uruguai, quase demitiu-se. Tudo foi suspenso. O resto, os assassinatos e as torturas virão depois, estavam anunciados nestes acontecimentos . . . "

A dialética da violência

Sem dúvida. Os revolucionários, assim como os policiais, não poderiam evitar os *excessos da violência*. A morte de Mitrione, em agosto de 1970, traumatizou a opinião uruguaia. A reputação dos tupamaros caiu radicalmente. Bem mais tarde, Raul Sendic, um dos fundadores do movimento tupamaro, teve a oportunidade de dizer (pergunta-se se ele estava sendo sincero naquele momento) que "a morte de Mitrione fora um acidente devido a elementos incontrolados do movimento". Costa-Gravas não pretende *ser neutro na questão*. Ele fez uma obra de simpatizante ou mesmo de militante. Ele a assume. "Evidentemente, se eu tivesse que escolher entre os tupamaros e as autoridades legais, eu escolheria os tupamaros . . . "

O final de *O Estado de Sítio* ilustra uma outra ambigüidade. Os olhares dos militantes tupamaros no aeroporto, observando a chegada do novo "conselheiro" americano, deixam a perceber que tudo sem dúvida vai recomeçar. Ora, em janeiro de 1973, a violência dos tupamaros é brutalmente combatida. A maioria dos seus dirigentes são mortos, no exílio ou na prisão. A guerrilha urbana "estilo MLN (Movimento de Libertação Nacional)" não se propagou pela América Latina. "Talvez, diz Costa-Gravas. Mas a idéia ficou."

É claro que o essencial no *Estado de Sítio* não é o episódio uruguaio. A América puritana e generosa que distribui seus excedentes de leite em pó é a mesma América que exporta a tortura e "conselheiros" peritos em técnicas contra-revolucionárias. No mundo inteiro. Em alguns países, os fundos da AID são efetivamente destinados, em sua maior parte, à modernização das forças policiais.

No *Estado de Sítio*, o interrogatório – ou melhor, o diálogo – é entre um americano bem tranqüilo e seguro de si e jovens revolucionários, que têm o rosto encoberto por um capuz. Como Dan Mitrione, o funcionário de Washington é "também" um policial. Por que teria medo? De sua "prisão do povo" ele pode ouvir os rumores da cidade em estado de sítio por sua causa. Quando ele compreendeu que iria morrer, Mitrione chorou. Mas ele se recompôs. "Nós não temos mais nada a nos dizer", declara, resignado, o agente americano no *Estado de Sítio*. Em *A Esperança*, Hernandez, caminhando para a morte pelas ruas de Toledo, pensava a mesma coisa com outras palavras: "Todos morrerão. Um pouco mais cedo, um pouco mais tarde. Que importância . . . "

O TERCEIRO FILME POLÊMICO DE MARCO BELLOCCHIO

A revolta contra o pai

Jean de Baroncelli

Marco Bellocchio não chegou a sair de sua adolescência, do meio provinciano e burguês onde nasceu, da educação religiosa que recebeu. Depois de *Mãos nos Bolsos* e *A China Está Perto*, *Em Nome do Pai* (seu filme mais recente, e atualmente em exibição em Paris) constitui o terceiro elemento de um truculento ajuste de contas. Mais implacável e corrosivo do que os outros dois, esse filme é prova de uma maturidade intelectual e de um domínio profissional que confirmam a personalidade excepcional do jovem realizador italiano.

Ao mesmo tempo simples e complexa, evidente e ambígua, a narração obedece a uma progressão interna que a faz passar do realismo anedótico (e, em parte, autobiográfico) a uma espécie de expressionismo febril cuja violência pulveriza os elementos românticos e nos carrega para o lado da alegoria.

O filme começa por uma descrição, um quadro de costumes. Estamos em 1958 num colégio religioso católico. Disciplina militar (os internos usam uniforme), métodos de ensino esclerosados, sermões moralistas (sobre "o perigo da masturbação"). No cume da hierarquia, o prefeito, o reitor, os professores, todos padres, que se caracterizam por certos traços de temperamento, de vício, de mania ou de obsessão. Depois os alunos, filhos de famílias abastadas, massa amorfa e preguiçosa que, de vez em quando, se libera da repressão através de badernas e de gestos puerilmente blasfematórios (é costume cuspir no busto do fundador ao subir para o dormitório). No porão, finalmente, os empregados, órfãos ex-delinqüentes, recolhidos por caridade e tratados com igual desprezo por professores e alunos.

A revolta

Eis as estruturas e o "clima" do colégio. Bellocchio os descreve acumulando aspectos ridículos ou insólitos, sempre significativos. Mas, desde as primeiras imagens, um garoto chama a atenção. É diferente dos outros, no físico e no moral. Grande, louro, o olhar frio, a arrogância de um arcanjo caído (seu nome não é Ângelo?), espírito rigoroso, inflexível, lógico. Ele bate no seu pai que lhe deu uma surra; nas filas, apesar das ordens, ele fica de cabeça erguida; uma noite ele se recusa a deixar-se trancar a chave. Ele domina o seu amigo Franco, mais ideólogo e dado a veleidades. Mas os dois juntos representam o fermento da revolta latente que vai explodir.

O ódio de Ângelo e de Franco pelo colégio tem a mesma causa. Um e outro estão conscientes de que a educação que estão recebendo é um verdadeiro empreendimento de castração intelectual, de que a marca que querem imprimir neles pode condená-los, por toda a vida, ao medo e à covardia, de que o respeito do "Pai" é o símbolo de sua submissão futura. Também estão de acordo quanto ao pretexto que vai lhes servir para provocar a rebelião e que é a representação de um espetáculo teatral na festa do colégio. Mas, enquanto Franco considera o espetáculo como uma ocasião de desmascarar o sistema político-religioso a que seus companheiros estão submetidos, Ângelo quer provocar na assistência um traumatismo que lhe permita "tomar o poder."

A imaginação

É a partir desse momento que Bellocchio muda de registro e o filme adquire um caráter quase onírico. A representação escandalosa imaginada por Ângelo (no estilo do Grand-Guinol e de Fausto) é seguida de uma série de acontecimentos dramáticos: morte de um padre, meio louco, cujo cadáver Ângelo, disfarçado em cachorro, carrega para cima e para baixo uma noite inteira; suicídio de um empregado homossexual; greve nos escritórios, sob a liderança do mais contestador dos empregados. Na confusão geral, Ângelo dita suas reivindicações ao vice-reitor, e Franco se esforça em vão para unificar a sublevação dos alunos e dos empregados. Finalmente, a direção do colégio demite o empregado recalcitrante e faz algumas concessões reformistas, não deixando dúvidas de que serão seguidas de insidiosa repressão. "Nós ainda estaremos de pé quando você for pó" – declara a Ângelo o vice-reitor.

A denúncia de um sistema educativo destinado a sustentar e prolongar o poder religioso, paternalista e conservador, que reina na Itália, inspira também a Bellocchio uma reflexão sobre o papel da arte e dos intelectuais em geral na luta política. Reflexão pessimista, pois a concepção "idealista" defendida por Franco se revela tão estéril quanto a concepção, violentamente pragmática, preconizada por Ângelo, e a tentativa de união entre os intelectuais (os alunos revoltados) e o proletariado (os empregados) é um fracasso. Em Ângelo, aliás, que no fim do filme derruba a "árvore da superstição", a tentação de um neo-fascismo (o da tecnocracia) parece evidente. É à ciência mais do que à política que caberá amanhã impor a ordem e uma certa forma de felicidade. Bellocchio se esforça em vão por nos fazer compreender que ele não compartilha deste ponto de vista. É sob essa ameaça que termina o filme.

A obra

A riqueza de intenções do filme torna, às vezes, obscuro o seu objetivo. Mas o furor, a veemência do autor transpiram nas imagens. Como ele mesmo reconhece, Franco e Ângelo coabitam nele. A Franco poder-se-ia atribuir a primeira parte do filme, demonstrativa e sarcástica; a Ângelo, a segunda, mais terrorista e caótica. O conjunto é uma obra cujo sopro nos carrega, cuja força subversiva nos abala e cuja ousadia nos seduz. Marco Bellocchio tirou suas mãos dos bolsos. E golpeia com toda a força.

Le Monde

© Le Monde 1972
Distribué par
Opera Mundi Paris
Tous droits réservés

Balaguer: um novo Trujillo?

Uma velha canoa abandonada na praia de Caracoles, tendo em seu interior documentos de origem cubana, serviu na semana passada de pretexto ao governo dominicano para deflagrar uma vasta operação militar contra um suposto grupo guerrilheiro recém-chegado ao país sob o comando do coronel Francisco Framino Caameno, e contra centenas de políticos oposicionistas.

Mas nem a canoa, e nem as mortes de três ou quatro oficiais dominicanos em "choques" com os guerrilheiros convenceram os políticos contrários ao presidente Joaquim Balaguer de que tudo não passou de uma manobra destinada a neutralizar os focos de insatisfação tanto civis como militares, onde a possível reeleição do atual presidente por mais sete anos é considerada como uma "tentativa de imitação da ditadura trujillista."

O misterioso desembarque de guerrilheiros, cujo número é considerado mínimo e incapaz de resistir ao cerco militar, somado ao fato de que o governo mostrou mais energia na perseguição a políticos como Juan Bosch, líder do Partido Revolucionário Dominicano (oposicionista de esquerda), reforçou indícios de que os objetivos de Balaguer seriam silenciar e prender os responsáveis pela unificação dos partidos antigovernistas contrários à reeleição de Balaguer.

Bosch, presidente deposto em 1963 por um golpe militar, uniu-se recentemente a Luis Amiama Tio, o mais importante remanescente do grupo que assassinou o ditador Leonidas Trujillo, em 1958. Ambos logo depois receberam a adesão de Francisco Lora, ex-vice-presidente no primeiro mandato de Balaguer, formando uma frente contra a reeleição do atual presidente dominicano. Embora esta aliança seja considerada por muitos como eclética e instável, em São Domingos ela foi recebida como uma alternativa viável ao continuísmo balaguerista.

Coincidindo com a mobilização oposicionista, o governo alternou nas primeiras semanas de janeiro passado vários comandos militares. O general

Neit Nivar Seijas, braço direito de Balaguer há vários anos, foi removido do Comando da Polícia no final de janeiro e transferido para o cargo de ministro da presidência. A manobra teve duplo efeito: impediu que o prestígio de Seijas viesse a ameaçar o de Balaguer; e transformou-o numa espécie de alternativa militar, caso o presidente dominicano não consiga reeleger-se e ampliar de quatro para seis anos o seu novo mandato.

Para jornais americanos como o *Washington Post*, a importância dada pelo governo dominicano ao desembarque guerrilheiro e o fato do comando do grupo insurrecional ter sido atribuído ao coronel Francisco Caamano, líder da facção "constitucionalista" contrária ao governo direitista na guerra civil de 1965, supera em muito a realidade dos fatos, "dando a entender que existem intenções ocultas no misterioso episódio." Caamano está desaparecido desde 1970, havendo os rumores mais contraditórios a seu respeito, variando desde o seu assassinato por agentes americanos até um confortável exílio em Havana.

CAMBOJA

As opções políticas de Sihanouk

O príncipe Norodom Sihanouk, chefe de Estado do Camboja no exílio, revelou, no dia 7 de fevereiro, que um dos assuntos que Kissinger espera discutir com os chineses, durante sua visita a Pequim, é a situação do Camboja. Sihanouk negou, no entanto, os rumores de um encontro com Kissinger que, segundo se dizia, ocorreria entre o fim da visita do diplomata a Hanói (13 de fevereiro) e sua chegada em Pequim (dia 15).

Afirmando que "os frutos para uma reunião do Camboja com os EUA ainda não estão maduros", Sihanouk acrescentou que os EUA e "algumas outras potências" gostariam de promover negociações (do tipo das que houve em Paris) entre os Estados Unidos e seu fantoche (Lon Nol) e Sihanouk. O líder de Camboja negou categoricamente a idéia de negociar com o regime de Lon Nol, e afirmou que nessa política ele é apoiado pelos seus aliados – República Democrática do Vietnã e China.

De acordo com Sihanouk, "certas potências" estavam fazendo pressão para que o tema *Camboja* fosse discutido na conferência dos 12 países, que começará no dia 26 de fevereiro, em Paris. A conferência, prevista em uma das cláusulas do acordo de cessar-fogo, tem por finalidade assegurar a execução dos acordos. Os participantes dessa conferência serão os seguintes: os membros da Comissão Militar Quidripartite (EUA, Saigon, a RDV e o Governo Revolucionário Provisório – GRP), os membros da Comissão Internacional de Controle e Supervisão (Hungria, Polônia, Canadá e Indonésia), e mais a URSS, Inglaterra, China, França e ONU.

Ainda segundo Sihanouk, mesmo que a questão do Camboja fosse levantada na conferência, a RDV e a China – conforme lhe tinham assegurado categoricamente – rejeitariam a discussão, a menos que o Camboja estivesse representado. E mais: aqueles dois países insistiriam em que somente o Governo Real de União Nacional (GRUNC) poderia representar o Camboja. Tanto a RDV quanto a China recusariam participar de qualquer conferência em que o Camboja estivesse representado por Lon Nol.

"Jamais negociarei direta ou indiretamente com a camarilha de Lon Nol" – afirmou Sihanouk num banquete oferecido a jornalistas visitantes. "Podemos negociar diretamente com os norte-americanos, mas os resultados jamais poderiam incluir a aceitação de um compromisso com Lon Nol, que os EUA tentam promover."

Sihanouk disse que os chineses apoiariam sua posição, e diriam a Kissinger que os representantes do Camboja são o Governo Real de União Nacional e Sihanouk, e que os EUA devem reconhecer essa realidade. O problema do Camboja jamais poderia ser resolvido de outro modo.

Com relação ao pedido de Lon Nol, para a instalação de uma Comissão Internacional de Controle e Supervisão, para estabelecer e controlar um cessar-fogo no Camboja, Sihanouk afirmou: "Rejeitamos esta idéia. Se essa comissão entrasse no nosso país, seus membros seriam considerados invasores. Somos um país soberano e não queremos ser controlados."

O serviço secreto particular de Sihanouk em Phnom Penh, segundo o príncipe me afirmou, informou recentemente sobre a chegada de muitos assessores militares dos EUA, em roupas civis, juntamente com grandes desembarques de equipamento militar norte-americano. Isso constitui uma violação direta do acordo de Paris.

Sihanouk repetiu sua intenção de visitar áreas de resistência dentro do Camboja antes de maio, quando partirá em viagem por países africanos. *(Wilfred Burchett)*

CHIPRE

A guerra "santa" de Grivas

Vinte e quatro postos policiais, em todas as cinco províncias de Chipre, foram atacados por guerrilheiros na semana passada, na madrugada do dia em que o arcebispo Makarios, de 59 anos, foi aclamado novo presidente cipriota, na ausência de candidatos opositores. A ofensiva dos guerrilheiros da EOKA (organização clandestina liderada pelo general grego George Grivas, que defende a anexação de Chipre à Grécia contra os desejos de uma minoria de turcos residentes na ilha) foi o mais violento ataque já realizado pelos adversários do prelado ortodoxo, que governa o país há quase 10 anos e quer mantê-lo independente da Grécia.

Preparando seu exército de 2 mil homens nas montanhas, Grivas preocupa-se menos com a aclamação de Makarios do que com as negociações lentas e meticulosas entre as comunidades grega e turca, que já duram quatro anos, visando a unificação política e administrativa de Chipre. O líder do grupo grego de negociadores, Glafcos Clerides, afirmou que "há mais possibilidades de alcançarmos um acordo agora do que jamais houve". Seu companheiro turco, Rauf Denktash, é mais cauteloso nas afirmações: "As dificuldades que temos pela frente são mais fundamentais do que os pontos em que já concordamos até agora."

Um dos pontos principais das negociações é o referente à força policial que seria formada, quando se conseguisse a unificação. Como concessão, os gregos aceitariam uma força policial nacional com uma participação turca de 20% (equivalente ao número de turcos em relação a gregos), em todos os níveis. As áreas turcas seriam policiadas por guardas turcos, sob o comando de oficiais também turcos.

Sabendo-se que os guerrilheiros de Grivas têm condições de controlar uma boa parte da ilha (os últimos ataques tiveram como objetivo simplesmente mostrar a facilidade com que podem atuar), um grave problema se apresenta aos líderes gregos e turcos: será que o velho general de 74 anos poderia tornar a ilha incontrolável, caso não conseguisse impedir a execução de um acordo entre Clerides e Denktash?

O negociador grego não parece levar a ameaça a sério, pois afirmou que "se for encontrada uma solução satisfatória, Grivas não poderia fazer praticamente nada". E justificou sua opinião: "Muitos dos que estão sob seu comando pendem mais para a Grécia do que para Grivas. Hesitariam em opor-se a Atenas, e saberiam que não teriam apoio da pátria grega. Acredito que não será fácil convencer o povo da necessidade do derramamento de sangue, quando a maioria dos cipriotas sabe que a EOKA não tem o apoio do governo grego, e que uma nova guerra entre as comunidades grega e turca poderia levá-los à autodestruição."

PRISIONEIROS

Os bons juros de uma guerra

Ronald L. Ridgeway não morreu em 1968, no Vietnã, como pensavam a Marinha e a companhia de seguros – seu nome consta na lista divulgada pela RDV, entre outros prisioneiros de guerra que serão libertados.

Acontece que, em 1968, seus pais – divorciados há oito anos – receberam US$5 mil cada, pela morte do filho, e agora terão que devolver o dinheiro para o governo. A sra. Mildred Ridgeway já disse que, embora tenha aceitado sua parte, em 1968, nunca acreditou que o filho estivesse morto. E já vai prevenindo: "Quando me deram o dinheiro, eu falei para o agente de seguros: Se o meu filho aparecer, eu não vou ter condições de devolver os cinco mil."

Enquanto uns perdem, outros ganham: uma lei aprovada pelo congresso em 1970 prevê o pagamento de cinco dólares (Cr$ 31,00) por cada dia em que o prisioneiro de guerra passou na prisão. Além disso, os prisioneiros que voltarem agora para os EUA receberão também seus soldos, economias e bônus acumulados enquanto estiveram nas prisões norte-vietnamitas. Três quartos dos prisioneiros estão presos há quatro anos ou mais, o que dá pelo menos sete mil dólares (Cr$ 43.400,00) em bônus individuais.

PORTUGAL

Os "alunos vigilantes" de Lisboa

O governo português acaba de criar a categoria de funcionário público denominada "vigilante escolar". O decreto minucioso, definindo funções, salários e prerrogativas desses "vigilantes" foi publicado no *Diário do Governo* de 18/1/73. Os "vigilantes" poderão usar uniformes normais de servidores universitários (batas brancas?), e entre suas funções estão as de preservar a "segurança, disciplina e ordem" nos estabelecimentos escolares.

Os vigilantes deverão "lavrar autos sempre que presenciarem ou verificarem infrações", assim como apontar os "culpados" e nomear testemunhas da ocorrência ("se possível", esclarece o decreto-lei). Seus salários serão pagos das verbas universitárias, devidamente "reforçadas", e os vigilantes gozarão de prioridade nas listas de promoção, embora suas funções, noutros países, recebam nomes bem menos pomposos.

VIETNÃ

Lavando a roupa suja

Quem é realmente o acusado de negligência e conivência com torturas de suspeitos de pertencerem ao vietcong? O soldado mais condecorado da guerra da Coréia (mais de 25 medalhas, incluindo 3 Silver Stars, uma Bronze Stars e 4 Purple Hearts), coronel Herbert, que no Vietnã também desenvolveu heróicas missões? Ou seriam dois altos oficiais, general Barnes (superior de Herbert no Vietnã) e coronel Franklin?

Após 12 anos de treinamento e espionagem para os EUA, o coronel Anthony B. Herbert foi para o Vietnã, em 1968, onde assumiu o comando de um batalhão da 173.ª Brigada Aérea, comandada pelo general John W. Barnes. No primeiro mês, o batalhão de Herbert matou mais inimigos do que os outros quatro batalhões da brigada juntos, e fez 90 prisioneiros, enquanto os outros, somente 11. Depois de muitas medalhas e elogios, Herbert foi afastado para um serviço burocrático e finalmente aposentou-se. Escreveu um livro, *Soldier*, em que conta, por exemplo, torturas a suspeitos de pertencerem ao vietcong (surras, choques elétricos), praticadas por interrogadores norte-americanos, com a aprovação dos seus superiores.

Há alguns dias, em programa de televisão nos EUA, Herbert explicou que seu afastamento do comando do batalhão deveu-se ao fato de ele, constantemente, denunciar crimes de guerra e atrocidades aos superiores. Junto com a explicação, é claro, vai uma acusação de negligência a seus superiores mais diretos, que imediatamente também correram à televisão para negar as acusações, aproveitando para dizer algumas coisas a respeito de Herbert.

Além de afirmarem que as acusações são uma "farsa, uma vingança que vem um ano e meio atrasada" (Herbert foi afastado em meados de 1971), o general e o coronel acusados trouxeram consigo para diante das câmaras um ex-piloto de helicóptero da 173.ª Brigada, Mike Plantz, e outros militares, que acusaram Herbert de ter assistido à tortura de uma enfermeira do vietcong sem expressar o mínimo gesto de repulsa ou oposição.

Segundo Herbert, o ex-piloto e os outros militares ou estão enganados ou são pressionados pelo Exército.

FRANÇA

O "maio" de Georges Pompidou

Segundo Pompidou, a França passará por um novo "maio de 1968", se a União das Esquerdas (formada pelos Partidos Socialista e Comunista franceses) vencer as eleições parlamentares de 4 a 11 de março.

Nas críticas que fez ao programa da União das Esquerdas, Pompidou não deixou de comentar que "a segurança da França implica a aliança da França com os Estados Unidos, e o objetivo dos comunistas é promover o desaparecimento das alianças."

Quanto à situação interna da França, Pompidou prevê o que chamou de "transtorno completo das instituições atuais": "Dizem-nos (a União das Esquerdas) que, desautorizados pelo Parlamento, o governo social-comunista renunciaria. Mas o programa comum ressalta que esse governo vai fundamentar seu apoio nas massas. O que significa isso? Significa que, se desautorizado pelos cidadãos ou pelo Parlamento, o Partido Comunista não admitirá sua derrota e apelará às massas, isto é, à greve geral – por meio da Confederação Geral dos Trabalhadores – e às agitações, como já vimos em maio de 1968 e como já se viu em todos os países nos quais o Partido Comunista conquistou o poder, representado apenas uma minoria da opinião pública". Encerrou seu pronunciamento dizendo que o programa comum da esquerda tende a instituir na Assembléia Nacional a "ditadura dos Partidos Socialista e Comunista."

Pesquisas de opinião pública encomendadas por jornais parisienses na semana passada indicam que Pompidou terá realmente com que se preocupar, pois a União das Esquerdas, segundo essas pesquisas, leva uma vantagem de cerca de 10% sobre os gaullistas.

EUA

Policiais brancos: o novo alvo da outra rebelião negra

Haverá uma conspiração negra contra policiais brancos nos Estados Unidos? Esta pergunta começou a ser feita na semana passada em caráter oficial, em quase todos os comandos de polícia em diversos Estados norte-americanos, depois que em várias cidades começaram a se registrar tiroteios em que os negros procuravam alvejar especificamente os brancos de patrulhas policiais.

As primeiras dúvidas surgiram depois do violento cerco a um negro entrincheirado num hotel em Nova Orleans, e ganharam consistência depois do assalto a uma loja de armas em Nova York, e mais recentemente numa série de incidentes em Washington, em que morreram quatro policiais brancos.

Embora o número de baixas na polícia tenha decrescido de 125 em 1971 para 11 em 1972, nas 10 maiores cidades norte-americanas, segundo as autoridades, os tiroteios tomaram uma feição diferente na medida em que passaram a ser executados por membros do Exército Negro de Libertação, uma dissidência dos Panteras Negras, que começou a agir no final de dezembro do ano passado. Este grupo, ao qual são atribuídas as mortes de oito policiais, é formado de mais ou menos 100 e[illegible]nteras que não aceitaram a linha moderada da organização.

EGITO

Intelectuais sob o impacto da perseguição

O medo está tomando conta do Egito. No fim do ano passado, foram presos uns 120 estudantes e 21 intelectuais, em batidas que atingiram a própria universidadde Ein-Chams, e que certamente serão condenados. Agora, foi publicada uma lista de 64 pessoas que foram expulsas da União Socialista Árabe, partido único do Egito. Trata-se de jornalistas, artistas, poetas, escritores, dramaturgos, todos pertencentes aos meios de esquerda e extrema-esquerda.

Mais cedo do que se esperava foram executadas as ameaças formuladas pelo presidente Sadat, em seu discurso de 31 de janeiro, dirigido aos egípcios que zombavam dos princípios da União Socialista Árabe ou que forneciam à imprensa estrangeira "informações deformadas."

O comitê dos secretários da União Socialista Árabe, que preparou a primeira "lista negra", deu a entender que membros de organizações políticas e de organizações auxiliares também serão expurgados numa segunda lista.

Apesar das referências de Sadat, em seu discurso, à "direita reacionária", foram a esquerda estudantil e os intelectuais de esquerda os primeiros a ser atingidos. O governo não hesitou nem mesmo em expulsar jornalistas de seus jornais e em privá-los de sua profissão. Na realidade, sua expulsão do partido único constitui uma condenação política proferida em nome de uma ideologia, "a aliança das forças trabalhadoras", cujos contornos são dificilmente definíveis. *(Le Monde).*

SUÉCIA

O "amor livre" já é legal

O governo sueco apresentou, no começo deste mês, um projeto de lei reformando os estatutos do casamento e do divórcio, que datavam de 1910 e 1920. Após três anos de estudo, uma comissão parlamentar tinha proposto, no ano passado, tornar o casamento civil facultativo e instituir um simples registro, mas o governo considerou que uma tal medida seria contrária a uma convenção da ONU. Em seu projeto, propõe manter o casamento civil mas simplificar a cerimônia. O casamento religioso continua sendo evidentemente facultativo, mas os padres das comunidades "marginais" poderão igualmente unir os casais – e não mais apenas os pastores da Igreja Luterana do Estado.

Em caso de divórcio, a separação de corpos durante um ano será substituída por um "prazo de reflexão" de seis meses, para os casais sem filhos, dos quais somente um cônjuge quer o divórcio, e para os casais com crianças com idades inferiores a 16 anos. Passado esse prazo, o cônjuge que pediu o divórcio poderá obtê-lo. Quando os dois cônjuges estiverem de acordo em se separar e não tiverem crianças de menos de 16 anos poderão obter o divórcio imediatamente. O tribunal terá apenas que estabelecer a guarda da criança e a atribuição eventual de uma pensão.

No que se refere à guarda das crianças, o pai poderá reivindicá-la em pé de igualdade com a mãe. Até agora, era a mãe que obtinha a guarda na maioria dos casos. Uma vez que a noção de "culpabilidade" dos pais não é mais considerada, a criança será confiada aos cuidados do "mais apto". A atribuição da guarda de uma criança nascida fora do casamento será julgada segundo os mesmos critérios. A união livre, já aceita graças a outras disposições legais, fica assim definitivamente reconhecida.

O projeto de lei será discutido durante a atual sessão do parlamento e poderia entrar em vigor a 1.° de janeiro de 1974. Os social-democratas, os centristas e os liberais estão de acordo quanto às grandes linhas da reforma; a principal oposição deverá vir dos moderados.

Perón e seus "muchachos"

Alberto Carbone analisa as posições dos guerrilheiros "de Perón" diante das eleições presidenciais do dia 11 de março

O que querem os guerrilheiros argentinos? Há uns quatro anos esta pergunta vem percorrendo as fileiras da esquerda tradicional e vem despertando a atenção – talvez com maior intensidade que outros problemas – dos chefes militares que se sucederam no governo.

Enquadradas numa clandestinidade rígida, e com uma formação celular semelhante à usada pelos argelinos na sua luta urbana contra os franceses ou a dos tupamaros uruguaios, as guerrilhas argentinas duvidam que as eleições de 11 de março permitam ao peronismo chegar ao governo, e muito menos tomar o poder, como afirmam os jovens justicialistas. As Forças Armadas Peronistas (FAP), Forças Armadas Revolucionárias (FAR) e os "Montoneros", pelo contrário, escolheram o caminho longo e difícil da "guerra prolongada" de desgaste contra as Forças Armadas argentinas, por eles definido como um "corpo repressor a serviço do imperialismo."

Daí que, como parte integrante do movimento peronista (o ex-presidente as define como "formações especiais" ou simplesmente "los muchachos"), estas organizações se encontram numa posição política delicada diante das eleições. Não podem automarginalizar-se de um processo no qual o peronismo participa maciçamente, nem podem renegar suas concepções básicas, radicalmente opostas a qualquer possibilidade de uma "tomada pacífica" do poder.

As três organizações peronistas mais importantes tomaram, com pequenas diferenças secundárias, em relação às eleições, uma atitude de apoio à candidatura de Hector J. Campora. Enquanto isto, duas organizações marxistas (Forças Armadas de Libertação (FAL) e Exército Revolucionário do Povo – ERP – não vinculadas diretamente ao peronismo, parecem ter optado pelo voto em branco, em contraposição às FAR, que quando executaram em dezembro passado o almirante Emilio Berisso, acusado de responsável pela morte de 16 guerrilheiros presos em Trelew, deixaram um comunicado que dizia: "Campora no governo, Perón no poder."

As palavras de ordem, levantadas pelas três organizações armadas peronistas colocam em primeiro lugar a necessidade de libertar imediatamente seus companheiros presos, em "condições sub-humanas". Estas mesmas palavras de ordem foram reconhecidas por Hector Campora e Solano Lima, candidatos à presidência e vice-presidência pelo peronismo, que as proclamam em todas as tribunas militares. Isto despertou a irritação dos grupos militares mais "duros", que qualificam os guerrilheiros de delinqüentes "comuns" e se opõem à revogação das medidas judiciais excepcionais adotadas até agora. Desta forma, os militares impuseram entre as cinco condições para a "institucionalização" uma cláusula a este respeito, e, na verdade, muitos observadores afirmam que grande parte da atividade política, das decisões adotadas e das táticas dos diferentes grupos antiperonistas na Argentina giram atualmente em torno do que a guerrilha faz ou deixa de fazer.

No mês de janeiro a atividade guerrilheira registrou um auge repentino. Juntam-se aos desarmamentos de policiais (que ficam sem suas armas e uniformes) vários seqüestros de executivos de firmas estrangeiras, que permitiram à guerrilha obter uma soma calculada extra-oficialmente em uns dois milhões e meio de dólares.Do mesmo modo, multiplicaram-se os atentados contra os chefes militares e dirigentes de sindicatos descontentes com as designações de candidatos para o peronismo. As FAR eliminaram o almirante Berisso, os "Montoneros" metralharam o automóvel do sindicalista Luis Guerrero, candidato a governador por uma fração do peronismo comandada pelo fazendeiro Manuel de Anchorena, que pouco depois foi expulso do justicialismo pelo próprio Perón. Na segunda-feira 22, outro comando "montonero" crivou de balas os dirigentes sindicais Julian Moreno e Argentino Deheza, por "terem traído o movimento operário e o peronismo", ao firmarem pactos secretos com o governo e com os patrões.

Os dois dirigentes foram colaboradores muito chegados de Augusto Vandor, uma das figuras mais controvertidas do sindicalismo burocrático, que também foi morto por um comando guerrilheiro em 1970. Vandor brigara com a direção do ex-presidente, e ao morrer deixou uma fortuna pessoal de dois milhões de dólares.

O resultado final de algumas destas ações parece ter sido "desanimar" os membros do aparato sindical do peronismo e "convencê-los" da necessidade de não romper com a frente eleitoral montada por Perón. O próprio oficialismo se preocupa com a influência que os grupos armados exercem sobre a juventude peronista, que em todos os atos eleitorais canta *slogans* sobre alguns dos episódios guerrilheiros mais comentados no momento. O mesmo acontece nos estádios de futebol e noutros lugares de concentração.

Num longo comunicado enviado à imprensa, logo depois do atentado contra Guerrero, os "Montoneros" descrevem a conjuntura eleitoral como "uma situação de traição interna", que, somada às cláusulas proibitivas impostas pela ditadura militar, transformam o processo eleitoral numa trapaça". Em seguida afirmam que, se os candidatos chegarem ao governo, seu primeiro ato como governantes deve ser: "Liberdade para os presos políticos, líderes sindicais e estudantis; anistia para os perseguidos; suspensão de todas as leis e tribunais repressivos; aumento imediato de salários; fim do desemprego e rompimento dos compromissos internacionais assinados às custas do povo."

Do mesmo modo advertem que, "não sendo possível a manutenção de candidaturas leais e revolucionárias, seja pela traição interna ou pelas trapaças da ditadura ou pelas duas juntas, devemos considerar que o futuro governo não vai satisfazer as legítimas expectativas populares."

Todos estes indícios permitem assegurar que um simples "reformismo" peronista possivelmente poderá desencadear dissidências sérias entre os grupos armados e a direção política. O bispo católico Jeronimo Podestá, de inclinações peronistas, afirma que "Campora não tem peso político próprio e depende de Perón em tudo. Mas não seria a primeira vez que um homem como Campora, considerando-se sua fidelidade peronista, uma vez com as rédeas do governo nas mãos, acabe cedendo ante a pressão das Forças Armadas. Neste caso, as guerrilhas teriam um papel de contrapeso."

O poderio real (ou seja a capacidade operativa e de fogo) das guerrilhas urbanas argentinas foi estudado minuciosamente pelos órgãos de segurança. Calcula-se que, no total, todos os grupos contem com uns 10 mil partidários, a diferentes níveis de compromisso, desde os militantes clandestinos, os grupos "intermediários", até a periferia que sustenta a infra-estrutura. Afirma-se, em alguns círculos bem informados, que a distribuição majoritária destes partidários é para o grupo "Montoneros."

Mas, ao mesmo tempo, sem ter atingido o poderio técnico e militar que tiveram os tupamaros uruguaios, a guerrilha argentina tem a seu favor algo que, do ponto de vista da estratégia guerrilheira, é capital: a oportunidade e a capacidade de inserir-se nas massas através do peronismo e atuar entre elas como "um peixe dentro d'água."

A guerra dos slogans

As tribunas dos atos pré-eleitorais peronistas estão sempre rodeadas por uma imensa maioria de jovens. Este fenômeno (possivelmente inédito na América Latina, uma vez que o peronismo está banido há 18 anos) é um dos que mais chamam atenção no complexo (às vezes absurdo) processo de "institucionalização" argentino.

As palavras de ordem que os rapazes gritam são, em geral, de apoio ao ex-presidente Perón, mas fundamentalmente de apoio às organizações guerrilheiras que atuam na Argentina. Estes são alguns dos slogans*:*

"Duro, duro, duro, viva los "montoneros" que mataron a Aramburu" – (O general Pedro Aramburu foi morto por um comando dos "montoneros". Fora um dos principais protagonistas da "Revolução Libertadora").

"Sanchez, Berisso, el pueblo asi lo quiso" – (O general Juan Carlos Sanchez e o almirante Berisso eram, respectivamente, comandante do II Exército e chefe da inteligência naval. Ambos foram mortos por guerrilheiros).

"Al gorila Berisso le gustaba fusilar/por eso lo limpiaron los comandos de las FAR"

"FAR, FAR, Montoneros, son nuestros compañeros"

"Campora presidente, libertad a los combatientes"

Os novos aliados de Allende

Depois de manter-se numa posição crítica a Allende durante dois anos, a esquerda radical vai agora votar com os socialistas e cristãos de esquerda, ambos no governo

O ex-presidente e líder da Democracia Cristã (PDC), Eduardo Frei Montalva, qualificou as eleições parlamentares do dia 4 de março próximo como "as mais importantes do Chile neste século". Com conceitos semelhantes, os dirigentes da Unidade Popular, e até do ultra-rebelde Movimento de Esquerda Revolucionária (MIR), frisaram o caráter decisivo das eleições que se aproximam.

Paradoxalmente, uns e outros já parecem seguros sobre quais serão os resultados das urnas: a coalizão governamental aumentará o número dos seus deputados, mas dificilmente alcançará a metade mais um. Mas o paradoxo ainda não é esse: mesmo no caso de ser impossível arrebatar a maioria parlamentar ao bloco de partidos da oposição, o Chile parece ter chegado ao ponto em que direitas e esquerdas disputam, palmo a palmo, a faixa de indecisos capaz de converter-se no árbitro final da "via chilena" para o socialismo.

Dentro dessa perspectiva, a Unidade Popular parece estar disposta a avançar com firmeza. Solidamente garantido pelo respaldo que lhe é dado pelas Forças Armadas, particularmente pelo Exército, sob o comando do atual ministro do Interior, general Carlos Prats González, o presidente Salvador Allende recebeu, na semana passada, uma solidariedade inesperada: a da esquerda extra-parlamentar, constituída majoritariamente pelo MIR. O secretário-geral dessa organização, Miguel Enríquez, anunciou publicamente a decisão de apoiar, com todas as forças disponíveis, os candidatos do Partido Socialista (PS) e do Partido de Esquerda Cristã (PIC) nas próximas eleições. Esses partidos formam a ala mais radical da Unidade Popular.

A posição assumida pelo MIR significa que, pela primeira vez na história do país, forças revolucionárias se agrupam numa mesma trincheira, no caso liderada pelo presidente Allende. O peso eleitoral do MIR é de pouca importância mas, em compensação, sua capacidade de agitação e sua influência ideológica dentro da própria Unidade Popular sempre foram consideradas importantes.

Esses dois apoios – do Exército e dos empedernidos críticos da extrema-esquerda – colocariam o governo socialista em muito melhores condições para enfrentar seus principais adversários. E o gabinete de Allende dá mostras de estar disposto a tanto.

Na primeira semana deste mês, um discurso presidencial inusitadamente enérgico para uma conjuntura pré-eleitoral sacudiu a opinião pública. A idéia central da peça oratória de Allende foi a seguinte: serão usados todos os recursos legais para acabar com a sabotagem permanente que a direita, através da estrutura comercial e financeira, leva a cabo contra o processo revolucionário; mas se a direita persistir em seu objetivo de frear a marcha para o socialismo, o povo chileno usará inclusive da violência para derrotá-la.

É que, além dos debates parlamentares, a maior debilidade do governo chileno está precisamente nas dificuldades para controlar os mecanismos da comercialização e das finanças, convertidos em verdadeiro bastião da direita. Com esses recursos nas mãos, os dirigentes da oposição agravam principalmente o problema da escassez de artigos de primeira necessidade, promovem o mercado negro e, conseqüentemente, o aumento do custo de vida. Inflação e escassez se transformam, por sua vez, na melhor propaganda contra o governo.

Com menos de 100 milhões de dólares em reservas disponíveis – quase a décima parte do valor normal de suas exportações anuais – e com uma dívida externa acima de três bilhões de dólares, com um ritmo inflacionário que já se coloca em termos de recorde mundial (150% no ano passado), são os efeitos internos dessa crítica situação econômica a verdadeira espada que pende sobre o governo da Unidade Popular.

Como afastar essa ameaça é um assunto que supera necessariamente a perspectiva eleitoral. A maioria dos observadores não comprometidos concorda em que, depois de 4 de março, haverá uma redefinição das alianças táticas e estratégicas entre as diversas forças políticas, o que, em última instância, vai definir o caminho a ser adotado.

A política do Partido Comunista (PC) – força hegemônica na coalizão – é a mesma há vários meses: assegurar uma "frente ampla" que inclua os setores majoritários da Democracia Cristã, atualmente em dura oposição, para garantir – junto aos trabalhadores organizados e às Forças Armadas – um avanço lento mas seguro do processo revolucionário.

A tal política se opõem muitos setores, dentro e fora da Unidade Popular. O PS – sempre ciumento de seu principal aliado – contestou inclusive a presença das Forças Armadas no gabinete e também a possibilidade do PC promover um entendimento com o PDC sobre as empresas desapropriadas.

Mas será o jogo das tendências internas dentro da maior organização de oposição – o PDC – que vai abrir o caminho para as alianças. Um importante setor, encabeçado pelo candidato presidencial (em 1971), Radomiro Tomic, aguarda os resultados das eleições para decidir sobre isso, exigindo que o seu partido (PDC) se defina rompendo com a direita ou, se preciso, eles romperão com o partido. *(A.C.)*

O Tango de Bertolucci: arte ou pornografia?

O grande debate sobre o Último Tango em Paris — um marco na história do cinema. Sergio Augusto.

"Se o tribunal de Bolonha condenar *Último Tango* como pornográfico – dizia recentemente Bernardo Bertolucci à correspondente de OPINIÃO na Itália, Vanna Brocca – a lei manda que todas as cópias e negativos do filme sejam destruídos. Nesse caso, eu gostaria de levar uma cópia para queimar no Campo dei Fiori, onde a Contra-Reforma queimava os hereges"! O tribunal acabou não condenando o herético tango de Bertolucci e, em vez de Campo dei Fiori, o mais comentado diretor de cinema da atualidade rumou para Nova York, onde, no último dia 1º, *O Último Tango em Paris* estreou com exclusividade no pequeno cinema Trans-Lux East, com mais de 100 mil dólares de ingressos vendidos antecipadamente, ao preço de 5 dólares cada um.

Em seu conjunto, são paradoxais as aventuras por que passou *Último Tango*. Estreado em novembro em seu país de origem, os italianos não tiveram nem uma semana para vê-lo pois a magistratura o julgou réu presumível de imoralidade e o apreendeu para submetê-lo a processo, posteriormente sustado. Mas esse era apenas mais um escândalo a somar-se, como mais um elemento de popularidade, às críticas sempre exaltadas, debates, mesas-redondas, que se sucediam, no mundo inteiro, sobre o último filme de Bertolucci.

Tudo começou no dia 14 de outubro do ano passado, quando *Último Tango* foi exibido no Alice Tully Hall como representante não oficial da Itália ao X Festival Cinematográfico de Nova York. Ingressos e convites foram disputados como se fossem raríssimas moedas de ouro. Muitos jornalistas ficaram de fora e os que conseguiram entrar saíram entre deslumbrados e decepcionados. Todos haviam disputado convites e ingressos pensando nas imagens belíssimas e na lucidez política de *O Conformista* (1970) e saíram discutindo sobre sexo e pornografia.

As razões do escândalo

O que os privilegiados espectadores do Festival de Nova York viram – cenas de masturbação, nudismo frontal, sodomia – costuma ser o café-com-leite dos pornofilmes que infestam os cinemas de Manhattan. Mas, de qualquer maneira, o *Último Tango* representava a ascensão das permissividades do cinema marginal à aristocracia cinematográfica. E a guerra começou. Pauline Kael, crítica da revista *New Yorker*, abriu as baterias com um longo ensaio, exaltando o filme com afirmações pouco habituais em sua respeitada e mal-humorada coluna: "Em quase 20 anos de crítica nenhum outro filme me causou tão forte impressão (...) Comparativamente, considero-o tão importante e original para o cinema como a *Sagração da Primavera*, de Stravinsky, para a música (...) Marlon Brando atinge uma nova dimensão na arte de representar."

Outros elogios exaltados começaram a entulhar a imprensa norte-americana. Para a estréia comercial do filme, há duas semanas, a distribuidora United Artists comprou uma página do *The New York Times* e nela reproduziu, na íntegra, o artigo de Pauline Kael. As duas mais importantes revistas semanais do país, *Time* e *Newsweek*, deram ao assunto quase que a mesma importância de uma eleição presidencial. A primeira, inclusive, dedicou a Marlon Brando uma capa e sofreu pesados ônus por essa ousadia editorial: 350 leitores, sentindo-se ultrajados, cancelaram suas assinaturas e o departamento de publicidade registrou um cancelamento de anúncios já programados da ordem de 400 mil dólares (Cr$ 2.500,00).

Poucas vozes de autoridades em estética e cinema se levantaram para condenar o tango de Bertolucci. A crítica mais violenta que o filme sofreu até agora partiu do inglês David Leitch (*New Statesman*) que, além de considerar o trabalho de Bertolucci banal, classificou de "fraudulenta" a publicidade armada em torno da fita, em parte com razão: Marlon Brando, ao contrário do que se anunciou, só aparece nu de costas. Outros críticos importantes que também não gostaram do filme: Andrew Sarris (*The Village Voice*) e Stuart Byron (*Rolling Stone*).

Momentos antes de viajar de Roma para Nova York, Bertolucci mostrava-se atônito com o vendaval de prós e contras. "Bastou a censura italiana ameaçar que se eu não cortasse certas cenas, aqui e ali, apreenderiam o filme, para que toda a minha segurança, criada por um mês de críticas favoráveis, americanas e francesas, caísse por terra. Quanto maior satisfação e contentamento experimentava pelo meu êxito e pela amizade demonstrada por jornalistas e críticos, tanto pior me sentia: tinha vertigens, dores de cabeça, mal-estar. E estou com um medo terrível de me sentir mal em Nova York durante a estréia", disse a Vanna Brocca.

Alberto Moravia: "O filme foi considerado pornográfico porque não está baseado nos valores da pequena burguesia italiana. Não foi feito um juízo moral, mas um juízo de conservadora aversão ao novo."

Mas tudo correu bem. O novo menino-prodígio do cinema, que a 16 de março completará 32 anos, experimentou com todos os requintes possíveis o doce sabor do sucesso na América – um sucesso que lhe era devido desde 1965, quando ele exibiu, no mesmo Festival de Nova York, o excelente *Prima della Rivoluzione*.

Antes do Tango

Nascido em Parma, no mesmo ano em que Orson Welles preparava *Cidadão Kane*, filho do poeta e crítico Attilio Bertolucci, mudou-se com 11 anos para Roma onde recebeu uma educação cosmopolita exemplar. Aos 14 e 15 anos, filmou pequenos documentários sobre porcos e teleféricos. Aos 21, ganhou o prêmio Viareggio por uma coletânea de poesias. Aos 22, dirigiu seu primeiro filme importante, *La Comare Secca* (*A Comadre Magra*, paráfrase para designar a morte), com argumento e cenografia de Pier Paolo Pasolini de quem se tornara amigo, protegido e colaborador. Com *Prima della Rivoluzione* (uma espécie de adaptação livre da *Cartucha de Parma* de Stendhal com um amargo desfecho no melhor estilo do Flaubert de *Educação Sentimental*), foi descoberto pela crítica. Acusado de "perigoso e lunático subversivo" pela direita e de "individualista, errático e enamorado da cultura burguesa" pela esquerda radical, não diminuiu a marcha nem desviou-se do caminho. Realizou *La Via del Petrolio* para a TV italiana (65-66), *Il Fico Infruttuoso* (episódio de *Amore e Rabbia*, 67), *Partner* (68), *O Conformista* (70), *La Strategia del Ragno* (*A Estratégia da Aranha*, 70) – versão mais ou menos livre do conto *Tema del Traidor y del Héroe*, de Jorge Luis Borges) e finalmente o *Último Tango*.

"Meus filmes – explica Bertolucci – fazem parte da minha vida e, como todos os cineastas da minha geração, eu às vezes me torno um pouco obscuro, hermético. Refiro-me às citações cinematográficas e literárias (as primeiras mais que as segundas) a que costumo recorrer com freqüência. Falo citações porque os filmes que tenho visto formam parte da minha realidade, como as pessoas que encontrei, os países que visitei, as músicas que ouvi, os invernos da minha infância, as férias de verão. É como se eu tivesse citando o meu avô."

Durante anos, Bertolucci viu uma média de quatro filmes por dia. De tudo, como qualquer aficionado cineclubista: Dreyer, musicais, Eisenstein, Renoir, dramalhões, Rossellini, Mizoguchi, Murnau, Lubitsch, Lang, Hawks, Ford. Em seus filmes – onde uma aguda consciência histórica e social consegue conviver com uma nostálgica tendência ao imobilismo – as citações e referências ao que ele viu e absorveu desafiam a percepção mais apurada dos eruditos. Algumas mais evidentes: os poetas românticos e simbolistas (Lorca, Dylan Thomas, Rimbaud, Baudelaire), Ibsen (há um diálogo de *Espectros* em *Partner*) e Shakespeare (a apresentação de *Macbeth*, via Verdi, em *Prima della Rivoluzione*; o assassinato do professor Quadri em *O Conformista*). As cinematográficas vão da mais explícita (em *Partner*, um carrinho de bebê desliza por uma escadaria, em meio a uma passeata de estudantes, como na cena clássica de *Encouraçado Potemkim* nas escadarias de Odessa) à mais rebuscada (em *Prima*, Bertolucci reforça os sentimentos anormais de um personagem levando-o a assistir *Rio Vermelho*, de Hawks, um manifesto de solidariedade masculina interpretada por alguns críticos como de fundo homossexual).

Arte ou pornografia?

Sexo, história, política, passado, família, amizade, todas as possíveis novidades oferecidas no *Último Tango* já estavam presentes em graus diversos de intensidade, nos filmes anteriores do cineasta.

O escritor e crítico Alberto Moravia, de quem Bertolucci adaptou *Il Conformista* ao cinema, encarregou-se de iniciar a polêmica na Itália. Nas páginas do conservador e prestigioso *Corriere della Sera* escreveu: "Creio que não há pornografia nem nos filmes de arte nem nos outros. Em lugar de pornografia eu falaria de vulgaridade, e contra a vulgaridade só há dois remédios: a educação estética e o tédio. Nos EUA os filmes não são censurados mas criticados. Se depois alguém vai ao cinema e assiste a um espetáculo feio é punido em sua ignorância. A definição do que é pornográfico não cabe a um censor ou a um magistrado; cada cidadão formula conforme sua consciência.

No caso de *Último Tango* – acrescenta Moravia – a apreensão e a acusação de pornografia nascem de uma idéia muito própria que tem do sexo uma certa sociedade provinciana e tradicional. O filme foi considerado pornográfico porque não está baseado nos valores da pequena burguesia italiana. Não foi feito um juízo moral, mas um juízo de conservadora aversão ao novo."

E Bertolucci seguramente não é um conservador. Uma decidida militância de esquerda, no PCI – depois abjurada como "perda de tempo" e "idiotice adolescente" – pode defini-lo por um lado. Mas o outro – o intelectual livre de preconceitos, uma personalidade complexa, fechada, inquieta – é o lado mais próximo da verdadeira face de Bertolucci.

Bernardo Bertolucci

Bernardo Bertolucci

"Quando estava filmando *Prima*, em 1963/64, minha posição era muito parecida com a dos estudantes do maio de 68 francês. A crítica ao PC como partido burguês em dissolução era a mesma. E não sem razão. Quando esse filme foi estreado em Paris, no começo de 1968, teve um enorme êxito, sobretudo no Quartier Latin. O que eu dizia se sentia, se apalpava no ar. Curiosamente, nessa mesma época eu entrava no PC. Falava com os jovens e os achava iguais ao que eu era em 1963. Eu já não era o mesmo. Vivia os acontecimentos de maio de 68 com uma espécie de vertigem. Tudo isso explica por que o filme, quando foi estreado pela primeira vez na Itália, em 1964, foi um fracasso: era cedo demais."

Depois de seu primeiro êxito internacional com *O Conformista* (que mais do que um filme sobre o fascismo era sobre a burguesia), Bertolucci se dedica a uma tarefa de cinema político, de propaganda para o PC: *A Saúde Está Doente*, sobre a dramática situação dos hospitais e a necessidade de uma reforma sanitária, e um documentário sobre o trabalho doméstico.

Cinema "pessoal"

"Nessa época eu estava convencido da impossibilidade de fazer uma cinematografia política séria, dentro do sistema industrial, e da necessidade de uma saída. Sabia muito bem que isso era uma ação de tipo esquizofrênico: por um lado, continuar fazendo filmes integrados no sistema e, por outro, trabalhar na construção de uma opção cinematográfica. Pode parecer uma contradição, mas apenas em nível pessoal, pois nasce de uma tomada de consciência sobre os problemas de um cinema político."

De qualquer maneira é justamente nesses filmes "integrados", ou melhor, "pessoais", que tomam forma e movimento os fantasmas intelectuais e existenciais de Bernardo Bertolucci.

"Seu caráter é cheio de contradições – dizem os amigos que o conhecem bem. Ele é muito fechado, tímido até, ambora procure superar essa timidez com as maneiras rudes características dos tímidos. Seus mecanismos psicológicos são complexos e terminam por lhe dar muita insegurança e mergulhá-lo em crises difíceis."

Pode-se dar algumas interpretações dessas contradições. Ao longo de todos os seus filmes, nota-se uma função de catarse, de libertação, própria da violência expressada, como se Bertolucci exorcizasse suas obsessões exibindo-as publicamente.

O tema da morte (segundo Cocteau, fazer filmes é surpreender a morte no trabalho), isto é, a luta entre Eros, o princípio da vida, e Thanatos, o princípio da morte, está presente desde *A Morte do Porco*, que ele filmou quando tinha 15 anos, com uma 16 mm, até *Último Tango em Paris*, passando por *O Conformista* e *Partner*, juntamente com o tema da alteridade e com o do encontro entre duas gerações, mais evidente do que nunca em *A Estratégia da Aranha*, produzido originalmente para a TV italiana.

Sobre esse último filme, também recém-lançado em Nova York, Bertolucci comenta: "O senso de responsabilidade que lhe dá o fato de saber que, nesse momento, você tem mais espectadores do que terá, no cinema, durante toda a sua vida, é terrível. Quando vi *A Estratégia* na tevê pensei no meu barbeiro, no garagista, no porteiro, em pessoas em que nunca tinha pensado, e tive medo de suas reações. Para um diretor cinematográfico como eu, acostumado a fazer filmes para um público muito limitado, eram problemas novos, que me deram um novo senso de responsabilidade. Sem repudiar nada, compreendi tudo o que eu havia feito até aquele momento era algo de gratificante e protetor, uma cinematografia de defesa, nada generosa.

Na origem de *A Estratégia* estava um problema edipiano muito forte. Não foi por acaso que eu realizei esse filme durante os primeiros meses de um tratamento psicanalítico em que o primeiro ponto enfrentado foi a relação com o pai. Mas eu acho que, nos personagens dos pais de meus filmes, o que se pode individualizar é uma relação mais ampla com aqueles que são nossos pais sociais e culturais". Jean-Luc Godard, por exemplo.

Outro tema onipresente é o da dualidade, claramente autobiográfica, do intelectual de esquerda dividido entre a sua arte e os canais pelos quais se expressa, e sua militância prática. O próprio Bertolucci, com irresistível candura, confessa que sem-

continua na página 18

Flash Gordon no museu

Nos últimos anos, analisar história em quadrinhos virou modismo intelectual. Por Sérgio Augusto.

Paralelamente à Exposição História em Quadrinhos e Figuração Narrativa – a mesma que saiu do Louvre em 1967 para chegar a São Paulo em 70 e só agora ao Museu de Arte Moderna do Rio – a Cinemateca inicia, no próximo sábado, um ciclo de filmes baseados em personagens dos quadrinhos, com entrada franca, uma conferência do crítico Moacy Cirne, e com final marcado para o dia 24, à meia-noite (veja programação completa no Guia do Rio, ao lado). É a segunda vez que o MAM carioca, sempre incentivado pelo conservador de sua cinemateca, Cosme Alves Neto, abre espaço para uma mostra de quadrinhos. Quem viu a primeira, precária, realizada há quatro ou cinco anos, não terá muitas surpresas com esta. Quem não viu a outra ou quem jamais viu uma exposição do gênero não deve perder a oportunidade de conhecer um dos marcos históricos do culto aos quadrinhos (quando de sua *première* no Louvre, críticos de arte cruzaram armas pelos jornais), culto este desenvolvido há quase 10 anos na Europa, para horror de alguns intelectuais rabugentos e espanto de milhões de leitores tradicionais.

As exposições de desenhos dos quadrinhos pretendem mostrar que aí também houve gênios.

Em qualquer circunstância, uma exposição de quadrinhos tem o dom de ser uma contrafação culturalista. O hábito (sim, já se tornou um hábito) de se destacar um quadrinho em particular de seu contexto gráfico-textual (uma tira, uma página, um gibi inteiro), ampliá-lo muito além de suas proporções naturais e dispô-lo, junto aos demais, como quadros e painéis, é uma atitude, no mínimo contraditória, de afrontar o elitismo dos museus e lamber-lhes os pedestais. Não há mais o que discutir sobre a "artisticidade" dos quadrinhos. Nos últimos anos uma epidemia de textos sobre o assunto assolou a Europa e as Américas com a violência de um tufão e a rapidez de uma gripe. E, a julgar pela longa ausência de anticorpos (no Brasil não se registrou nenhuma oposição), acredita-se que a epidemia tenha cumprido o seu propósito.

A história em quadrinhos é um gênero essencialmente narrativo. Como tal, sua finalidade é contar uma história na qual o homem, um super-homem, ou uma criatura com características humanas (Pato Donald, Mickey, o Gato Felix, etc.) catalisam todos os segmentos do discurso narrativo e a empatia dos leitores. Existem várias maneiras de se contar uma história – o relato verbal, a mímica, a dança, o cinema, o drama, a literatura – e como gênero narrativo os quadrinhos possuem um sistema implícito de regras e unidades: sua significação procede de uma seqüência de imagens fixas (cada uma delas representando um momento da história) e organizadas numa sucessão em geral correspondente ao desenvolvimento cronológico dessa história. Isolando-se uma imagem fixa – um quadrinho – podemos distinguir os elementos básicos informacionais desse gênero narrativo: *os verbais* (as palavras contidas no balão, as indicações acessórias de tempo, lugar e continuidade fornecidas pelo autor) e os *icônicos* (o gestual dos personagens ou até mesmo as observações verbais quando estas adquirem um papel de acessório gráfico – as onomatopéias). A combinação (ou a justaposição) desses elementos com outras combinações, segundo uma cadeia de imagens fixas que expressam um momento vivido pelo (s) personagem(ns), é o princípio formal elementar da narrativa em quadrinhos. As exposições, grosso modo, suprimem essa combinação. O que vemos são quadros de uma *pop art* involuntária e sem sentido, salvo o de mostrar, com algum complexo de inferioridade, como na história dos quadrinhos também houve Da Vincis, Donatelos, Brueghels e Picassos.

Como diversos outros gêneros narrativos de consumo de massa, os quadrinhos estão presos a alegorias e imagens populares arquetípicas que, pela tradição, se associaram a determinadas situações: psicológicas, morais, sobrenaturais e de comportamento. E são ainda, de certa forma, universais: uma criança é capaz de compreender o sentido de uma história estrangeira, não traduzida, se tiver um mínimo de intimidade com o gênero. O personagem dos quadrinhos é um *tipo*, isto é, uma soma de certas aspirações individuais e/ou coletivas, numa comunidade e num momento histórico. Imobilizado em sua armadura emblemática (que o torna facilmente reconhecível e estimula o mecanismo de identificação herói-leitor), o personagem dos quadrinhos oscila entre as leis da estética aristotélica (sua trajetória ficcional articula-se segundo uma sucessão rígida de acontecimentos, peripécias, padecimentos, culminando com a catarse final: redenção ou fracasso), o princípio kantiano da causalidade (o quadrinho precedente determina o seguinte), um código de ética rígido (o Bem vence o Mal, não há crime perfeito, ambição = destruição) e um código específico de figuração narrativa.

Os desenhistas de quadrinhos, simplificando a trama, evidenciaram o esquema ideológico dessas narrativas: uma visão do mundo onde todas as ocorrências representam sempre a mesma situação, com personagens que reagem sempre conforme os mesmos estímulos.

Criadas para tornar mais rendosa a indústria de vender notícias (jornais, revistas), as histórias em quadrinhos raramente conseguiram fugir à exigência de oferecer um ritmo uniforme ao seu discurso narrativo, distribuindo o suspense com regularidade a fim de prender a atenção dos leitores. Numa de suas formas larvares (os antigos folhetins), os quadrinhos tinham os seus efeitos de tensão e suspense multiplicados, resultando, às vezes, no congestionamento da matéria e na complicação excessiva do entrecho. Os desenhistas de quadrinhos saíram pelo lado mais fácil: simplificaram a trama. Desse modo, ficou mais evidente o esquema ideológico sustentado pela estrutura narrativa: uma visão de mundo segundo a qual todas as ocorrências representam sempre a mesma situação, com personagens que reagem sempre conforme os mesmos estímulos

Essa concessão à simplificação pressupõe uma ordenação social que se projeta, imutavelmente, no futuro (atribuindo a todas as leis um caráter de eternidade) e impõe uma atitude anti-histórica, cujo fundamento não permite uma radical transposição dos princípios maniqueístas Bem e Mal, o primeiro identificado com a civilização, a lei, os bons costumes, o segundo com uma criminosa, logo condenável, vontade de perturbar o curso das relações sociais vigentes. Assim, à figura heróica de mocinho contrapõe-se à de um supervilão (Mandrake–Cobra, Flash Gordon–Ming, Capitão Marvel–Silvana). Há muitas exceções mas elas contam pouco numa exposição como a do Louvre–MAM e num mercado como o nosso, dominado por super-heróis superestabelecidos.

Como os quadrinhos, o cinema é um gênero narrativo preso a dados iconológicos populares e a personagens arquetípicos. Os valores são os mesmos, os manipuladores (leia-se os americanos) idem, diferindo apenas num ponto, fundamental, acrescente-se: a linguagem. Vários críticos têm insistido no equívoco de aproximar *demais* os quadrinhos do cinema. Não há dúvida que suas histórias correm paralelas. Qualquer evolução cronológica dessas duas formas aparentadas de arte popular recorre a fontes e momentos comuns e convergentes: signos e figuras das grutas paleolíticas, o mito platônico da caverna, os mosaicos bizantinos, a tapeçaria de Baieux, a Via Sacra, a lanterna mágica do padre Kircher, as imagens de Épinal, as fotos instantâneas de Muybridge. Mas o sistema de regras e unidades do cinema é outro, aliás mais rico, porque suas imagens, além de dinâmicas, pressupõem uma gestualidade completa, apêndices sonoros (ruídos, música, fala) e, salvo os desenhos animados, um processo mais direto de identificação consumidor-personagem. Para facilitar sua tarefa, os críticos dos quadrinhos começam por reduzir o filme a um fotograma, como se o cinema fosse um quadrinho projetado sob a forma de *slide*. Consumada a castração, partem para curiosas mas irrelevantes comparações: o *plongée* e a profundidade de campo foram criados por Christophe nas historietas da família Fenouillard (1889, 16 anos antes da invenção do cinema); a câmara-olho só chegou aos quadrinhos depois de 1945, através das aventuras de Steve Canyon, de Milton Caniff.

Os filmes baseados em personagens de quadrinhos sempre sairam perdendo para os originais.

A mostra de filmes baseados em personagens dos quadrinhos, além de acentuar as divergências fundamentais entre uma e outra forma de linguagem, colocará o espectador diante de uma triste realidade: apesar da riqueza de sua figuração narrativa, o cinema, à exceção dos desenhos animados, sempre saiu perdendo para os quadrinhos. Nostalgia e camp-mania à parte, os seriados de Flash Gordon não sustentam qualquer tipo de comparação com as criações originais de Alex Raymond. O mesmo pode ser dito de Brick Bradford, Buck Rogers, Super-Homem, Batman, Mandrake e Dick Tracy. O motivo é simples: nenhum desses heróis mereceu uma produção mais ambiciosa (criativa principalmente) de Hollywood e sucursais. E é possível que algum arquibandido dos gibis tenha feito feitiço contra o cinema, pois até cineastas de maior porte artístico, como Joseph Losey e Roger Vadim (este menos), se deram mal em suas ambiciosas mas pouco criativas investidas no mundo dos quadrinhos.

O Tango de Bertolucci

continuação da página 17

pre contestou o mundo burguês em que nasceu e que é o seu, sem no entanto poder esquecer suas "doçuras" e "ócios."

Projetos para o futuro?

Não é tão natural como poderia parecer que haja um filme no futuro de Bertolucci. Como ele mesmo diz: "Cada vez que eu terminava um filme pensava que era o último e que nunca mais faria outro. Agora, pela primeira vez, acontece o contrário. Sim, acho que farei outro. Já tenho alguma idéia. Uma história de garotos, de classes sociais muito diversas, que vivem na mesma época e cujas vidas se entrelaçam. Um é rico, é o dono; outro é camponês, mas não sei exatamente . . . "

Sem dúvida, a validade de *Último Tango* não se esgota nas salas de cinemas. Como toda obra de arte, ele adquire uma dimensão cultural e social que penetra muito mais fundo no tecido da civilização em que nasce. Como em toda obra de arte, a sociedade pode ser condenada ou exaltada.

Para Alberto Moravia, que tem sido um dos críticos mais atentos desse fenômeno cultural, não há dúvida: "Se Eros, que é o princípio da vida no sentido mais largo, está confinado entre as quatro paredes de uma habitação despojada de qualquer atributo de civilização, enquanto fica com Thanatos tudo o que não é sexo, quer dizer, toda a vida social, então não pode haver crítica mais áspera à civilização ocidental do que essa. Eros seria o único fato positivo dessa civilização, o único meio de que o homem dispõe para se expressar e recuperar a realidade em sua totalidade. Todo esforço para dar à sociedade um sentido positivo seria vão e ligado à morte, a Thanatos". Essas considerações só fazem reforçar a validade de *Último Tango* como reflexo do mundo ocidental.

"Por outro lado – acrescenta Moravia – gostaria de frisar uma coisa. Se hoje consentimos em representar o sexo, isso não se deve a um clima de relaxamento ou de "permissividade", mas a outro motivo. O tema sexual foi, durante séculos, considerado um assunto sobre que não se podia falar porque era considerado imoral. Mas, por que imoral? Finalmente, quando tudo já foi dito, deve-se responder: imoral porque era o único meio de dar-se um prazer que não era socialmente útil. Agora, nos nossos dias, a sexualidade foi recuperada (recorde-se Lawrence) como um fato "moral". Mas, por que "moral"? A essa pergunta, depois de pensar bem, deve-se responder: moral porque socialmente útil, quer dizer, um meio de expressão individual e de comunicação social. Acho que não se diz nada de novo ao afirmar que o sexo, no mundo moderno, transformou-se de fato socialmente não útil em fato socialmente útil, também porque os outros meios de expressão e comunicação, a começar pela palavra, se gastaram, se tornaram opacos, surdos e automáticos, e conseqüentemente já não permitem expressar e comunicar.

No filme de Bertolucci, os dois protagonistas não apenas têm prazer no sexo, mas, através deste, se expressam e comunicam. Fora dessa relação sexual são incapazes de autenticidade e de espontaneidade. *Último Tango em Paris* é, definitivamente, um filme sobre o sexo como meio de expressão, uma vez que as relações sociais tradicionais já não são expressivas nem comunicativas."

Apesar disso tudo, a United Artists não pretende trazer o filme para o Brasil. É quase certo que a censura considerará *Último Tango* indigno de ser visto pelos brasileiros.

GUIA DO RIO

CINEMA

MAIS FORTE QUE A VINGANÇA (*Jeremiah Johnson*) – De como um soldado sem exército e sem passado se transforma num *hippie avant la lettre*, tentando domar no peito a natureza hostil das Montanhas Rochosas (cerca de 1830). O mal do diretor Sydney Pollack é acreditar que Robert Redford pode ser um novo Gary Cooper, sem perda de substância, e as odisséias intimistas, indeléveis aos lugares comuns dos faroestes sobre solitários heróicos e taciturnos.

SANGUE DO MEU SANGUE (*House of Strangers*, 1949) – A ascensão e as decepções familiares de um poderoso chefão (Edward G. Robinson) em Nova York nos anos 30. Ainda: Susan Hayward e Richard Conte. Direção de Joseph L. Mankiewicz. Cinemateca, segunda-feira, 12, 18h30m.

BOXE POR AMOR (*Battling Butler*, 1927) – Um clássico da comédia. De e com Buster Keaton. Complemento: *Buster Keaton Rides Again*, documentário do canadense John Spotton, realizado durante as filmagens de *The Railroader*, curta-metragem que Keaton estrelou para o National Film Board em 65. Cinemateca, terça, 13, 18h30m. Repete sábado, 17, 16h.

PERSONAGENS DA HISTÓRIA EM QUADRINHO NO CINEMA – Mostra programada pela Cinemateca do MAM. Palestra e debates com Moacy Cirne. Entrada franca. (Ver artigo nesta página). A programação: Sábado, 17, 20h30m – *Os Ciúmes de Buster* (*Buster's Bust Up*), de Gus Meins (1925); *Gato Félix Vingativo* (*Ohm Sweet Ohm*), de Pat Sullivan (28); 5º episódio do seriado *Flash Gordon no Planeta Mongo*, de Frederick Stephani, com Buster Crabbe (36); *Charlie Chan e o Gato Chinês* (*The Chinese Cat*), de Phil Rosen (44). Segunda-feira, 19, 20h30m – *O Reizinho Amante da Arte* (*The Little King in Art for Arts Sake*), de George Stallings (34); *A Morte Caminha pelos Trilhos* (12º episódio do seriado *O Vigilante*, de Wallace Fox, 47); *Joe Sopapo Campeão* (*Joe Palooka Champ*), de Reginald LeBorg (46). Terça, 20, 20h30m – *O Museu de Betty Boop* (*Betty therly Love*), de Max Fleischer (36); *O Bamba do Regimento* (*The Sad Sack*), de George Marshall, com Jerry Lewis (60); *A Vingança do Dr. Tobor*, nono episódio do seriado *Hop Harrigan*, de Derwin Abrahams (46). Quinta, 22, 18h30m – *Buck Togers*, em 12 episódios, de Ford L. Beebe e Saul Goodkin. Sexta, 23, 18h30m – um episódio do seriado *Flash Gordon Conquistando o Mundo*, de Ford L. Beebe e Ray Taylor (40); *Modesty Blaise*, de Joseph Losey (66). Sábado, 24, 16h – *Asterix, o Gaulês*, de Goscinny e Uderzo (1969). Sábado, 24h, no Cinema-1 – *Barbarella*, de Roger Vadim (67).

Sergio Augusto

SHOW

Sérgio Ricardo – Famoso pelo violão que atirou no público num remoto festival, Sérgio Ricardo é um compositor que já conta com uma bagagem razoável. Embora recentemente tenha declarado a OPINIÃO preferir gravar discos a fazer *shows* – por causa de sua timidez – Sérgio resolveu voltar ao contato com o público. O *show* apresenta músicas de sua autoria e é dirigido por Renato Rocha. Participação de Piri, Franklin, Cássio, Fred e Paulinho Camafeu. Teatro Cachimbo da Paz, Visconde de Pirajá, 351. Ingressos Cr$ 20,00 e Cr$ 10,00 (estudantes).

Gal Costa – Ao contrário de Sérgio Ricardo, Gal Costa apresenta seus *shows* com alguma freqüência. Agora, em pleno verão, ela volta a mostrar sua famosa espontaneidade. O *show* tem a direção musical de Gilberto Gil, contando ainda com a presença de Dominguinho (acordeon), Luís Alves, (baixo), Roberto Silva (bateria), Toninho Horta e Chico Batera (percussão). Teatro Tereza Rachel, Siqueira Campos, 143.

B.F. Skinner: além ou aquém da liberdade?

Para Skinner liberdade e dignidade são apenas mitos. Uma forma racional de controle deve substituí-los. Por Noam Chomsky, do New York Review of Books.

O fato de criar sua filha dentro de uma caixa com a temperatura sempre estável, o que em 1945 provocava toda espécie de comentários, ou de ensinar pombos a jogar pingue-pongue valeria certamente ao psicólogo Burrhus Frederick Skinner, professor em Harverd, uma reputação de excêntrico.

Skinner invoca a autoridade da ciência para dizer que termos como "liberdade" e "dignidade" não passam de mitos formados ao longo da história, que devem ser substituídos por um controle racional do comportamento. Com isso abre um debate que vai muito além da mera excentricidade de um psicólogo, e que tem levado a posições radicais: ou bem se acusa Skinner de totalitarismo, ou bem ele é saudado como o mensageiro de uma nova sabedoria.

As idéias básicas de Skinner – o fundamental é a conduta e esta é determinada estritamente pelo meio-ambiente – opõem-se tanto à tradição humanista de um modo geral como à teoria psicanalítica de Freud. Ambos consideram o neo-behaviorismo de Skinner uma teoria repressiva, onde não cabe a contestação, e acusam-na de reduzir os conflitos humanos a meros esquemas de adaptabilidade social.

A popularidade de Skinner, no entanto, se deve menos às suas idéias dentro da psicologia – que em certo sentido são a continuação natural do trabalho dos behavioristas do século XIX – do que às ousadas declarações com as quais costuma chocar a opinião pública e conquistar fervorosos adeptos.

Noam Chomsky, colaborador do New York Review of Books, *famoso lingüista e professor do MIT (Massachussets Institute of Technology), analisa o livro de Skinner e suas controvertidas repercussões. Chomsky, responsável por uma revolução no estudo da lingüística, é autor de* Linguagem e Pensamento *e* Lingüística Cartesiana.

Há um século atrás uma voz do liberalismo britânico descrevia o homem chinês como "uma raça inferior de orientais maleáveis". Nesse mesmo período, a antropologia tornou-se uma disciplina profissional, "intimamente associada à ascensão de uma ciência das raças". Apresentada às afirmativas da antropologia racista do século XIX, uma pessoa racional fará duas espécies de perguntas: Qual o *status* científico dessas afirmativas? Quais as necessidades sociais ou ideológicas a que elas servem? As perguntas são independentes logicamente, mas a segunda delas só ganha destaque com a ruína das pretensões científicas. O debate sobre o *status* científico da antropologia racista do século XIX não está mais seriamente em questão, e sua função social não é difícil de perceber. Se o chinês é maleável por natureza, então que objeção pode haver ao controle exercido por uma raça superior?

Imagine agora uma versão ampliada da pseudociência do século XIX: não são apenas os rústicos chineses que são maleáveis por natureza, mas todas as pessoas. A ciência descobriu que é uma ilusão falar em "liberdade" e "dignidade". A ação de uma pessoa é totalmente determinada por seu patrimônio genético e pela história do "reforço". Portanto devemos fazer uso da melhor técnica comportamental para moldar e controlar os comportamentos em vista do interesse comum.

Novamente, podemos nos perguntar o significado exato e o *status* científico da afirmativa, e as funções sociais a que serve. Novamente, se o *status* científico é irrisório, é particularmente interessante analisar o clima no qual essa afirmativa é levada a sério.

Em suas especulações sobre o comportamento humano, que devem ser nitidamente separadas de suas investigações experimentais sobre o comportamento condicionado, B. F. Skinner apresenta uma versão particular da teoria da maleabilidade humana. A recepção do público ao seu trabalho é assunto de algum interesse. Skinner já foi condenado como proponente de um pensamento totalitário e louvado por sua defesa de uma sociedade rigidamente controlada. Ele é acusado de imoralidade e elogiado como o porta-voz da ciência e da racionalidade nos problemas humanos. Ele parece estar atacando os valores humanos fundamentais, exigindo controle em lugar da defesa da liberdade e da dignidade. Há algo de escandaloso em tudo isso, e como Skinner invoca a autoridade da ciência, alguns críticos criticam a própria ciência, ou "a visão científica do homem" por servir de base a essas conclusões, enquanto outros asseguram que a ciência triunfará sobre o misticismo e a fé irracional.

©1973 NYREV, Inc.

Uma análise cuidadosa mostra que a aparência é enganadora. Skinner nada fala sobre liberdade e dignidade, embora use as palavras "liberdade" e "dignidade" com diversos, estranhos e idiossincráticos sentidos. Suas especulações são vazias de conteúdo científico e nem mesmo sugerem o esboço geral de uma possível ciência do comportamento humano. Além disso, Skinner impõe algumas limitações arbitrárias à pesquisa científica que praticamente garantem o fracasso constante.

Quanto às suas implicações sociais, a ciência do comportamento humano de Skinner, sendo tão vazia, é simpática tanto ao progressista como ao fascista. Se um certo comportamento e uma tecnologia a ele relacionada puderem realmente prover o racional e os meios para controlar o comportamento, o que, de fato, ficou demonstrado, ou mesmo plausivelmente sugerido?

Skinner nos assegura repetidamente que sua ciência do comportamento está progredindo vigorosamente e que nela existe uma efetiva tecnologia de controle. É certo, diz ele, que "todo controle é exercido pelo ambiente". Conseqüentemente, "quando se muda o controle passando-o para uma pessoa, nós simplesmente substituímos um modo de controle por outro". A única tarefa séria, então, seria designar controles menos "adversos" e mais eficientes". As linhas gerais de uma tecnologia já estão claras". Temos a tecnologia necessária, tanto física quanto biológica e comportamental, para nos salvarmos; o problema é como fazer as pessoas usaremna."

O MITO DA LIBERDADE, B.F. Skinner (Edições Bloch, 168 páginas, Cr$ 17,00)

Segundo Skinner, o comportamento é moldado e mantido por suas conseqüências, que, à medida que são investigadas, vão substituindo como explicação de comportamento o que antes era atribuído à "personalidade, estado de espírito, objetivos e intenções."

Uma vez que a ciência do comportamento adota a estratégia da Física e da Biologia, o agente autônomo pelo qual o comportamento sempre foi justificado é substituído pelo meio-ambiente, no qual as espécies evoluíram e no qual o comportamento do indivíduo é moldado e mantido.

Desse modo, uma "análise comportamental" substitui as justificativas tradicionais de "estado de espírito, sentimentos e outros aspectos do homem autônomo. Na verdade, ela está bem mais adiantada do que imaginam seus críticos". O comportamento humano é função de "condições ambientais ou genéticas" e não se devia levantar tantas objeções quando "a análise científica atribui o comportamento a condições externas às pessoas" ou quando a tecnologia do comportamento aperfeiçoa o sistema de controle.

De acordo com Skinner, não só tudo isso foi demonstrado como será inevitavelmente estabelecido à medida que a ciência do comportamento progredir. "É na própria natureza da investigação científica que se obtém a melhor explicação de por que as funções do homem autônomo são determinadas pelo ambiente. Através da análise experimental, conclui-se que o comportamento originalmente atribuído ao homem autônomo é um produto do meio-ambiente". Além disso, a psicologia algum dia explicará porque o comportamento está efetivamente ligado às ocorrências que antecederam aquela da qual ele foi uma conseqüência."

Todas essas afirmações podem ser divididas em duas categorias. A primeira é aquela sobre o que já foi descoberto e, a segunda, sobre o que a ciência deverá descobrir em seu progresso inexorável. É provável que a esperança ou medo ou resignação decorrentes das afirmações de Skinner resultem, em parte, da tese de que o progresso científico demonstrará inevitavelmente que o controle é exercido pelo meio-ambiente e que a possibilidade de escolha do "homem autônomo" é uma ilusão.

Os itens da primeira categoria podem ser avaliados de acordo com a evidência que eles apresentem. No estágio atual, esta tarefa é bastante simples, já que não existem evidências, o que ficará mais claro quando citarmos exemplos específicos. Na verdade, a questão da evidência é secundária, uma vez que os postulados se mostram triviais e incoerentes, depois de analisados. As afirmações sobre a inevitabilidade das descobertas futuras são ainda mais ambíguas. Será que Skinner quer dizer que, por uma questão de necessidade, a ciência demonstrará que o comportamento é totalmente determinado pelo ambiente? Se é isso, sua teoria pode ser desprezada por ser puramente dogmática, e portanto estranha à "natureza da investigação científica". É inclusive concebível que o avanço científico demonstre que não se pode prever o futuro de um organismo ainda que se disponha de todos os seus dados genéticos e se conheça toda a sua história pessoal.

Mas talvez Skinner esteja restringindo o termo "compreensão científica" à previsão do comportamento a partir de condições ambientais. Se for assim, a ciência terá que provar, no futuro, que a "compreensão científica do comportamento humano" é intrinsicamente limitada. Por enquanto, nós não possuímos virtualmente nenhuma evidência científica e nem mesmo os germes de uma hipótese interessante sobre como o comportamento humano é determinado. Conseqüentemente, podemos tão-somente expressar nossas esperanças e dúvidas sobre o que alguma ciência do futuro poderá demonstrar. De qualquer forma, as afirmações de Skinner são dogmáticas ou desinteressantes, dependendo da maneira pela qual as interpretamos.

O dogmatismo do pensamento de Skinner é amplamente manifestado na tese de que "o objetivo da análise científica é explicar como o comportamento de um indivíduo está relacionado às condições sob as quais a espécie humana evoluiu e às condições sob as quais as pessoas vivem". Obviamente, o objetivo da análise científica é descobrir os fatos e explicá-los. Suponhamos que o cérebro humano realmente funcione por princípios físicos que permitam a livre escolha, adequada à situação mas apenas marginalmente afetada pelas contingências do meio. O objetivo da análise científica não é – como pensa Skinner – demonstrar que as condições ambientais determinam o comportamento humano e sim descobrir se elas o fazem ou se são de alguma forma significativas, o que é bastante diferente. Se o ambiente não determina o comportamento, como parece plausível, "o objetivo da análise científica" será esclarecer as questões e descobrir uma teoria inteligível que explique os fatos. Certamente nenhum cientista concordará com Skinner na necessidade *a priori* de que a investigação científica leve a uma conclusão particular, especificada com antecedência.

Skinner

Skinner: "A ciência descobriu que é uma ilusão falar em "liberdade" e "dignidade". A ação de uma pessoa é determinada por seu patrimônio genético e pela história do "reforço". Portanto devemos usar a melhor técnica comportamental para moldar e controlar comportamentos pensando no interesse comum"

Chomsky: "Há algo de escandaloso em tudo isso. E como Skinner invoca a autoridade da ciência, alguns críticos criticam a própria ciência, ou "a visão científica do homem" por servir de base a essas conclusões, enquanto outros asseguram que a ciência triunfará sobre o misticismo irracional"

Skinner já foi condenado como proponente de um pensamento totalitário e louvado por sua defesa de uma sociedade controlada. Ele é acusado de imoralidade e elogiado como porta-voz da ciência e da racionalidade nos problemas humanos. Ele parece atacar os valores fundamentais, exigindo controle em vez de liberdade

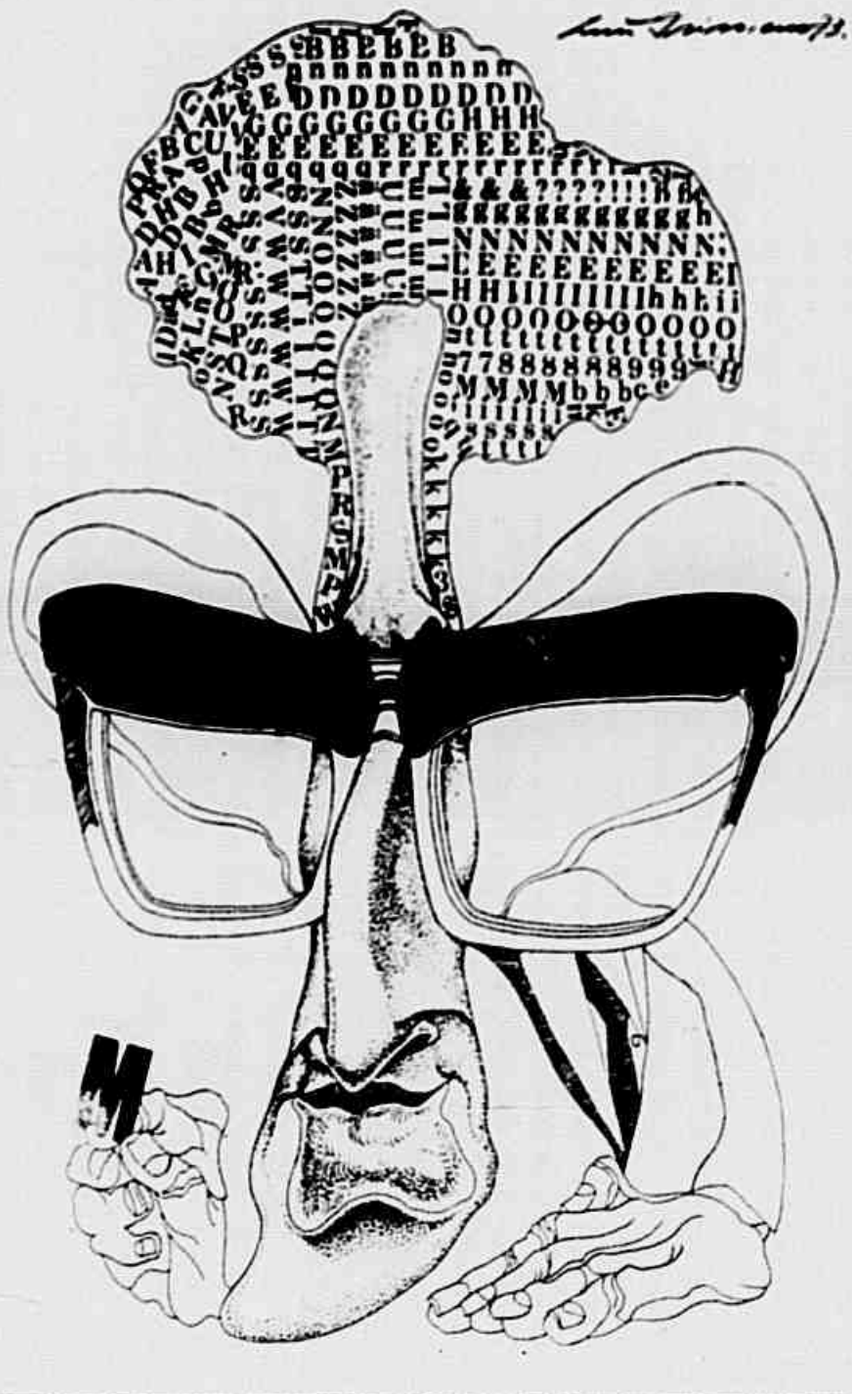
A ciência do comportamento exclui caráter e sentimento

Afim de defender a teoria de que a ciência demonstrará que o comportamento é uma função de ocorrências antecedentes, Skinner diz que a Física só avançou quando "parou de personificar as coisas" e de atribuir-lhes desejos, sentimentos, impulsos e propósitos". A partir deste raciocínio, ele conclui que a ciência do comportamento só progredirá quando deixar de personificar as pessoas e de referir-se a seus "estados internos". Não há dúvida de que a ciência avançou ao deixar de considerar que o desejo de uma montanha de cair é um fator determinante de seu comportamento, porque, na verdade, as montanhas não têm tais desejos. Para que o argumento de Skinner tenha alguma validade é preciso que ele prove que as pessoas não possuem mais desejos, impulsos, sentimentos nem propósitos do que uma rocha. Mas se, neste aspecto, uma pessoa for diferente de uma rocha, a ciência do comportamento terá que considerar o fato.

Do mesmo modo, Skinner está certo ao dizer que "a Física moderna e a maior parte da Biologia" não discutem estas questões como uma "crise de fé ou uma perda de confiança". Mas também do mesmo modo não se pode inferir daí nada sobre a ciência do comportamento. Skinner faz notar que a Física e a Biologia não progrediram por observar mais atentamente a "alegria" de um corpo que cai ou a natureza dos espíritos vitais, "e nós não precisamos tentar desco-

continua na página 20

O debate sobre as teses de B.F.Skinner vai muito além da psicologia: é uma questão política. O controle racional que ele acha que deve substituir nossa falsa liberdade seria o início de um "Admirável Mundo Novo" ou seria o mundo perfeito sonhado pelos utópicos?



Chomsky

continuação da página 19

brir o que são realmente a personalidade, os estados da mente, os traços de caráter, os sentimentos, os planos, os propósitos, as intenções e outros requisitos de um homem autônomo para fazer uma análise científica do comportamento."

Tudo isso seria bastante verdadeiro se a personalidade, os traços de caráter, etc., não fossem mais reais que a "alegria" de um corpo que cai. Mas se as premissas estão erradas, certamente precisamos descobrir quais são os "requisitos do homem autônomo". Skinner poderia argumentar, mais racionalmente, que a sua "ciência" não ignora estes "requisitos" e sim os considera de outro ângulo. Podemos discutir diretamente qual seria a substância de tal argumento.

Chomsky: a concepção de ciência de Skinner é esdrúxula

É muito difícil alegar que a ciência avançou apenas por repudiar as hipóteses relativas aos "estados internos". Ao rejeitar o estudo dos postulados estados interiores, Skinner não só revela sua hostilidade à "natureza das investigações científicas" como à prática comum da engenharia. Por exemplo, Skinner acha que a "teoria da informação" deparou-se com um grave problema quando um transformador interno teve que ser inventado para converter *input* em *output*.

Esta é uma maneira estranha de descrever a questão. Suponhamos que um engenheiro receba um aparelho cujas funções ele desconhece e que, pela experimentação, ele consiga obter informação sobre suas relações *input-output*. O engenheiro certamente não hesitaria em construir uma teoria dos estados internos do aparelho e depois testá-la em outros casos. Ele poderia também continuar e tentar determinar os mecanismos que funcionam nas formas descritas por sua teoria dos estados internos e os princípios físicos em questão, deixando aberta a possibilidade de que novos e desconhecidos princípios físicos estivessem envolvidos – uma questão particularmente importante no estudo do comportamento dos organismos. Sua teoria dos estados internos poderia muito bem ser a única diretiva útil para futuras pesquisas. Ao objetar *a priori* esta estratégia de pesquisa, Skinner está meramente condenando a sua estranha "ciência do comportamento" à contínua ineficácia.

Nós não podemos especificar, *a priori*, que postulados e hipóteses são legítimos. O aprioristmo de Skinner não é mais legítimo que o protesto de que a Física clássica não é "ciência" porque se baseia na "força oculta da gravidade". Se um conceito ou um princípio podem ser encaixados numa teoria, eles não podem ser excluídos em termos metodológicos, como Skinner insiste. De modo geral, a concepção de Skinner da ciência é bastante esdrúxula. Seus pressupostos metológicos apriorísticos anulam todas as teorias científicas, exceto as mais triviais. Além disso, ele faz estranhos vaticínios como o de que "as leis da ciência são descrições de contingências do reforço", que eu, felizmente, deixo para outros decifrar.

É importante ter em mente que as críticas de Skinner não definem a prática da ciência do comportamento. Na verdade, aqueles que se qualificam de "cientistas do comportamento" ou mesmo "behavioristas" divergem extremamente em suas construções teóricas. Um deles, W. Quine, que já tentou trabalhar no campo de Skinner, define "behaviorismo" simplesmente como a exigência de que conjecturas e conclusões possam ser verificadas pela observação. Como ele próprio faz notar, qualquer pessoa razoável é um "behaviorista". A proposição de Quine significa a negação do behaviorismo como uma teoria substancial. Qualquer que seja a função que o behaviorismo tenha preenchido no passado, ele se tornou nada mais que um conjunto de restrições arbitrárias a uma construção teórica "legítima". Não há razão, no estudo do homem e da sociedade, para aceitar um tipo de raciocínio que nenhum físico toleraria.

Skinner refuta seus críticos acusando-os de instabilidade

Consideremos mais cuidadosamente o que Skinner quer dizer quando afirma que o comportamento é controlado do exterior e é uma função de condições genéticas e ambientais. Será que ele acredita que o conhecimento integral destas condições permitiria, em princípio, fazer previsões específicas a respeito de como uma pessoa vai agir? Certamente não. Skinner quer dizer que as condições genéticas e ambientais determinam "reações prováveis". No entanto, ele é tão vago sobre tal noção que não fica claro se suas afirmações deterministas levam a alguma conclusão.

Ninguém duvidaria que minha decisão de ir ou não à praia depende da temperatura, ou que o fato de eu escrever em inglês e não em chinês é "determinado" pela minha experiência passada, ou ainda que minha tendência a escrever em linguagem humana ao invés de em qualquer outro sistema imaginário é "determinada" pela minha constituição genética. Dificilmente precisa-se de ciência do comportamento para deduzir estas coisas. Mas quando tentamos obter previsões mais específicas, não achamos virtualmente nada. E, pior ainda, descobrimos que as limitações apriorísticas de Skinner sobre a investigação "científica" impedem que ele formule mesmo os conceitos relevantes de sua teoria.

Consideremos, por exemplo, a noção de que "eu escrevo em inglês e não em chinês". Caracterizando "inglês" e "chinês" por uma teoria abstrata a respeito dos estados interiores, poderemos atribuir um significado especial a esta noção, sem que ele tenha o menor valor para a previsão do comportamento. Mas, para Skinner, até este resultado secundário é impossível, porque o que chamamos de "conhecimento do francês" é, para ele, "um repertório adquirido quando uma pessoa aprende a falar francês". Desse modo, o fato de falar francês ou outras línguas será definido por referência a tais "repertórios."

Mas o que significa dizer que uma palavra em inglês que eu nunca ouvi ou pronunciei pertence ao meu "repertório", enquanto que nenhuma em chinês pertence? Os skinnerianos, neste ponto da discussão, apelam para a "similaridade" ou "generalização", mas sempre sem caracterizar precisamente porque uma nova palavra ou uma nova frase é "similar" a exemplos familiares ou é "generalizada" a partir deles. A razão disso é simples. Tanto quanto se sabe, as propriedades relevantes só podem ser expressas por teorias abstratas (a gramática, por exemplo) que descrevem estados interiores, e estas teorias são excluídas *a priori* da "ciência" de Skinner. A conseqüência imediata é que os skinnerianos podem resvalar para o misticismo ("similaridades" e "generalizações" não especificadas) sempre que o debate chegar ao mundo dos fatos. Embora o exemplo da linguagem seja talvez o mais claro deles, não há razão para supor que outros aspectos do comportamento humano, mais complicados, serão arrebatados pela "ciência" construída pelas restrições apriorísticas dos skinnerianos.

A resposta de Skinner às críticas sobre estas questões é particularmente elucidativa. Ele argumenta que atacam a sua "descrição científica do homem" porque ela destruiu "reforços cristalizados" e porque ela faz com que o "comportamento anteriormente moldado pela crença e admiração seja totalmente extinto, uma vez que uma pessoa não pode mais ser acreditada ou admirada por suas ações". E as extinções, segundo Skinner, freqüentemente provocam "críticas agressivas". Ele também acusa seu críticos de serem "emocionalmente instáveis", citando comentários de Arthur Koestler e Peter Gay, que chamam o behaviorismo de uma "monumental trivialidade" construída sobre "ingenuidade inata" e "falência intelectual". Skinner nem ao menos tenta combater estas críticas apresentando resultados relevantes, resultados que não sejam uma monumental trivialidade. Ele é incapaz de perceber que as objeções à sua "descrição científica do homem" não derivam da "extinção" de certo tipo de comportamento ou de espíritos anticientíficos, mas da sensibilidade em distinguir ciência da trivialidade e do erro óbvio.

Skinner não compreende a crítica básica às suas teses: quando elas são interpretadas literalmente, são claramente falsas, e quando interpretadas à sua maneira metafórica e vaga, elas não passam de um frágil substituto do chamado senso comum. Estas críticas não podem ser anuladas por meio de magia verbal, isto é, pela mera reiteração de que o método de análise skinneriano é científico e que os que não concordam com isso são anticientíficos. Do mesmo modo, Skinner alega que a definição de Koestler do behaviorismo está 70 anos atrasada, mas não indica quais as descobertas científicas dos últimos 70 anos que Koestler ignorou ao fazer sua definição. Na verdade, as descobertas da ciência do comportamento que não são triviais nada têm a ver com os problemas que Skinner discute.

É por este motivo que Skinner assegura que "não é preciso conhecer os detalhes da análise científica do comportamento"; detalhes que ele realmente jamais apresenta. Não é a profundidade ou a complexidade de sua teoria que impede Skinner de "decifrá-la" ponto por ponto. Jacques Monod, por exemplo, apresentou recentemente em um trabalho sobre Biologia e relações humanas todos os detalhes das descobertas da Biologia moderna que ele achou relevantes para suas especulações (muito claramente identificadas). Devo acrescentar, para me tornar bastante claro, que não critico Skinner pela ausência de descobertas significativas na ciência do comportamento em comparação com a Biologia, por exemplo, mas sim por suas categorizações irresponsáveis sobre a "ciência do comportamento."

Se por acaso um físico garantisse que ninguem precisaria se preocupar a respeito das fontes mundiais de energia porque ele demonstrou em seu laboratório que os moinhos de vento suprirão todas as necessidades futuras da humanidade, ele teria que provar com evidências a sua tese ou os outros cientistas imediatamente denunciariam este pernicioso *nonsense*. Mas nas ciências do comportamento a situação é bem diferente. Não se exige demonstração alguma da pessoa que afirma ter descoberto a técnica de comportamento que resolverá os problemas do mundo e a ciência que revela os fatores determinantes do comportamento humano. Espera-se em vão que os psicológos deixem claro para o público em geral os limites reais do que se conhece atualmente. Esta é uma situação desfavorável, em vista do prestígio da ciência e da tecnologia.

CLASSIFICADOS

Cr$ 2,00 por palavra. Artigos não são contados. Mande o seu anúncio de qualquer parte do Brasil, acompanhado de um cheque visado, ordem de pagamento ou vale postal para Editora Inúbia Ltda., no valor correspondente e será publicado. Rua Abade Ramos, 78 (Rio). Para usar "cartas para a redação sob o n.º" adicionar Cr$ 3,00 ao total.

CURSOS

A Escolinha de Arte GIRASSOL está promovendo um curso intensivo de cinema-roteiro-decupagem, para profissionais, amadores e público interessado em geral, com início marcado para 14 próximo. Informações na Escolinha, à Rua Nascimento Silva, 426 – Ipanema – Tel. 267-4426

A UNITI abriu inscrições para o curso de Psicologia Moderna, Teórica e Aplicada. As aulas serão noturnas e informações serão dadas na Av. Graça Aranha, 81, 12.º andar – Tel. 252-3599

O CURSO WERNECK está oferecendo bolsas-de-estudos para as áreas de Vestibulares. Informações à Av. Pres. Vargas, 446/1205

TURISMO

Visite a FOZ DO IGUAÇU-PARAGUAI (Cataratas). Informações e Reservas na RIO ROMA TURISMO, Av. Rio Branco, 156 – sala 228 – Tel. 232-6768

opinião

DESEJO FAZER UMA ASSINATURA DE OPINIÃO

BRASIL ☐ **anual: Cr$ 120,00** ☐ **semestral: Cr$ 65,00**
EXTERIOR ☐ **anual: US$ 30,00** ☐ **semestral: US$ 15,00**

Nome _____

Rua _____

Cidade _____ **Estado** _____ **ZC** ___

Incluo ☐ **Cheque visado** ☐ **Vale Postal**

no valor assinalado acima

Remeter seu pedido de assinatura para Editora Inúbia Ltda. Rua Abade Ramos, 78 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro

Os pedidos de assinaturas para a Europa, podem ser enviadas para rua Abade Ramos, 78 – Jardim Botânico – Rio de Janeiro, ou diretamente para 186, Avenue Daumesnil, Paris XII. OPINIÃO é enviado de Paris para toda a Europa todas as segundas-feiras. A venda avulsa em Paris é feita na livraria *Joie de Lire* **da editora** *Maspéro*.

Utopia ou felicidade mundial bruta

"Tudo lá é bom e fácil
não precisa se comprar
não há fome nem doença
o povo vive a gozar,
tem tudo e não falta nada
sem precisar trabalhar." (São Saruê)

Destoando da cantilena quotidiana de exaltação do produto nacional bruto, do produto interno bruto, da produção e do consumo, a *Revista Vozes* (primeiro número deste ano) traz uma mensagem de esperança na "felicidade mundial bruta". A utopia não morreu. Ao contrário, está bem viva. No editorial, Clarêncio Neotti situa didaticamente o tema:

"Embora presentes ao longo de toda a História e emergentes em todas as culturas, é nos períodos movimentados, quando, levadas por circunstâncias convergentes ou díspares, as massas populares se revolucionam para subir, que surgem os grandes movimentos utópicos. O nosso tempo é um deles. E falar em utopia ou sobre utopias é falar a linguagem de hoje e de amanhã de manhã. A palavra tem raiz grega mas só foi cunhada em 1516, por Tomás Morus. *Topos* é lugar, país, região. *U (ou)* é partícula negativa. *U-topia* literalmente significa não-lugar, não-país, não-região. Mas, ainda assim, um lugar imaginável, um estado de ser, um modelo a conquistar. Enquanto uns lutam para se manter na liderança do mundo alcançado, vivendo e pregando ideologias, outros, levados por sua capacidade criativa, refazem a imagem da perfeição social projetando *utopias*, que Mannheim vê como "um instrumento de descoberta da realidade concreta, e um motor que leva à ação no sentido de transformar o que existe."

Na verdade, a utopia é algo bastante realista. Tomás Münzer, um dos utopistas clássicos do Renascimento, contemporâneo de Lutero e de Tomás Morus, morreu de arma na mão lutando por suas idéias contra uma coligação dos príncipes alemães. O ideário de Münzer era muito simples: ele desejava uma sociedade em que não houvesse diferenças de classes, nem propriedade privada, nem um poder estatal alienado nas mãos de uma classe dominante, oposto e alheio ao povo. Na sua Cidade os trabalhos e os bens seriam comuns e haveria a mais completa igualdade.

O outro Tomás, o Morus, também foi um homem com a cabeça no lugar até ser decapitado por ordem de Henrique VIII. Foi membro do Parlamento da Inglaterra e presidente da Câmara dos Comuns. No seu *Livro de ouro, tão útil quanto festivo sobre a melhor organização do Estado e sobre a nova ilha Utopia*, publicado em 1516, também ele condena a propriedade privada e a sociedade de classes, preconizando uma sociedade sem ricos nem pobres, onde todos trabalham.

O terceiro Tomás da tríade utópica é o Campanella, frade dominicano calabrês que, em 1599, chefiou uma revolta contra o domínio espanhol. Por conta disso passou 27 anos preso e aproveitou o ócio forçado para escrever a sua *Cidade do Sol*, onde também contesta a propriedade privada como fonte dos males da sociedade estabelecida. Os felizes habitantes da sua Cidade só trabalhariam quatro horas por dia, pois ele acreditava que o progresso da ciência e da técnica libertaria o homem da escravidão do trabalho.

Só não seria utopista quem está satisfeito da vida e contente com a ordem ou a desordem estabelecida. Os que não questionam, não duvidam, não se angustiam.

TEMPO E UTOPIA vários autores (**Revista de Cultura** da Editora Vozes, janeiro de 1973)

Dentro dessa tradição utopista do Renascimento, que é estudada por Maurício Tragtenberg, podem ser inseridas as duas utopias brasileiras, da literatura de cordel do nordeste, que são descritas por Mário Pontes: *O Homem Que Enganou a Morte no Reino da Mocidade*, de Olegário Fernandes (São Caetano, Pernambuco) e *Viagem a São Saruê*, de Manuel Camilo dos Santos (Campina Grande, Paraíba). No meio de um povo dos mais insatisfeitos com o seu presente (origem do fenômeno utopia para Jerzy Szachi) há uma infinidade de histórias desse tipo: viagens a reinos encantados, onde o trabalho e a sociedade estão organizados de maneira mais justa, onde ninguém é escravo de ninguém, onde todos são irmãos como se estivessem num bumba-meu-boi, num coco, num pastoril, numa ciranda. Outro mito, estudado por Maria Isaura de Queiroz, está mais dentro da mitologia dos povos primitivos. É o mito guarani da *Terra sem Males*: os índios da fronteira do Paraguai com o Brasil migram periodicamente na direção do oceano, onde haveria, segundo sua tradição, uma terra sem sofrimento, sem doença, onde há perfeição, harmonia e imortalidade.

Nesse número de *Vozes*, Marçal Versiani considera a utopia, dentro da corrente de Ernst Bloch, como o "amadurecimento do homem na capacidade de instalar-se no provisório". Para ele, "construir uma utopia significa repensar o horizonte de vida em que se viveu até então, significa recusar a topia, isto é o quadro de referências recebido culturalmente, ou mesmo adotado livremente em um determinado momento da existência". Só não seria utopista quem está satisfeito da vida e contente com a ordem ou a desordem estabelecida. Os que não questionam, não contestam, não duvidam, não se angustiam. Utopistas certamente seriam, por exemplo, os cientistas do Massachusetts Institute of Technology que divulgaram, em 1969, uma declaração em que dizem: "O mau uso do conhecimento científico constitui uma ameaça de primeira grandeza a pesar sobre a existência da humanidade."

Fausto Cunha, falando das utopias do século passado, levanta a questão da oposição entre socialismo utópico e socialismo científico. Aquele visaria *resolver amanhã os problemas de hoje*, ao passo que este estaria armado teórica e praticamente para resolver agora mesmo os problemas de hoje. Mas a oposição entre os dois socialismos é mais aparente que real. O socialismo científico seria, para usar uma expressão de frei Leonardo Boff (que escreve o artigo seguinte), uma *utopia tópica*, uma utopia que passou a ser realidade concreta em alguma parte do mundo e conseqüentemente deixou de ser *utopia* para ser *topia*.

Mas Leonardo Boff, que publicou, no ano passado, um livro que causou muita celeuma na Igreja, *Jesus Cristo Libertador*, aplica esse conceito de utopia-topia ao cristianismo, que seria a religião na qual a utopia se tornou topia: "Desde que Cristo ressuscitou, a luz ilumina os recônditos mais obscuros da casa da vida humana. A morte já não podia tragar tanta vida e tão grande amor. Sua ressurreição realizou a utopia". Libertar-se da lei da morte: a utopia-mestra de toda a história humana.

Juracy Andrade

A poesia das terras-do-sem-fim

COBRA NORATO E OUTROS POEMAS, Raul Bopp (Civilização Brasileira, 150 páginas, Cr$ 18,00)

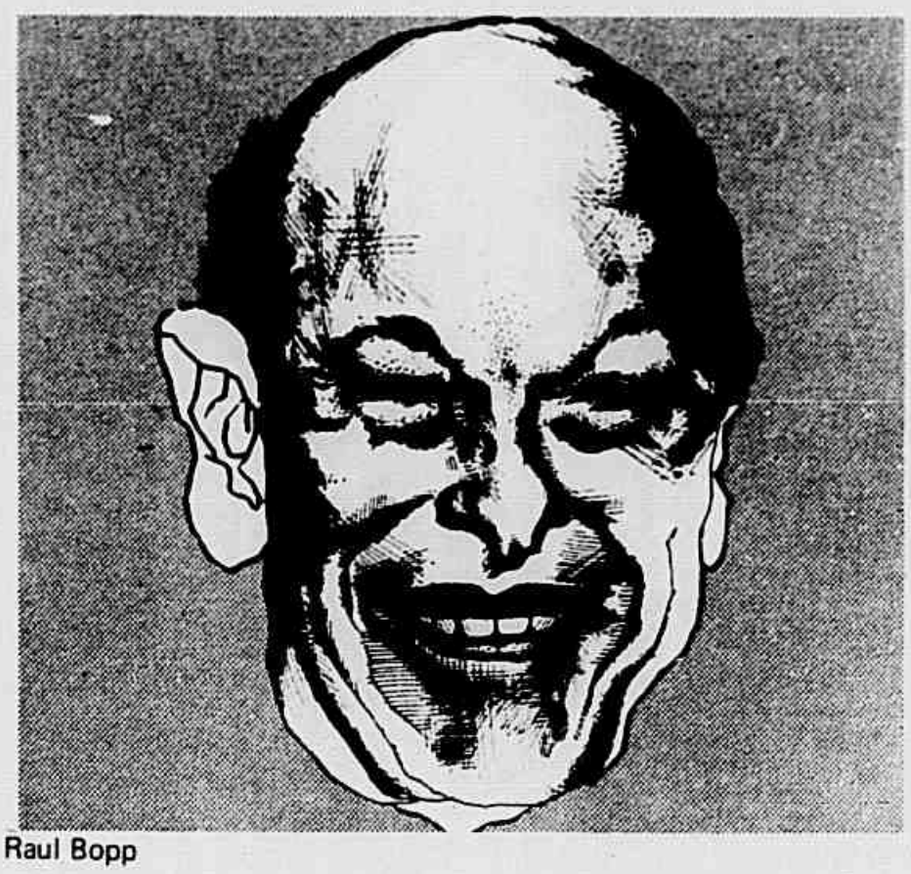
Imaginemos, à maneira de Borges, que um grupo de nossos críticos e cronistas literários fizesse um pacto secreto para inventar um livro de poesia e seu correspondente autor. De início, sem maior estardalhaço, seria publicada num jornal uma resenha sobre o imaginário livro, a que não faltaria o indefectível "a obra de Fulano de Tal já tem assegurado um lugar à parte em nossa literatura."

Depois viriam os ensaios, artigos, entrevistas e uma possível monografia, onde seriam destacadas aquelas "características" de tal maneira vagas que servem para todos os escritores e não são verdadeiramente próprias a nenhum.

Ao cabo de alguns anos, obra e autor estariam consagrados. Seriam estudados em nossas faculdades de Letras – nas quais, fora o trabalho mais atualizado de alguns professores, predominam os ensaios e as teorias acima da pesquisa de texto – e os estudantes secundários saberiam na ponta da língua o nome da obra e a data de nascimento e morte do autor, bem como a "escola literária" a que pertencia.

A fantasia ocorre a propósito do lançamento da nona edição de *Cobra Norato*, de Raul Bopp. Não a propósito do texto, claro, já suficientemente estudado e valorizado, com toda a justiça, pela crítica, mas de uma "Relação das Edições de Cobra Norato" que o livro traz. Nela constatamos que um poema consagrado da nossa literatura só conseguiu, ao longo de 42 anos, o total irrisório de 11 mil leitores, admitindo-se que *todos* os exemplares foram lidos, o que não é nada provável.

Se isso mostra que somos um povo sem poesia, ou que talvez tenhamos encontrado outras formas de manifestação poética – quem sabe o lirismo de TV do gênero novelas, Flávio e *Só o Amor Constrói* – fornece argumentos para mostrar também a falência (e falácia) do ensino de literatura no Brasil. Quantos milhares de professores formados em Letras andam por aí? Quantos jovens são obrigados a cursar uma cadeira de literatura no curso secundário? Prova isto e outras coisas mais, inclusive que a fábula que fizemos não é tão absurda assim.



Raul Bopp

Editado pela primeira vez em 1931, *Cobra Norato* é considerado um dos poemas mais representativos do Modernismo em sua primeira fase. Baseia-se em elementos da mitologia amazônica, particularmente na lenda da "Cobra Norato" (Honorato), cobra-d'água que costuma transformar-se à noite em rapaz para ir dançar nas festas da beira do rio. Nestas ocasiões deixa seu couro na margem.

Com estes elementos, um "eu" poético empreende uma fantástica viagem pelas "terras-do-sem-fim", vale dizer, a Amazônia:

"Agora sim
me enfio nessa pele de seda elástica
e saio a correr mundo
vou visitar a Rainha Luzia
Quero me casar com sua filha."

E se inicia a caminhada surrealista através da "floresta cifrada", onde vamos encontrando "rios afogados/bebendo o caminho" e "árvores prenhas sentadas no escuro", numa crescente sexualização da natureza:

"Ai, eu era um rio solteiro
Vinha bebendo o meu caminho
mas o mato me entupiu
agora estou com o útero doendo
ai ai"

Do que resulta uma apreensão telúrica da paisagem e da fecundidade amazônica. O crítico Othon Moacyr Garcia vê nele "o único e verdadeiro poema épico da literatura brasileira (porque popular pela essência do tema e pela feição da forma verbal) . . ."

Raul Bopp, como se sabe, esteve ligado tanto à corrente nacionalista quanto à corrente antropofágica de Oswald de Andrad, não tendo, no entanto, assumido integralmente os postulados de nenhuma. Em conseqüência, sua obra poética é, se assim se pode dizer, um ponto neutro entre as duas correntes, pois, se está isenta do ufanismo vazio de uma, falta-lhe a destrutividade iconoclasta da outra. É provável que muitos vejam nisso um defeito.

Seja como for, o lançamento de um livro de poesia no Brasil é, em princípio, um fato, positivo. E este, porque, além de suas qualidades literárias, incorporou ao universo poético-ficcional um tema raro e atual: a Amazônia, sua fertilidade, suas lendas, seus mistérios, elementos, enfim, que uma colonização a machado e fogo começa a destruir.

Marcilio Eiras Moraes

Hitler: a Psicanálise contra a História

HITLER ANTES DE HITLER, Jacques Brosse. (Artenova, 287 páginas, Cr$ 20,00)

Em 1938 a Alemanha estava louca. Os jovens cantavam na rua canções ufanistas, os governantes proclamavam as "provas" da superioridade racial e do avanço econômico, e as ruas estavam cheias de cartazes com frases do tipo "ame-a ou vá para o campo de concentração". O resultado de toda essa loucura é amplamente conhecido e até a História oficial dá, sobre ele, uma visão não de todo vaga. Mas o que conduziu a Alemanha à loucura? Eis uma pergunta que cineastas e a maioria dos escritores que se dedicaram ao assunto não souberam ou não quiseram responder.

Para aquele tipo de historiador preferido por nossas escolas, a História é feita apenas pelos personagens que a povoam. Exemplos: a Independência do Brasil foi um ato individual de D. Pedro I. Ou, então, o que levou a Alemanha à loucura foi um louco, Adolf Hitler. Desde o fim da guerra, uma caudalosa corrente de pensadores está empenhada em provar esta última tese. Na vanguarda dessa corrente aparecem alguns seguidores de um homem que, nos anos 30, teve que juntar seus trapinhos em Viena para fugir do nazismo: Sigmund Freud.

De acordo com algumas interpretações da teoria psicanalítica, o homem viveria no melhor dos mundos não fosse ele um monstro que só pensa em safadeza. Se algo está errado é *dentro dele*, e não ao seu redor. Todos os atos de qualquer homem estão explicados "nas sombras de suas origens". E como Hitler praticou atos terríveis, os adeptos deste gênero de Psicanálise passaram a procurar as mais terríveis "sombras" nas suas origens.

Provavelmente, dos que se empenharam nesse trabalho nenhum foi tão longe quanto Jacques Brosse em *Hitler Antes de Hitler*. Neste livro, o ditador nazista se transforma numa autêntica ilustração das teorias freudianas. Nenhuma delas foi esquecida: o ego, a mãe, a fase pré-edipiana, o pai dominador. Falos enormes parecem brotar de cada página: Hitler odiava o pai e amava a mãe, mas sonhava ser possuído por ela – queria também ser a própria – e acabou homossexual latente, misógino e impotente. Sob o microscópio da Psicanálise, Hitler cresce como "caso clínico". Por exemplo: ele "perseguia no judeu o próprio pai". Ao renunciar ao álcool e ao fumo, "o jovem Hitler não se aceitava como adulto, como homem, de alguma maneira se castrava". Na infância, ele gostava de Geografia e História, mas isso "também traía as implicações inconscientes: a História, para a criança, é a história de suas relações originais com a mãe, e a Geografia, sendo a ciência da terra, é a anatomia da mãe."

Empenhado em provar que Hitler era um monstro, Brosse trata como uma verdadeira comadre de esquina assuntos como adultério, incesto, etc. e assume um tom moralista que deixa evidente o caráter não científico de suas teses. Para compensar, capricha nos detalhes que bem poderiam ser utilizados no próximo romance de Cassandra Rios: desde a avó de Hitler, que trabalhou como doméstica na casa de um judeu e "evidentemente manteve relações sexuais com o filho deste", até a melíflua ternura que Adolf sentia pelos garbosos rapazes da juventude hitlerista.

A julgar pelo que diz Jacques Brosse, a Alemanha em 1938 era o melhor dos mundos. O único problema é que havia um louco no poder. Em seu livro, não há a menor indicação sobre o que acontecia no país, e o que levou Hitler ao poder. Tudo ocorre nos subterrâneos da mente do ditador e nas suas relações com a família. *Hitler Antes de Hitler* é, portanto, um livro perigoso, pois escamoteia uma grande (e óbvia) verdade: Adolf Hitler foi apenas um dado na loucura nazista. Um dado catalisador, é verdade; mas, mesmo sem Hitler, a Alemanha teria ido igualmente longe, pois os sistemas totalitários sempre sabem encontrar o dado catalisador certo na hora exata. E o pobre Adolf, tão cheio de si, foi, na verdade, apenas um instrumento das chamadas forças ocultas. Coitada da "senhora sua mãe."

Aguinaldo Silva

GUIA DE SÃO PAULO

CINEMA

Jean Cocteau – Pressegue a retrospectiva de Jean Cocteau, promovida pelo Museu de Arte Contemporânea – MAC – em colaboração com a embaixada da França, por ocasião do 10.º aniversário da morte do cineasta francês. Nesta 5.ª-feira, dia 15, às 20h, *Les Parents Terribles* (Pecado Original), de 1948, com Jean Marais, Josette Dav e Yvonne de Bray.

Festival do Cinema Francês – Também em colaboração com a embaixada da França, a Sociedade Amigos da Cinemateca – SAC – está apresentando este mês uma seleção de importantes realizações francesas, inéditas no Brasil. Dia 13, 3.ª-feira, *Gôto, l'Ile d'Amour*, de Walerian Borowszyk, com Pierre Brasseur; dia 15, 5.ª-feira, *L'Invitée*, de Vittorio de Seta; dia 16, 6.ª-feira, *Benito Cereno*, de Serge Roullet, baseado em Herman Melville, com Ruy Guerra (1969); os filmes serão exibidos na versão original. Para os sócios da SAC, na Sala Mario de Andrade do Cine Belas Artes, às 20h30m.

Esta Pequena é uma Parada – *(What's up, Doc?)* – Na nova fita de Peter Bogdanovich, uma homenagem às comédias dos anos 30. Mais especialmente ao *Levada da Breca*, de Howard Hawks, de 1938, com Katherine Hepburn e Cary Grant. Continuando a linha de pesquisa dos antigos filmes americanos, que fizeram dele o diretor mais badalado dos Estados Unidos atualmente, com *Última Sessão de Cinema*, Peter Bogdanovich revisita, com êxito, os ingredientes da comédia sofisticada norte-americana, que com Howard Hawks teve os seus melhores momentos. Com Barbra Streisand e Ryan O'Neal. Nos Cines Ipiranga, Astor e Vila Rica.

TEATRO

Alpha-Beta – O notável desempenho de Nathalia Timberg talvez seja a única desculpa razoável para que se possa assistir a esta montagem de *Alpha-Beta*, do inglês E. A. Whitehead. No mais, a arrastada e melancólica disputa de um casal em crise, argumento que não chega nem a valer a inevitável comparação com Virgínia Woolf, a irmã mais velha, mais bonita e, como se não bastasse, mais inteligente. No Teatro de Arena.

TV

Band XIII – Sem patrocinador e sem IBOPE, colocando-se no que se pode chamar de linha desprotegida da televisão, ainda assim vai ao ar todos os sábados, o *Band XIII*, programa onde os alunos da Faculdade de Comunicações da USP estão tendo a oportunidade de fazer o que manda sua imaginação, dizer o que pensam, sem esquecer os recursos do meio de comunicação que estão usando. Uma espécie de contracultura a favor da cultura, o programa tem de tudo, desde filmes experimentais até entrevistas com astrólogos. Sem nada de definitivo fica a proposta para um caminho. Aos sábados, 17h30m, canal 13.

SHOW

Novos Baianos – Parece que chegou mesmo a hora desta gente bronzeada mostrar seu valor. Confirmando seu próprio prognóstico, feito em *Brasil Pandeiro* (música do long-play *Acabou Chorare*), os Novos Baianos estão apresentando seu *show* no TUCA, o Festival Club. Dia 12, último espetáculo, no Teatro da Universidade Católica, R. Monte Alegre, 1024, às 21h.

Ana Maria

As bolinhas legais

Sérgio Machado

A fadiga e a fossa são duas constantes que rondam permanentemente os últimos meses de batalha dos estudantes contra o vestibular. "No meu tempo ainda tinha a bolinha" – lembra um estudante que prestou vestibular há mais de 10 anos, época em que era relativamente fácil obter em qualquer farmácia um tubo de Pervitin. Naquela época, a maconha ainda não havia chegado até os filhos da classe média, nem os tóxicos atingiam a categoria de "alarmante problema". Tudo bem: Pervitin era apenas um estimulante, que qualquer pessoa tomava sem receio, quando tinha de "virar a noite". Por isso, era compreensível que um estudante às vésperas de um exame também se servisse de alguns daqueles minúsculos comprimidos. Ninguém iria classificá-lo como um "dependente de anfetaminas" e, muito menos, enquadrá-lo na lei antitóxicos.

Também chamadas de "drogas de super-homens", as anfetaminas foram descobertas em 1887 e empregadas clinicamente pela primeira vez em 1935, para o tratamento de narcolepsia (estado constante de sonolência). Na Segunda Guerra Mundial, foram fartamente usadas por ambos os lados. Só as tropas britânicas consumiram 72 milhões de comprimidos dessa droga que, segundo as instruções superiores da época, deveria ser reservada para quando "os homens estivessem notavelmente fatigados, física ou mentalmente, em circunstâncias que exigiam um esforço especial"(1). Hoje sabe-se que na guerra do Vietnã tem sido comum o uso de heroína – muito mais barata e mais pura no Sudeste Asiático do que nos Estados Unidos – e a anfetamina clássica parece ficar restrita à clínica psiquiátrica.

"Anfetaminas legais"

No fim da década de 50, as "bolinhas" começaram a sofrer controle mais rígido, até desaparecerem das farmácias brasileiras. E milhares de consumidores de Pervitin, Dexamil e outras anfetaminas viram-se subitamente privados da bolinha de cada dia. A par do mercado clandestino (onde o preço da droga é muito maior), era preciso abastecer a faixa de consumidores que prefere não se arriscar, ou que "querem saber o que tomam". Por outro lado – e esse é o principal – a brusca queda dos lucros dos laboratórios precisava ser compensada imediatamente. Em ordem sucessiva, apareceram Rinosteg, Instilasa e Corisan, inocentes remédios-de-pingar no nariz (vasoconstritores).

Acontece que por trás dessa inocência havia, isso sim, outro tipo de anfetamina, muito mais perigosa devido à rápida tolerância orgânica que desenvolve: a metedrina. Logo alguém "descobriu" que o conteúdo de um vidro de Rinosteg ou Instilasa (10 cc), adicionado a um copo de cerveja ou uísque, proporcionava energia suficiente para pular os três dias de carnaval: reinstaurava-se o barato, reinstauravam-se os lucros dos laboratórios. O mais popular desses medicamentos, o Instilasa, era vendido pela bagatela de 900 cruzeiros antigos, e as farmácias quase não davam conta da demanda. Dada a apresentação em forma líquida, o remédio começou a ser consumido também em injeções. Quando a questão começou a ser discutida pela imprensa policial, certamente o laboratório já havia auferido fortunas. E antes que o caso chamasse muito a atenção das autoridades, a fórmula de Instilasa sofreu pequena alteração – suficiente, porém, para matar, paralisar ou enlouquecer grande número de consumidores. (O que não provocou qualquer repercussão, uma vez que esse é o consumidor que jamais poderá fazer qualquer reclamação legal).

Talvez mais por prudência do que por má consciência, os laboratórios acabaram por retirar do mercado aquelas drogas à base de metedrina. Mais uma vez fleava o mercado legal desabastecido. Mas por pouco tempo. Quase em seguida, começam a entrar em cena outras variações das anfetaminas: os comprimidos para emagrecer (anorexígenos), hoje conhecidos nos meios da droga como "bola de farmácia" ou "bola de gordinho" ou ainda "bola que dá dor de barriga."

Atualmente, qualquer pessoa pode chegar numa farmácia e pedir, sem receita médica, um destes "moderadores do apetite": Abulemin, Abulemin a.p. (Usafarma), Fatinil a.p. (Novaquímica), Desobesi (Luer), Lipenan (Sarsa–Silva Araújo Roussel), Temiran (Merrell–Moura Brasil) e Inobesin (Windson) – o mais recente de todos eles.

É curioso observar que a bula da maioria desses remédios contém alusões veladas à sua capacidade estimulante, sempre na inocente e legal técnica subliminar da negativa. Abulemin a.p. (ação prolongada): "... pela sua farmacologia e pela sua atoxidade, representa um grande progresso nesse terreno, suplantando todos os compostos similares (...) podendo ser usado por muito tempo sem inconvenientes, por não determinar reações colaterais como insônia, nervosismo, irritabilidade, estados depressivos e sensação de euforia". Pois é justamente isso que a droga causa, só que em outra ordem: sensação de euforia, insônia, nervosismo, irritabilidade e, finalmente, profundo estado depressivo.

Descartando os consumidores "conscientes" – isto é, os que usam a droga em dosagens altas para obter efeitos estimulantes – restam os ingênuos, que na esperança de emagrecer mais depressa, ou achando que a prescrição da bula (um comprimido diário) não basta para conter sua voracidade, vão aumentando a dose progressivamente, até se darem conta que, quando sob efeito da droga, se sentem mais bem dispostos, bem falantes e com o raciocínio mais ágil. E ignoram tranqüilamente que cada comprimido de Abulemin a.p., Fatinil a.p. ou Temiran contém 75mg de dietilpropiona, uma amina terciária (a anfetamina é uma amina primária) sintetizada em 1957 e capaz de provocar perigosos efeitos colaterais que só uma dessas drogas, o Temiran, tem a honestidade de admitir em sua bula: "Tem sido relatada a ocorrência de sintomas desagradáveis associados ao cloridrato de dietilpropiona, em incidência relativamente baixa e raramente graves a ponto de exigir a suspensão do tratamento. Ocasionalmente, foram observados insônia, agitação, secura da boca, desconforto abdominal, cefaléia e manifestações alérgicas (urticária e outras formas de dermatite)."

Remédios aparentemente inocentes, indicados para pingar no nariz ou moderar o apetite, podem conter anfetaminas em suas fórmulas e provocar dependência naqueles que os utilizam.

De todos esses moderadores do apetite que disputam furiosamente o mercado (como veremos adiante), somente o Fatinil simples já está sob controle, fazendo parte do chamado Grupo II – isto é, para adquiri-lo é preciso uma receita médica, que fica retida na farmácia. Trata-se, na verdade, de uma espécie de Dexamil mais fraco (ou disfarçado), já que é associado a um barbitúrico. Embora essa associação reúna os inconvenientes das duas drogas, podendo provocar rápida dependência, o laboratório declara que não há restrições quanto ao uso por parte de cardíacos, hipertensos, diabéticos "e mesmo durante a gravidez."

Embora se trate de um mercado amplo e em franca expansão, é preciso disputar a preferência dos consumidores, não só variando o sal da família das anfetaminas (há agora, além da dietilpropiona, o fenproporex, presente no Lipenan, Desobesi e Inobesin), mas recorrendo também a bulas mais longas e sofisticadas. Em alguns casos, esse esforço é mais evidente. O Desobesi, por exemplo, sofreu uma mudança de embalagem, em seus aproximados quatro anos de vida: é agora uma carteirinha portátil, com um vistoso logotipo pretensamente psicodélico. Inobesin apresenta embalagem quase idêntica (além de ter o nome muito parecido ao do concorrente), com um truque na dosagem da fórmula: 11,2 mg, contra os 0,0112g do Desobesi. Na verdade, trata-se da mesma quantidade, o que nem sempre é percebido pelo consumidor despreparado – que pensa existir uma "razão justa" para o encarecimento do produto.

Ainda assim, tendo em vista que cada um desses medicamentos é vendido em embalagens com cerca de 24 comprimidos, o preço não é alto, oscilando entre Cr$ 3,41 (Temiran) e Cr$ 7,00 (Inobesin). Em todos eles, a dosagem recomendada na bula vai de dois a quatro comprimidos diários – sem a necessária ressalva, porém, de que não devem de maneira alguma ser ingeridos de uma só vez.

No Brasil, não só o dependente de drogas, mas também o consumidor em geral, não pode contar com qualquer defesa, o que não ocorre nos Estados Unidos. Lá, além do espetaculoso livre-atirador Ralph Nader, há o Departamento de Alimentos e Remédios (Food and Drugs Administration – FDA), instituição oficial que fiscaliza até o teor de bactérias na água potável.

Pois bem: o FDA já está agindo no sentido de *retirar* do mercado norte-americano todas as combinações de anfetaminas com outras drogas, empregadas nos regimes para emagrecimento. É que, além de haver chegado à conclusão de que tais medicamentos acarretam mais efeitos negativos do que benéficos, os dietistas são quase unânimes sobre o problema da obesidade: a melhor solução, mais natural e menos sujeita a riscos para o paciente ainda é uma dieta controlada. Além disso, argumenta ainda o FDA, essas combinações de anfetaminas não oferecem nenhuma vantagem sobre as anfetaminas puras – o que significa que estas não serão retiradas do mercado, embora continuem sob rigoroso controle médico-legal.

Supondo-se que ainda este ano os anorexígenos sejam retirados do mercado norte-americano, e esperando-se que a influência da grande metrópole se faça sentir aqui rapidamente (ou seja, sem a costumeira defasagem de 10 anos), mesmo assim os vestibulandos do próximo ano certamente ainda contarão com a benevolência oficial para continuarem tomando as "bolinhas permitidas", numa desesperada batalha onde assume importância vital, ano a ano, o emprego de todos os tipos de armas que o sistema oferecer.

No grande jogo de interesses, onde o que menos conta é a saúde do consumidor, é curioso observar que a maconha continua maldita, banida e forçosamente associada ao crime, a despeito de a maioria das autoridades médicas (até mesmo da Organização Mundial da Saúde) estar de acordo sobre sua quase inocuidade, se comparada ao tabaco, ao álcool e principalmente aos famigerados moderadores do apetite.

(1) Peter Laurie, Drugs: Medical, Psychological and Social Facts, *Londres, 1969.*

Enquanto a fiscalização não vem

Condenado nos Estados Unidos e outros países, o Fisohex continua a fazer sucesso no Brasil.

Adiado por duas vezes consecutivas, vence no dia 15 de fevereiro o último prazo de 90 dias dado pelo Serviço Nacional de Fiscalização da Medicina e Farmácia – SNFMF – para que os laboratórios farmacêuticos retirem o hexaclorofeno de produtos como pós, pastas e líquidos de higiene bucal e outras mucosas e que reduzam a dose da substância para menos de 0,75% em outros produtos cosméticos, de higiene e toucador. Análises feitas nos Estados Unidos e outros países comprovaram que as possíveis vantagens do uso do hexaclorofeno como bactericida não compensavam os riscos que ele acarreta, particularmente na higiene infantil. O hexaclorofeno pode se infiltrar no sangue e causar danos ao cérebro.

Até hoje, no entanto, a poucos dias do esgotamento do prazo pelo SNFMF, existe um produto livremente vendido nas farmácias e muito utilizado na higiene pessoal, inclusive de bebês: o Fisohex – um sabão sob forma líquida, que possui uma concentração de hexaclorofeno da ordem de 3%, que é considerada perigosa.

No Rio de Janeiro, de três farmácias visitadas, a informação recebida foi de que o Fisohex tinha "muita saída" e que não oferecia nenhum perigo. Em São Paulo, 10 farmácias visitadas em bairros ricos ou de classe média informaram que vendem uma média mensal de 100 unidades de Fisohex. Outras três disseram que vendiam um pouco mais e que o laboratório responsável – The Sidney Ross Co. – fornecia o produto dentro do "mapa" mensal de abastecimento e que, se a fórmula não fora ajustada às exigências do SNFMF, o problema não era deles, nem do laboratório, mas da fiscalização.

Vendido a um preço unitário de aproximadamente Cr$ 10,00 em todo o Brasil, o Fisohex aparentemente obedece a algumas das exigências feitas pelo SNFMF: contém, por exemplo, a exigência de "venda sob prescrição médica", que deve constar obrigatoriamente das bulas, rótulos e cartuchos de "especialidades farmacêuticas que contêm o hexaclorofeno em concentração igual ou superior a 0,75%". Entretanto, todo mundo sabe que, no Brasil, isso não significa nenhum obstáculo para quem quiser comprar um remédio. Na bula explicativa de seu uso, a palavra "enxague" aparece praticamente a cada cinco linhas, sem no entanto ficar claro para todos que o compram e usam diariamente que isso é uma precaução muito importante para diminuir seus possíveis riscos. O principal, no entanto, é que se a fiscalização não tomar providências, o Fisohex continuará a ser vendido amplamente para um público que possivelmente desconhece os perigos de um remédio que contém hexaclorofeno com uma dosagem de 3% e cuja venda, desde o ano passado, é rigorosamente controlada nos Estados Unidos e em outros países.

Retratando a verdade

O Superintendente do INPS em São Paulo nega a honestidade de informações dadas por OPINIÃO aos leitores.

O segundo número deste jornal (semana de 13 a 20 de novembro de 1972) publicou artigo, com o título *A Mesada sem Fim do Caso da Máfia*, assinado por Arlindo Mungioli e Demócrito Moura.

Além de matéria diretamente relacionada com o título, outros assuntos se mesclaram no artigo, ligados à Superintendência do INPS em São Paulo e o titular de sua direção, Jorge Hajnal, e que ora merecem esclarecimentos, de vez que informações ali prestadas aos leitores não retrataram perfeitamente a verdade.

Transcreveu-se, no artigo, uma carta que Orpheu dos Santos Salles enviara a Presidente de Comissão de Inquérito, contendo acusações ao Superintendente do INPS, Jorge Hajnal. Este, atingido em sua honra, já representou ao Ministério Público, para instauração de procedimento criminal contra seu detrator, segundo cópia que nos foi encaminhada e que, no dia 19 de dezembro de 1972, recebeu o número de protocolo 12.473, junto à Procuradoria-Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

Ainda com relação àquela carta, conforme documentos que também foram encaminhados, o inquérito policial instaurado em São Paulo, para apuração das atividades de Orpheu e outros, não implicou, de maneira alguma, ao Superintendente da autarquia, Jorge Hajnal. Este, conhecedor de fatos em função de seu cargo, apenas foi ouvido como testemunha no inquérito, onde nada consta quanto à sua responsabilidade. Quanto à acusação de Orpheu, de interesse de "amizade e gratidão em proteger alguns funcionários do INPS envolvidos no caso", além de nada constar a respeito em qualquer parte deste ou de qualquer outro inquérito, o fato é que as irregularidades que se apuram nos processos tiveram lugar há anos, quando Jorge Hajnal não pertencia à administração da autarquia em São Paulo, a qual ascendeu em princípios de 1970. Bem ao contrário do afirmado por Santos Salles, foi Jorge Hajnal quem determinou abertura de sindicância e inquérito administrativo e cuidou do procedimento penal competente.

Orpheu, ainda na carta que transcrevemos, acusou Hajnal de ter agido de forma irregular, assim como tendo praticado "atos que levaram o signatário desta (Orpheu) a representar, perante a autoridade da Polícia Federal, por práticas de transgressões do Código Penal..." Segundo documento também a nós encaminhado, atesta a Polícia Federal que, contra Jorge Hajnal, não consta "...qualquer sindicância, processo ou inquérito policial", com isto se demonstrando a improcedência das acusações de Orpheu.

A matéria publicada, em prosseguimento, afirmava que funcionários procuravam implicar o Superintendente em irregularidades, recebendo o Presidente Luis Siqueira Seixas cartas e telegramas a respeito. Nenhum inquérito ou sindicância existe que envolva a direção atual do INPS em São Paulo, ou seu Superintendente, quer de ordem judicial, policial ou administrativa, tendo sido Hajnal mantido na chefia local da autarquia – que ocupa desde 1970 – pelo atual presidente Luis Siqueira Seixas.

Assim, as imputações contra o Superintendente paulista, constantes naquela matéria, também não têm procedência. Temos em mãos documentos que comprovam nunca ter havido qualquer atraso, e nem tentativa, em pagamento de pensões e aposentadorias, que são mantidas rigorosamente em dia, através da rede bancária do Estado, oriundo o documento da Associação dos Bancos no Estado de São Paulo. Aliás, só o pagamento do décimo terceiro salário a aposentados e pensionistas, feito com antecipação, atingiu a mais de duzentos milhões de cruzeiros (novos) no Estado, a demonstrar a solidez do sistema previdenciário e a lisura de sua administração. No entanto, se houve antecipação de pagamentos de benefícios, já o mesmo não ocorreu quanto a contas hospitalares, conforme documentação que também nos foi encaminhada e subscrita pela Associação dos Hospitais do Estado de São Paulo. Aliás as contas hospitalares vêm sendo pagas com regularidade, sendo impossível, pela mecânica do serviço de revisão e pagamentos, a antecipação de qualquer delas. Nem mesmo pode um hospital ser preterido em benefício de outro, pela escala aprovada, de comum acordo com entidades de classe, de entregas de contas. E, segundo carta de 29 de novembro de 1972, "a Associação dos Hospitais, até mesmo se queixa de um pequeno atraso nos pagamentos a seus filiados no Estado, ao mesmo tempo em que reputava "...absurda a afirmação de que estariam sendo pagas contas ainda não apresentadas, conhecedores que somos (a Associação dos Hospitais) da rigorosidade com que os documentos são exigidos e processados."

Quanto a alerta do Presidente do INPS, que teria ordenado suspensão de pagamentos de hospitais, nada efetivamente existiu a respeito, sendo a informação fruto de evidente equívoco ou de informante de má fé.

As outras alegações constantes da matéria, e que teriam sido feitas contra Jorge Hajnal, inexistem, e, por isso, sequer são objeto de apuração. Não ocorreu qualquer alteração de pareceres em processos internos, nem o cancelamento de registros de entrada e saída de processos, por sua absoluta impossibilidade, em virtude do recebimento de numeração seguida por via mecânica. Face à documentação que nos foi encaminhada, devidamente autenticada, cumpre-nos o dever de prestar os esclarecimentos constantes desta nota, a fim de que os fatos ali anunciados sejam devidamente esclarecidos, como o foram na presente, restabelecendo sua veracidade.

Jorge Hajnal
São Paulo, SP

Diz o sr. Jorge Hajnal que, na matéria publicada por OPINIÃO, as "informações prestadas aos leitores não retrataram perfeitamente a verdade". Para contestar essas informações, encaminhou a nossa redação sete documentos, além do texto que acima publicamos. Mas temos motivos para repelir, com veemência, a acusação do sr. Jorge Hajnal contra a honestidade das informações a nossos leitores. Alguns desses motivos:

1. É autêntica a carta de Orpheu dos Santos Salles, da qual reproduzimos os trechos mais importantes, que incluem sérias denúncias ao presidente da Comissão de Inquérito Administrativo contra o sr. Jorge Hajnal. Na carta, Orpheu afirma que, na Delegacia de Polícia Federal, em São Paulo, houve um Inquérito Policial (Proc. DFP – 86/71), em que "consta a responsabilidade" de Jorge Hajnal. Isso, porém, é negado pelo sr. Hajnal. Acreditamos que caberá à Justiça julgar ou derimir a questão.

2. Segundo o sr. Jorge Hajnal, "não têm procedência as imputações" publicadas por OPINIÃO contra ele, que acrescenta possuir documentos contestatórios. Acontece, porém, que também temos documentos autênticos (alguns deles rubricados por Jorge Hajnal), que nos convenceram da procedência e do fundamento das denúncias. Além disso, nossos informantes estão dispostos a confirmá-las. Se essas denúncias não foram ainda encaminhadas ao presidente nacional do INPS, a culpa não é de OPINIÃO.

A vitória pela iniciativa

Leonard Barden

Jogadores abaixo do nível de mestre freqüentemente subestimam o valor da iniciativa em posições onde o adversário não dispõe de contrajogo efetivo. A teoria enxadrística e os autores de livros de xadrez também se concentram em vantagens concretas – um ataque de mate contra um rei mal defendido, um peão ou a qualidade a mais. A iniciativa é um fator mais nebuloso, difícil de definir e por isso raramente é a meta principal do plano de um jogador médio.

Não deveria sê-lo. O objetivo de alcançar uma posição em que o oponente fique reduzido à defesa negativa e passiva é um tema que percorre os estilos de vários dos maiores jogadores de nossa geração. Diferem entre si, não no objetivo, mas nos métodos de alcançá-lo e explorá-lo.

A partida desta semana, jogada num torneio em Parnu, Estônia, em 1971, é um caso típico de vitória pela iniciativa. Os comentários baseiam-se nas anotações de Keres em Chess Life and Review.

Paul Keres – Anatoly Lutikov
Ruy Lopez

1 P4R P4R 2 C3BR C3BD 3 B5C P3TD 4 B4T P3D 5 0-0 C2R. Pouco usual, mas não é muito ruim; as negras pretendem trazer o cavalo a 3CR, onde apoiará a forte casa 4R. No entanto, o sistema 5 ... B2D 6 P3B P3CR é mais flexível, mantendo a opção de desenvolver o CR em 3BR.

6 P4D C3C. As negras declinam o sacrifício de peão 6 ... P4CD 7 B3C CxP 8 CxC PxC com boa razão. É claro que Keres não jogaria 9 DxP? P4BD 10 D5D B3R 11 D6B+ B2D 12 D5D P5B, ganhando uma peça, mas jogaria 9 P4TD com forte iniciativa.

7 P4B B2D 8 C3B B2R 9 PxP. Segundo Keres, a escolha entre este lance e 9 P5D é uma questão de gosto; mas na prática 9 P5D C1C 10 P4CD seguido de B3R e P5B tem ajudado bastante as brancas em posições semelhantes. A partida, neste caso, assemelha-se a uma Índia do Rei com os BR e o CR das negras não muito bem localizados.

9 ... CRxP 10 CxC PxC. Keres faz aqui um comentário interessante, que apóia o nosso tema: "...chegamos a uma posição relativamente calma, com apenas uma ou outra vantagem posicional para as brancas, e poder-se-ia pensar que as negras não teriam muitas dificuldades para conseguir igualdade completa. Talvez, objetivamente, seja verdade. Mas a minha experiência mostra que, para chegar a uma posição totalmente igual, as negras ainda terão de jogar com muito cuidado e precisão. A menor inexatidão levaria a conseqüências muito desagradáveis para as negras. Na prática, portanto, posições como esta são perdidas com maior freqüência do que se poderia pensar, principalmente por jogadores que tentam evitar posições puramente defensivas."

11 B3R 0-0 12 C5D T1B? Keres destaca isto como o erro decisivo, e recomenda 12 ... C1C! para melhorar a posição das peças negras. Se depois 13 B2B, as negras podem escolher entre 13 ... P4CD de imediato e o plano mais sólido 13 ... B3R e ... C2D para preparar ... P3BD.

13 D5T P3CR 14 D3B. É mais preciso 14 D2R, já que as negras conseguem algum contrajogo com seu próximo lance.

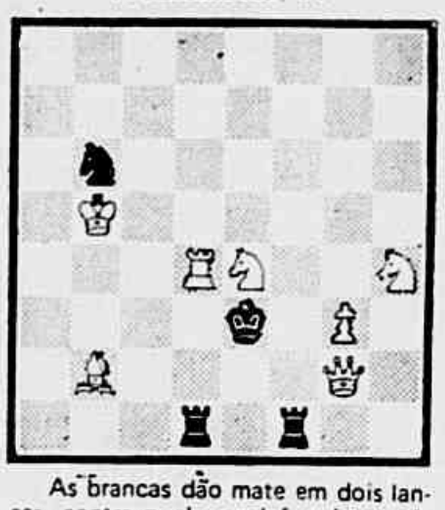
14 ... P4CD 15 PxP PxP 16 BxP! C5D 17 BxC BxB 18 BxP BxT 19 TxB. O sacrifício das brancas rendeu-lhes dois peões fortes em troca da qualidade, e a posição do rei negro é difícil de defender – difícil demais para Lutikov.

19 ... P3BR 20 B3B P3B 21 C4B T2BR 22 P4TR! B3D 23 P5T D2B. Se 23 ... BxC 24 PxP PxP 25 DxB D1B aguentariam um pouco mais, porém de qualquer modo 26 P5R ganharia.

24 C6R D2D 25 PxP PxP 26 D4C R2T 27 BxP! Decisivo; se 27 ... TxB 28 C5C+.

27 ... B5B 28 DxB Abandonam. Se 28 ... DxC 29 D4T+ R1C 30 D8T mate.

Problema N.° 14



As brancas dão mate em dois lances, contra qualquer defesa (pelo cônego T.R. Milford).

NOTA DA REDAÇÃO: Por engano, no último número de OPINIÃO, saiu errada a solução do problema 12; publicamos abaixo a solução correta, e no próximo número daremos as soluções dos problemas 13 e 14.

Solução do N.° 12

1 P4B (ameaça 2 T(4R)4BD). Se 1 ... B5D + 2 T3R, ou se C5D 2 T5R, ou se RxT 2 T4D, ou se C3D 2 T5B.

LIVROS

RECEBA EM CASA OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS

Este é um novo serviço da Editora Inúbia. Enviando pelo Correio o anúncio acompanhado de cheque visado ou vale postal, você recebe, **sem qualquer acréscimo ou despesa**, as últimas novidades editoriais pelo mesmo preço das livrarias.

Por favor mandem-me o(s) livro(s) assinalados no anúncio

Nome: _____

Endereço: _____ ZC _____

Cidade: _____ Estado: _____

☐ cheque visado
☐ vale postal*

no valor de Cr$ _____

* vale postal pode ser adquirido em qualquer agência de Correio. Basta trocar a quantia em dinheiro a ser mandada por um documento para **Editora Inúbia Ltda. Rua Abade Ramos, 75. Jardim Botânico – ZC 20 – Rio de Janeiro – GB**

☐ **HISTÓRIA DE CRONÓPIOS E FAMAS**, Julio Cortázar, Civilização Brasileira, Cr$ 16,00 – caricatura de uma realidade irracional.

☐ **NIXON x MCGOVERN: AS DUAS AMÉRICAS**, Paulo Francis, Livraria Francisco Alves Editora, Cr$ 25,00 – crítica ao *establishment* e às eleições americanas.

☐ **HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO**, Caio Prado Junior, Brasiliense, Cr$ 12,00 – o Brasil, o mercado externo e as relações com o capitalismo monopolista.

☐ **DA SUBSTITUIÇÃO DE IMPORTAÇÕES AO CAPITALISMO FINANCEIRO**, Maria da Conceição Tavares, Zahar, Cr$ 20,00 – ensaios sobre a economia brasileira.

☐ **UM CÃO UIVANDO PARA A LUA**, Antônio Torres, Gernasa, Cr$ 12,00 – a vida de um intelectual brasileiro e as pressões sociais.

☐ **OPÇÕES DE ESQUERDA**, vários autores, Paz e Terra, Cr$ 20,00 – conseqüência da revolta de maio de 68 na França, a invasão da Tchecoslováquia e o Vietnã na esquerda.

☐ **BOM DIA PARA OS DEFUNTOS**, Manuel Scorza, Civilização Brasileira, Cr$ 25,00 – a luta dos camponeses peruanos contra os latifundiários e as empresas norte-americanas.

☐ **1942: A GUERRA DO CONTINENTE**, Hélio Silva, Civilização Brasileira, Cr$ 45,00.

☐ **INTRODUÇÃO À ANTROPLOGIA**, Ashley Montagu, Cultrix, Cr$ 15,00 – análise dos fenômenos culturais abrangendo linguagem, arte, ciência, mitologia, religião, lei, família e a estrutura social.

☐ **PATOLOGIA SOCIAL**, Felipe A. de Miranda Rosa, Zahar, Cr$ 20,00 – um estudo sobre a desorganização social brasileira.

☐ **ANÁLISE DO MODELO BRASILEIRO**, Celso Furtado, Civilização Brasileira, Cr$ 15,00.

☐ **FRENTES DE EXPANSÃO E ESTRUTURA AGRÁRIA**, Otávio Guilherme Velho, Zahar, Cr$ 15,00 – a penetração da Transamazônica.

☐ **O NEGRO NO MUNDO DOS BRANCOS**, Florestan Fernandes, Difusão Européia do Livro, Cr$ 22,00 – a democracia racial brasileira: um mito cômodo para os brancos e cruel para os negros.

☐ **TEORIA DO BRASIL**, Darcy Ribeiro, Paz e Terra, Cr$ 15,00 – história, problemas e perspectivas do Brasil.

☐ **OS TRUSTES PETROLÍFEROS E OS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS**, Michel Tanzer, Civilização Brasileira, Cr$ 30,00.

☐ **O ESTRUTURALISMO E A MISÉRIA DA RAZÃO**, Carlos Nelson Coutinho, Paz e Terra, Cr$ 20,00 – crítica ao estruturalismo e às concepções de Lévi-Strauss, Michel Foucault, Roland Barthes e Althusser.

☐ **DIAS DE CLICHY**, Henry Miller, Companhia Editora Americana, Cr$ 15,00.

☐ **APENAS UMA MULHER**, D.H. Lawrence, Record, Cr$ 13,00.

☐ **DEMÔNIOS DA LOUCURA**, Aldous Huxley, Companhia Editora Americana, Cr$ 28,00.

☐ **OSWALD DE ANDRADE, POESIAS REUNIDAS**, volume 7 da coleção Obras Completas, Civilização Brasileira, Cr$ 11,00.

☐ **SARTRE, VIDA E OBRA**, Luis Carlos Maciel, José Álvaro Editora, Cr$ 10,00.

☐ **OS DIREITOS DO SEXO E DO MATRIMÔNIO**, vários autores, Vozes, Cr$ 25,00 – mudança dos conceitos de sexo e matrimônio no catolicismo, superando o amor-procriação.

☐ **A IGREJA E O ABORTO**, Vozes, Cr$ 4,00 – coletânea organizada pela CNBB de declarações das Conferências Episcopais de diversos países sobre o aborto.

☐ **A CONSCIÊNCIA CONSERVADORA NO BRASIL**, Paulo Mercadante, Civilização Brasileira, Cr$ 25,00 – análise do comportamento político dos conservadores marcado historicamente pela conciliação.

☐ **ENTERREM MEU CORAÇÃO NA CURVA DO RIO**, Dee Brown, Melhoramentos, Cr$ 26,00 – massacre dos índios americanos durante a conquista do oeste.

Almir, seu último tango

Num futebol de sambistas, do bom crioulo Pelé, Almir seria também uma exceção: machão, distribuindo tapas, adotava, ante a derrota, uma dramaticidade que levaria às últimas conseqüências. Por Aguinaldo Silva

Os filhos mais jovens da Loteria Esportiva não o viram jogar, mas o conheciam de nome. Muitas vezes, em meio a uma das atuais partidas de futebol no Maracanã onde os 22 jogadores parecem lutar pelo zero a zero, um torcedor mais velho grita das arquibancadas – "Está faltando um Almir aí no campo" – e muita gente se lembra com saudades dos tempos em que ele decidia um jogo, se não no gol, pelo menos no tapa. Almir Morais Albuquerque nunca foi um jogador genial – embora a certa altura de sua carreira tenha sido chamado o *Pelé Branco* – mas, na história do futebol brasileiro, ele será sempre lembrado por uma característica: foi o mais *profissional* dos atletas. E *profissional* aí é no sentido dado à palavra pela estrutura que sustenta o nosso futebol: buscava a vitória a qualquer preço, sabia ser esta a sua única função no campo – vencer – e não pela vitória em si, mas pelo *bicho* e pela glória.

Pelé Branco

Se o Bar Rio-Jerez tivesse uma daquelas eletrolas Wurlitzer, que despejam música no ambiente em troca de uma ficha, certamente ela estaria tocando um tango na voz de Edmundo Rivero na hora em que o português Artur Garcia Soares, com certeira pontaria, matou o jogador Almir e seu amigo Alberto, e feriu um terceiro, Elói. O Bar Rio-Jerez não é, como dizem os repórteres policiais, um "antro de travestis", um local "barra pesada". É, antes, o ponto onde a elite homossexual – do costureiro ao gerente de banco – se reúne todas as noites. É um lugar tranqüilo.

Tanto o português Artur quanto o ex-jogador Almir, no Rio-Jerez, estavam totalmente fora de seus ambientes. Talvez, por isso, tenham sido eles as maiores vítimas na briga que o segundo provocou – a fauna do Jerez sumiu no ar em meio aos tiros sem sofrer sequer um arranhão.

"Eu fui um marginal do futebol. Joguei como profissional durante 11 anos, no Brasil, na Argentina e na Itália. Aqui no Brasil e na Argentina, uma legenda me acompanhou: a de violento. Fiz muitos gols, construí jogadas para muitos artilheiros, ajudei alguns clubes a conquistar títulos – o Vasco, o Santos, o Flamengo – cheguei a ser chamado de *Pelé Branco* quando o Corintians Paulista me contratou cheio de esperanças, em 1960, mas só fui amado pela torcida dos clubes onde joguei. Tudo o que fiz, porém, aprendi no futebol. Outros jogadores continuam fazendo o mesmo. E assim será, sempre."

É assim que Almir Morais Albuquerque inicia o relato de sua vida aos jornalistas Fausto Neto e Maurício Azedo, e que vem sendo publicado na revista *Placard*. O que Almir aprendeu no futebol é dito em pequenas pílulas ao longo do relato: ele fala da corrupção dos cartolas, da desonestidade dos juízes, do ambiente das concentrações. E dá uma idéia incrível do que acontece realmente antes, durante e depois de uma partida de futebol. Para o torcedor, tudo se limita aos 90 minutos de jogo, mas, para os atletas e os dirigentes, é bem mais complexo. Ganhar há muito perdeu o verdadeiro sentido. Ser campeão significa apenas novos contratos, novas excursões, o *bicho*. E isso está acima de tudo, inclusive do futebol.

Essa estrutura em que acabou montado o nosso futebol não é invenção nossa: existe no esporte americano e já foi denunciada várias vezes no cinema, na literatura, e mesmo no jornalismo dos EUA. No Brasil, porém, o tanguismo de Almir, em algumas ocasiões, foi visto como uma verdadeira contestação.

A socos e botinadas

No começo, ele era o bom moço saído da Estrada dos Remédios, no Recife, e que, no Colégio Americano Batista, conseguira chegar até o terceiro ano ginasial antes de se decidir pela bola. Ainda era o bom moço quando chegou no Rio, em 1957: "Tinha 19 anos, era um garoto forte, jogava com raça, não rejeitava parada". Um ano depois, convocado para a Seleção Brasileira – e depois desconvocado – começava seu longo aprendizado. No fim de carreira – seu último time foi o América, no Rio – ele nada mais tinha a ver com o garoto de 1957. "Ninguém nunca se preocupou em saber porque o jogador vai sofrendo uma transformação, como no meu caso". Almir se queixa de incompreensão, mas ele próprio não compreendeu o que o levou de roldão nesses 11 anos de carreira. As glórias e os *bichos* lhe deram a ilusão de que, como atleta, estava realizado. Mas essa realização – e é com uma certa nostalgia que ele comenta isso – nada tinha a ver com os sonhos iniciais do bom moço da Estrada dos Remédios, para o qual o futebol estava acima de tudo.

elifas andreato/cassio loredano

Talvez Almir tenha sido, à revelia, um contestador. Ele foi o "anti-Pelé" numa época em que todos os jogadores tinham o chamado "rei" como modelo. Era o "mau caráter" que, numa decisão de campeonato entre Flamengo e Bangu, em 1966, era capaz de repentinamente, a botinadas e socos, expor toda a fragilidade do sistema em que fora montado o nosso futebol: Almir acabava com o jogo, desrespeitava meio mundo, deixava os torcedores completamente histéricos, fazia os jornalistas reagirem com a mesma histeria, e repentinamente, através de sua mágica – ainda que inconsciente – toda a máquina aparecia virada pelo avesso: o futebol nada tinha a ver com os ideais esportivos, e muito menos era – e não é – uma coisa sadia. Ele deixava durante alguns minutos o rei completamente nu, em pleno Maracanã, perante milhares de espectadores.

O fato de que Almir, com sua *catimba*, representava um perigo em potencial para a harmonia da máquina a cujo serviço estavam os jornalistas, os cartolas, os juízes, os técnicos e – em último lugar – os atletas, é bem evidente em atitudes tomadas contra ele, na época em que era mais famoso. Armando Nogueira, por exemplo, o mais *estabelecido* dos comentaristas esportivos, liderou contra Almir uma campanha cujo objetivo mais radical era impedi-lo de exercer sua profissão. Foi Nogueira quem primeiro o chamou de "marginal, bandido, celerado": Nogueira "a quem nem sequer conheço e de quem nunca tive raiva, disse mais de uma vez, em sua coluna muito lida e respeitada do *Jornal do Brasil*, que eu não passava de um criminoso."

Ganhar, ganhar sempre

Mas a prova de que Almir nunca tomou tais atitudes com intenções contestatórias é a opinião que ele tem de Pelé, sem dúvida o mais fiel porta-voz da deformação a que chegou o nosso esporte:

– Eu nunca tive pretensões de ser igual a Pelé, mesmo porque isso é impossível para qualquer ser humano: como Pelé não existe, nem vai existir nunca; o *Negão* sempre foi e ainda é demais. Eu tenho o Pelé num altar, quero tanto bem a ele quanto à minha mãe, que adoro. O Pelé não existe mesmo.

Ou sobre Afonsinho, este sim, um contestador, de cuja importância Almir tinha apenas uma vaga idéia:

– São poucos os jogadores que sabem das coisas. Hoje em dia tem aí um Afonsinho, que é estudante de medicina, e, como é inteligente e culto, tornou-se dono de seu passe, levou a melhor com os cartolas.

Marginal era eu, um garoto educado num colégio religioso, ou os caras que me davam bolinha, como deram a muitos outros jogadores e ainda continuam dando? Quando a gente chega no clube, no começo de carreira, vem com aquela vontade de ganhar, ganhar sempre. O clube explora isso, faz tudo para ganhar. Alguém tem dúvida de que existe *doping* no futebol, que nos jogos mais importantes há muitos jogadores drogados, uns porque o clube lhes dá bolinha, outros porque tomam por conta própria?

Essa declaração de Almir é a propósito do lendário jogo entre o Santos e o Milan, decisão do campeonato mundial de clubes no Maracanã, a 14 de novembro de 1963. Minutos antes de começar o jogo, Alfredinho, então assistente do técnico Lula, chegou perto dele e perguntou: "Você quer tomar uma bola"? A resposta de Almir só foi dada 10 anos depois:

– Por que eu não ia querer? O *bicho* pela conquista do bicampeonato mundial de clubes era de Cr$ 2 mil: dava para comprar um Volkswagen zerinho. Nós entrávamos no campo vendo o automóvel ao alcance da mão. Do outro lado estavam os caras que podiam impedir isso. Era preciso então fazer tudo, a gente se matar dentro do campo, pra não deixar que eles frustrassem o nosso *bicho*.

Mais de 130 mil espectadores, tensos e nervosos naquela noite, juraram, depois, ter assistido a uma das maiores glórias do nosso futebol – a vitória sobre a máquina do Milan. Os torcedores, guiados pelos cronistas e as páginas desportivas dos grandes jornais, vêem apenas o que querem ver. Naquela noite, o que aconteceu no Maracanã nada tinha a ver com a chamada "nobreza" do esporte, nem mesmo com nacionalismo. Não era o nome do Brasil que estava em jogo, mas, sim, o Volks zerinho. Assim, o que aconteceu realmente foi isso: 11 homens drogados – provavelmente 22 – praticaram toda espécie de violência uns contra os outros e contra o futebol em busca da parte menor que a eles caberia na vitória – o *bicho*. Nicolau Moran, diretor do Santos, no intervalo do jogo aproximou-se de Almir – já então famoso pela violência que sabia usar como ninguém em tais ocasiões – e lhe disse:

– Você pode fazer o que quiser dentro do campo, Almir. Você é rei lá dentro, faz o que achar melhor. O juiz não vai fazer nada.

E Almir fez o que achou melhor. "No segundo tempo, nós entramos como uns loucos no campo. Um Volks à nossa espera e aqueles italianos atrapalhando nossa vida. (...) Nós acabamos ganhando na raça, na *catimba*. Se houvesse mais tempo de jogo, uma prorrogação ou até mesmo um terceiro tempo de 45 minutos, nós ganharíamos do Milan. Alfredinho sabia disso: com a bolinha que ele nos tinha dado, o Santos tinha energia para continuar jogando até agora."

Um herói sem caráter?

O jogo entre Santos e Milan é apenas um dado na vida atribulada de Almir, o jogador. Como foi um dado o fato de ele ter quebrado a perna de Hélio, um atleta do América. Isso é que contribuiu para que o chamassem de "criminoso, celerado". Mas Gerson – este sim, um rapaz muito bem comportado – quebrou as pernas de Mauro, do Flamengo, de La Torre, da seleção peruana, e de Vaguinho, do Corintians, sem que ninguém o condenasse. E Pelé quebrou as pernas do alemão Giezzman, e de Procópio, do Cruzeiro.

Almir foi morto exatamente em meio à publicação de suas memórias em *Placard*. O português Artur Garcia – apresentado como turista pelos jornais, na verdade vendedor de falsas toalhas da Ilha da Madeira nos subúrbios cariocas – foi o imponderável agente do destino, elemento essencial a qualquer último tango. O nosso futebol, inatingido pelos sensacionais momentos em que ele, magicamente, o pôs em questão, mudou ainda mais, depois que o *Pernambuquinho* descalçou as chuteiras. Os torcedores, amontoados no Maracanã, continuam vendo apenas o que os jornais noticiam no dia seguinte. Eles, como os atletas, não sabem que estão torcendo ou jogando pelo Banco Português, pelo Ponto Frio, e não pelas cores que ainda ostentam. Transformado em poderoso negócio, o futebol já não comporta homens como ele, dono de uma personalidade perigosamente original. Basta dar uma olhada, no mesmo *Placard* que publica a história de Almir (um herói sem nenhum caráter?), nos 11 jogadores que receberam o troféu Bola de Prata. Deles, apenas dois – Ademir e Paulo César – são grandes jogadores. Os nove restantes foram escolhidos pelo bom comportamento e por acreditar que, ao se entregar de corpo e alma às ambições dos clubes, estão contribuindo para uma coisa chamada "o engrandecimento do nosso esporte."

Stewart, Ickx, uma inimizade

Durante os treinos do Grande Prêmio do Brasil, por questões de segurança, Ickx acusou Stewart. Por Reginaldo Leme

Depois de dar as primeiras voltas pelo circuito, Jacky Ickx desceu do carro, chamou Piero Gancia, o administrador de Interlagos e começou a elogiar as condições de segurança da pista: "o traçado é um dos mais perfeitos que já vi, a colocação dos *guard-rails* é muito boa, e o circuito está entre os três mais seguros do mundo. Nem o Stewart pode colocar defeito nessa pista."

Mas Jacky Ickx não sabia que Stewart já tinha feito algumas exigências logo que chegou a São Paulo e fez alguns testes em Interlagos. E quando ficou sabendo disso, Ickx riu ironicamente, sentindo ainda mais forte a sua inimizade com o piloto escocês.

Essa inimizade começou em 1970, quando Stewart, como presidente da Associação dos Pilotos de Grande Prêmio, vetou o circuito de Spa-Francorchamps para a corrida de Fórmula-1 do campeonato, alegando "falta de condições de segurança". Desde então, Jacky Ickx se sentiu prejudicado porque seu país – a Bélgica – ficou sem a corrida e retirou-se da associação.

Papel de vilão

As condições de segurança da pista de Interlagos, e posteriormente, as declarações de Ickx contra Stewart e a Associação dos Pilotos de Grande Prêmio (GPDA), foram os assuntos principais da fase de treinos do Grande Prêmio do Brasil. Isso foi muito comentado pelos próprios pilotos, embora a maioria não tomasse partido na briga. Os que dão sua opinião estão a favor de Stewart, e Emerson está entre esses:

– Eu sou amigo também do Ickx, mas acho que o Jackie está muito certo nessa história de exigir maior segurança para os pilotos. No fundo, todos são muito agradecidos a ele.

Na opinião de Ickx, Stewart usa o cargo de presidente da GPDA para sua promoção pessoal, e aceita apenas que ele já fez algumas coisas boas pelo automobilismo, mas o considera um bom ator, antes de tudo: "algumas vezes, ele é malicioso nas pistas, impedindo a ultrapassagem dos outros e ganhando corridas pela experiência. Ele sabe representar muito bem o papel de vilão, quando precisa disso". A sua explicação para estar fora da GPDA:

– Eu acho que a associação não cumpre o seu principal objetivo e é movida por interesses políticos na maioria das vezes. Na morte de Jo Siffert, por exemplo, ficou claro que os extintores falharam por falta de um pó químico essencial, mas a associação não fez nada porque o acidente aconteceu em Brands Hatch, a principal pista inglesa.

Sem segurança

Poucos pilotos apoiam Ickx na sua briga contra a associação, embora muitos concordem com essa influência política que prejudica os seus verdadeiros objetivos. Henri Pescarolo, um piloto francês que corre há muito tempo em carros de Fórmulas 1 e 2, sempre defende a mesma idéia nas reuniões da GPDA:

– Não adianta ficar exigindo muita segurança nas pistas. Em Hockenheim, há alguns absurdos como colocação de *guard-rails* na areia (não há firmeza no solo para segurar as estacas dos *guard-rails*), mas se não aceitarmos correr em lugares assim, as corridas têm que acabar e nós ficamos parados, sem ganhar dinheiro.